



APDL - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO, LEIXÕES E VIANA DO CASTELO, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2023

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO	3
1. A APDL no ano de 2023.....	7
2. Recursos Humanos.....	32
3. Sustentabilidade Ambiental.....	41
4. Investimento.....	43
5. Análise económica e financeira.....	51
6. Perspetivas futuras	67
7. Informações adicionais	70
8. Proposta de aplicação do resultado	71
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	73
GRELHA DE VALIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO	150
CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	159
ANEXOS.....	180

RELATÓRIO DE GESTÃO

Mensagem do Conselho de Administração

Em 2023 a APDL identificou a necessidade de atualizar o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Leixões, decorrente da oportunidade gerada pela descontinuidade da atividade de refinação na Refinaria de Matosinhos, da vantagem da gestão direta pela APDL dos Terminais Ferroviários de Leixões e da Guarda e da necessidade de integrar as ações identificadas no Road Map para a Descarbonização e Transição Energética do Porto de Leixões, no sentido de viabilizar a neutralidade carbónica até 2035.

O Plano Estratégico está a ser desenvolvido com a participação ativa da Comunidade Portuária de Leixões, dos Concessionários de movimentação Portuária e da Cidade, nomeadamente do Município de Matosinhos, aos quais muito agradecemos todo o empenho e entusiasmo na promoção e desenvolvimento da economia da Região através do Porto de Leixões.

Existe um elevado potencial de desenvolvimento do Porto Leixões e do tecido industrial envolvente, favorecendo o crescimento, o emprego, o desenvolvimento económico e a necessária transição energética e digital da nossa economia.

O potencial do Porto de Leixões resulta acrescido com o investimento da APDL no Aprofundamento do Anteporto e da Bacia de Rotação, respetivamente para -16,85 metros e -15,5 metros, e no Prolongamento do Quebra-Mar Exterior em 300 metros, permitindo a entrada de navios de maior dimensão e o reposicionamento de Leixões face às novas tendências de mercado.

Este investimento público gera melhores condições de segurança em todos os segmentos de tráfego e cria oportunidades de investimento privado, assumindo neste contexto particular relevância a preparação do novo ciclo de concessões da atividade portuária.

No âmbito do cluster gerido pela APDL, em 2023, foi concluído o Estudo de Mercado para o Desenvolvimento do Porto de Viana do Castelo, tendo sido destacado o seu potencial como green shipping e como *marshalling harbour* das atividades de apoio à logística associada às indústrias emergentes das energias renováveis offshore e onshore.

No Porto de Viana do Castelo destaca-se ainda, na sequência do investimento da APDL na melhoria das acessibilidades marítimas, o desenvolvimento da atividade dos estaleiros navais e o arranque do investimento privado numa Doca Seca para a construção e reparação de navios de maior dimensão.

Apesar do contexto externo instável, gerando oscilações na movimentação de mercadorias, o balanço do ano foi tendencialmente favorável apesar do ligeiro decréscimo verificado na movimentação de mercadorias, tendo o segmento dos cruzeiros atingido um novo máximo histórico em Leixões com um movimento superior a 148 mil passageiros em 116 escalas de navios de cruzeiros.

Na Via Navegável do Douro também se verificou uma forte recuperação do segmento marítimo-turístico, com mais de 1,2 milhões de passageiros e com mais de 250 mil

passageiros registados entre albufeiras, o que representa um crescimento de 15% relativamente ao ano anterior.

O Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões iniciou a sua atividade sob a gestão direta da APDL em fevereiro de 2023, com êxito, encontrando-se em fase de arranque um conjunto de investimentos de modernização, com participação comunitária do Programa Sustentável 2030.

Para além daquele projeto, também foram submetidas recentemente a financiamento do Programa Sustentável 2030, os projetos de Modernização e Reordenamento das Vias Portuárias do Porto de Leixões, de Construção de Infraestrutura para a Prestação de Serviços Portuários (Centro Inspetivo) e de Modernização da Ponte Móvel do Porto de Leixões.

Na perspetiva do desempenho e criação de valor, a APDL garantiu no ano 2023 o cumprimento dos rácios de Eficiência Operacional e de redução de gastos operacionais, através de uma gestão eficiente e rigorosa, tendo nesse sentido contribuído igualmente o incremento das receitas geradas.

Apesar das incertezas que matizam o nosso horizonte, na APDL, mantemo-nos confiantes, mobilizados e comprometidos com a visão de futuro, os nossos valores e a nossa missão de promover as melhores soluções logísticas para os nossos clientes e parceiros e de capacitar o sistema logístico multimodal (portuário, ferroviário e fluvial) no sentido da sua excelência, resiliência e sustentabilidade.

Principais Indicadores

	Unidade	2023	2022	2021
Tráfego Portuário				
Porto de Leixões				
Escalas de Navios	n.º	2 391	2 434	2 410
Total de Carga Movimentada	1000 ton	14 670	14 891	15 188
Movimento de Contentores	TEU	701 755	713 398	717 954
Porto de Viana do Castelo				
Escalas de Navios	n.º	225	244	250
Total de Carga Movimentada	1000 ton	307	409	377
Via Navegável do Douro				
Escalas de Navios	n.º	10	9	16
Total de Carga Movimentada	1000 ton	9	13	21
Passageiros				
Porto de Leixões	n.º	148 893	108 626	8 941
Via Navegável do Douro	n.º	1 245 306	1 126 738	279 137
Negócios				
Volume de Negócios	€ 1 000	65 369	57 570	52 619
Porto de Leixões	€ 1 000	57 568	51 757	48 146
Porto de Viana do Castelo	€ 1 000	3 550	3 460	2 948
Via Navegável do Douro	€ 1 000	2 704	2 353	1 526
Terminal Ferroviário Leixões	€ 1 000	1 547	-	-
Investimento				
Capital Investido	€ 1 000	44 329	120 040	52 367
Fundos Próprios	€ 1 000	14 554	34 924	39 796
Outros Fundos	€ 1 000	29 775	85 116	12 571
Resultados				
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	€ 1 000	37 445	34 616	29 156
Resultado Operacional	€ 1 000	10 800	10 894	6 435
Resultado Líquido do Período	€ 1 000	6 104	9 047	6 069
Margem Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (1)	%	57,3	60,1	55,4
Estrutura Financeira				
Autonomia Financeira (2)	-	0,69	0,69	0,76
Rentabilidade dos Capitais Próprios (3)	%	1,4	2,2	1,6

(1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos / Volume de Negócios

(2) Capital Próprio / Ativo

(3) Resultado Líquido/ Capital Próprio

1. A APDL no ano de 2023

Em 2023, o volume de mercadorias movimentadas no sistema portuário sob gestão da APDL atingiu cerca de 15 milhões de toneladas, sendo o Porto de Leixões a unidade de negócios que concentra grande parte da movimentação, com 14,7 milhões de toneladas movimentadas. Este volume de carga reflete um decréscimo de cerca de 323 mil toneladas face ao ano anterior, principalmente atribuível à diminuição de 11,7% no tráfego de Granéis Sólidos e de 9,1% na Carga Ro-Ro no Porto de Leixões. Os outros segmentos de carga tiveram um melhor desempenho, ou seja, -0,6% na Carga Contentorizada, +8,7% na Carga Fracionada e +4% nos Granéis Líquidos.

No segmento de passageiros, o Porto de Leixões recebeu 116 navios de cruzeiro que fizeram chegar à região 148 889 passageiros, tornando-se no melhor ano de sempre. Estes números representam um crescimento de 37% no número de passageiros e de mais 4 navios comparativamente com o ano anterior.

No âmbito do turismo fluvial ao longo da Via Navegável do Douro, assistiu-se à recuperação da atividade, com cerca de 1,2 milhões passageiros registados ao longo do ano.

O valor global do investimento realizado em 2023 foi de 44,3 milhões de euros. Relativamente ao investimento no Porto de Leixões destaca-se o investimento associado ao Novo Terminal de Contentores, encontrando-se ainda em curso os trabalhos associados ao Prolongamento do Quebra-mar em 300 metros que dotará o porto de melhores condições de segurança para a entrada, manobra e acostagem de navios.

No Porto de Viana do Castelo, destaca-se a montagem e instalação do passadiço flutuante exterior na marina de Viana do Castelo, com reaproveitamento dos maciços de amarração existentes na retenção marginal e da ponte de acesso. Na Via Navegável do Douro destaca-se a intervenção no Porto de Lamego no âmbito da disponibilização de Infraestruturas Elétricas.

Do ponto de vista estratégico, e abraçando o seu compromisso com a descarbonização e a transição energética, a APDL continua a explorar ações que visam alcançar a neutralidade carbónica nas operações portuárias até 2035. A APDL continua também empenhada em promover a intermodalidade ferro-marítima, considerando-a vital para reforçar a conectividade com o interior do Porto de Leixões e aumentar a competitividade dos seus stakeholders. O projeto Porto Seco da Guarda é uma componente chave desta estratégia, que visa facilitar a descarbonização da cadeia logística e expandir a influência do porto em Espanha.

Apesar das perturbações económicas decorrentes da crise geopolítica, os indicadores económicos da APDL para 2023 apresentaram uma dinâmica positiva, sublinhada por um resultado robusto antes de amortizações, custos de financiamento e impostos de 37,4 milhões de euros e o resultado líquido superior a 6,1 milhões de euros.

1.1. Enquadramento Macroeconómico

De acordo com a informação publicada no Boletim Económico de março de 2024 do Banco de Portugal, durante o ano 2023, o Produto Interno Bruto (PIB) português registou um crescimento de 2,3%.

Tal foi possível graças à recuperação da atividade económica verificada no quarto trimestre do ano, após dois trimestres de estagnação. Com efeito, o abrandamento da procura externa, conjugada com os efeitos da inflação e de uma política monetária restritiva, cujo impacto se fez sentir com maior acuidade no segundo e terceiro trimestres do ano, impediram um maior crescimento do produto.

Todas as componentes da despesa apresentaram um desempenho positivo, com particular destaque para as Exportações, que cresceram 4,2%, beneficiando da melhoria da procura externa durante os últimos meses de 2023.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresceu 2,4%, ajudada por um impulso do ritmo de execução financeira dos fundos europeus, em particular do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O Consumo Privado registou um crescimento de 1,6%, em virtude do efeito positivo da redução da inflação sobre o poder de compra das famílias. Já o Consumo Público aumentou 1,2%, tendo sido o agregado que registou uma menor desaceleração face ao ano anterior.

A Taxa de Desemprego fixou-se em 2023 nos 6,5%, mantendo-se em níveis baixos, próximos dos registados antes da crise pandémica.

A inflação prosseguiu uma trajetória descendente ao longo do ano, em consequência da redução dos custos de produção e o seu reflexo nos preços do consumidor, bem como do efeito do aumento das taxas de juro na procura de bens e serviços, tendo o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) apresentado um crescimento de 5,3%.

Neste contexto macroeconómico, o Porto de Leixões registou um movimento de 14,7 milhões de toneladas em 2023, 1,5% abaixo do valor alcançado no ano anterior.

Esta redução do tráfego de mercadorias justifica-se pela quebra 11,7% na movimentação de Granéis Sólidos face a 2022, em particular nas mercadorias estilha e pellets, mas também pelo desempenho da carga roll-on/roll-off, que registou uma diminuição de 9,1%. A carga contentorizada apresentou uma variação residual de -0,6% face ao ano anterior.

Inversamente, destaca-se o comportamento da Carga Geral Fracionada, cuja movimentação registou um incremento de 15,1% em comparação com 2022, alicerçado no bom desempenho dos produtos de ferro e aço. De notar, igualmente, o crescimento de 4,6% do movimento de Granéis Líquidos, em resultado de uma evolução positiva da atividade do Terminal Petrolífero de Leixões.

No Porto de Viana do Castelo, o movimento atingiu 307 mil toneladas no período, recuando 25% face a 2022. Esta quebra do tráfego fica a dever-se, principalmente, ao desempenho do segmento da Carga Geral Fracionada que registou uma diminuição de 27,4% face ao ano anterior.

Na Via Navegável do Douro, o movimento de mercadorias atingiu 9 mil toneladas em 2023, denotando uma redução de 25,4% em relação ao ano anterior. Já a atividade marítimo-turística naquela via fluvial totalizou cerca de 1,2 milhões de passageiros, registando um crescimento de 10,5% face a 2022, sendo esse incremento mais evidente nos segmentos dos cruzeiros em navio-hotel (+19,7%) e na mesma albufeira (+11%).

1.2. Tráfego Marítimo

1.2.1. Movimento de Navios

Em 2023, escalaram o Porto de Leixões 2 391 navios, número que representa um decréscimo de 1,8% em relação ao ano anterior. A arqueação bruta registou um crescimento de 3,5%, totalizando um pouco mais de 34 milhões de GT.

O Porto de Viana do Castelo foi escalado por 225 navios que totalizaram, aproximadamente, 1 milhão de GT. A evolução face ao ano transato foi de -7,8% em número de navios e -13,8% em GT.

O movimento consolidado dos portos de Leixões e de Viana do Castelo foi de 2 616 navios e 35,1 milhões de GT, que correspondem a evoluções de -2,3% e +3,0%, respetivamente, por comparação a 2022.

NAVIOS ENTRADOS E ARQUEAÇÃO BRUTA

	2023		2022		Variação	
	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT
LEIXÕES	2 391	34 145	2 434	32 979	-1,80%	3,50%
VIANA DO CASTELO	225	983	244	1 140	-7,80%	-13,80%
TOTAL	2 616	35 127	2 678	34 119	-2,30%	3,00%

1.2.2. Movimento Geral de Mercadorias e Mercado Portuário

O movimento consolidado dos portos de Leixões e Viana do Castelo atingiu 15 milhões de toneladas, menos 319 mil toneladas que no ano anterior (-2,1%).

MOVIMENTO TOTAL

Un: 1000 Ton

	2023	2022	Variação	
			Valor	%
LEIXÕES	14 674	14 891	-217	-1,5%
VIANA DO CASTELO	307	409	-102	-25,0%
TOTAL	14 981	15 300	-319	-2,1%

Movimento geral de Mercadorias no Porto de Leixões

O movimento total no Porto de Leixões atingiu 14,7 milhões de toneladas, significando uma quebra de 217 mil toneladas face ao total de 2022.

O comércio externo no Porto de Leixões atingiu 11,4 milhões de toneladas em 2023, o que significa um crescimento de 0,7% por comparação com o ano anterior. O movimento nacional registou um decréscimo de 8,4%, face a 2022. O peso percentual do comércio externo fixou-se em 77,9%, aumentando em 1,7 p.p. relativamente ao ano anterior.

PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO GERAL DE MERCADORIAS

Un: 1000 Ton

	2023		2022		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
Importação	7 055	48,10%	6 974	46,80%	81	1,20%
Exportação	4 374	29,80%	4 375	29,40%	-1	0,00%
Comércio Externo	11 429	77,90%	11 348	76,20%	81	0,70%
Movimento Nacional	3 245	22,10%	3 543	23,80%	-298	-8,40%
Total	14 674	100,00%	14 891	100,00%	-217	-1,50%

Relativamente aos principais países de origem ou destino da carga movimentada em Leixões, os Países Baixos continuaram no topo da tabela, tendo Espanha e o Reino Unido ocupado as posições seguintes. Marrocos subiu 2 posições, colocando-se na quarta posição do ranking de países, precedendo o Uruguai e a França.

PORTO DE LEIXÕES: ORIGEM E DESTINO DA CARGA

Un: 1000 Ton

	2023		2022		Variação	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
Países Baixos	3 108	21,2%	3 349	22,5%	-241	-7,2%
Espanha	1 585	10,8%	1 311	8,8%	274	20,9%
Reino Unido	788	5,4%	862	5,8%	-75	-8,7%
Marrocos	587	4,0%	556	3,7%	31	5,6%
Uruguai	575	3,9%	660	4,4%	-85	-12,8%
França	533	3,6%	494	3,3%	39	7,8%
Bélgica	446	3,0%	495	3,3%	-49	-9,9%
Brasil	363	2,5%	623	4,2%	-260	-41,8%
China	302	2,1%	205	1,4%	98	47,6%
Irlanda	277	1,9%	308	2,1%	-31	-10,2%
Taiwan	207	1,4%	116	0,8%	91	78,8%
Cabo Verde	189	1,3%	194	1,3%	-5	-2,7%
Angola	180	1,2%	195	1,3%	-15	-7,9%
Coreia Do Sul	166	1,1%	122	0,8%	44	36,4%
Índia	146	1,0%	100	0,7%	46	45,8%
Outros Países	1 978	13,5%	1 758	11,8%	219	12,5%
Comércio externo	11 429	77,9%	11 348	76,2%	81	0,7%
Continente e regiões autónomas	3 245	22,1%	3 543	23,8%	-298	-8,4%
TOTAL	14 674	100,0%	14 891	100,0%	-217	-1,5%

O movimento de mercadorias com origem ou destino nos Países Baixos totalizou 3,1 milhões de toneladas, diminuindo 7,2% face ao ano anterior, repartindo-se em 1,7 milhões de toneladas de carga contentorizada, 1,3 milhões de toneladas de carga ro-ro e 95 mil toneladas de carga geral fracionada e granéis. As evoluções da carga contentorizada e ro-ro foram de -3,3% e -9,3%, respetivamente, face a 2022.

O Brasil e o Uruguai caíram algumas posições no ranking fundamentalmente condicionadas pela redução da estilha importada daquelas origens.

Como condicionantes do posicionamento de alguns dos principais países, serão de relevar o aumento de produtos refinados importados de Espanha e China, e a exportação de pasta de madeira e papel reciclado para a China e de ferro/aço para Marrocos.

Em relação aos restantes países, destacam-se as evoluções de movimento com Taiwan (+78,8%), Coreia do Sul (+36,4%) e Índia (+45,6%).

O tráfego portuário entre Leixões e os restantes portos nacionais registou em 2023 um decréscimo de 8,4% face ao ano anterior, totalizando 3,2 milhões de toneladas, dividindo-se em 695 mil toneladas no movimento de carga, menos 142 mil toneladas que no ano anterior (-16,9%) e 2,5 milhões de toneladas no movimento de descarga, menos 156 mil toneladas que no ano precedente (-5,8%). A descarga de produtos refinados provenientes de Sines representa atualmente mais de metade de todo o tráfego com portos nacionais e teve um movimento semelhante ao do ano anterior. A quebra de movimento com os portos nacionais foi maioritariamente devida à carga contentorizada, nomeadamente no movimento de descarga em que ocorreu uma redução de 180 mil toneladas.

Movimento geral de mercadorias no Porto de Viana do Castelo

No Porto de Viana do Castelo a carga movimentada totalizou 307 mil toneladas, menos 102 mil toneladas do que em 2022.

O Porto de Viana do Castelo mantém-se como um porto de perfil exportador, tendo registado um pequeno aumento de 0,4 p.p. na quota da carga exportada, atingindo 57,6%. As importações obtiveram 28,6% de quota, diminuindo 4,5 p.p., face à do ano anterior. Do total do movimento registado, 86,2% correspondeu a tráfego internacional, sendo que a carga exportada para os países da União Europeia representou a maior parcela do total do comércio internacional. A maior parte do movimento com portos nacionais continua a ser a descarga de cimento, que em 2023 foi de aproximadamente 38 mil toneladas.

PORTO DE VIANA DO CASTELO: MOVIMENTO GERAL DE MERCADORIAS

	2023		2022		Variação	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
Importação	88	28,6%	135	33,1%	-48	-35,2%
Exportação	177	57,6%	234	57,2%	-57	-24,5%
Comércio Externo	264	86,2%	369	90,3%	-105	-28,4%
Movimento Nacional	42	13,8%	40	9,7%	3	7,0%
Total	307	100,0%	409	100,0%	-102	-25,0%

No Porto de Viana do Castelo, os principais países de origem ou destino das mercadorias movimentadas foram os Países Baixos, Espanha, Alemanha e Itália.

PORTO DE VIANA DO CASTELO: ORIGEM E DESTINO DA CARGA

Un: 1000 Ton

	2023		2022		Variação	
	VALOR	%	VALOR	PESO %	VALOR	%
Países Baixos	64	21,0%	105	25,7%	-41	-38,8%
Espanha	60	19,5%	84	20,5%	-24	-28,5%
Alemanha	26	8,6%	31	7,6%	-5	-14,7%
Itália	25	8,3%	48	11,8%	-23	-47,5%
Camarões	22	7,0%	23	5,5%	-1	-4,1%
Outros países	67	21,8%	79	19,2%	-12	-15,0%
Comércio externo	264	86,2%	369	90,3%	-105	-28,4%
Continente e regiões autónomas	42	13,8%	40	9,7%	3	7,0%
Total	307	100,0%	409	100,0%	-102	-25,0%

1.2.3. Análise do Movimento de Mercadorias

O movimento consolidado por tipo de carga no Porto de Leixões e no Porto de Viana do Castelo foi o seguinte:

MOVIMENTO POR TIPO DE CARGA

Un: 1000 Ton

	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Carga Geral Fracionada	1 546	1 423	123	8,7%
Carga Contentorizada	6 993	7 036	-43	-0,6%
Ro-Ro	1 325	1 458	-132	-9,1%
Granéis Sólidos	2 629	2 996	-367	-12,2%
Granéis Líquidos	2 487	2 387	99	4,2%
Total	14 981	15 300	-319	-2,1%

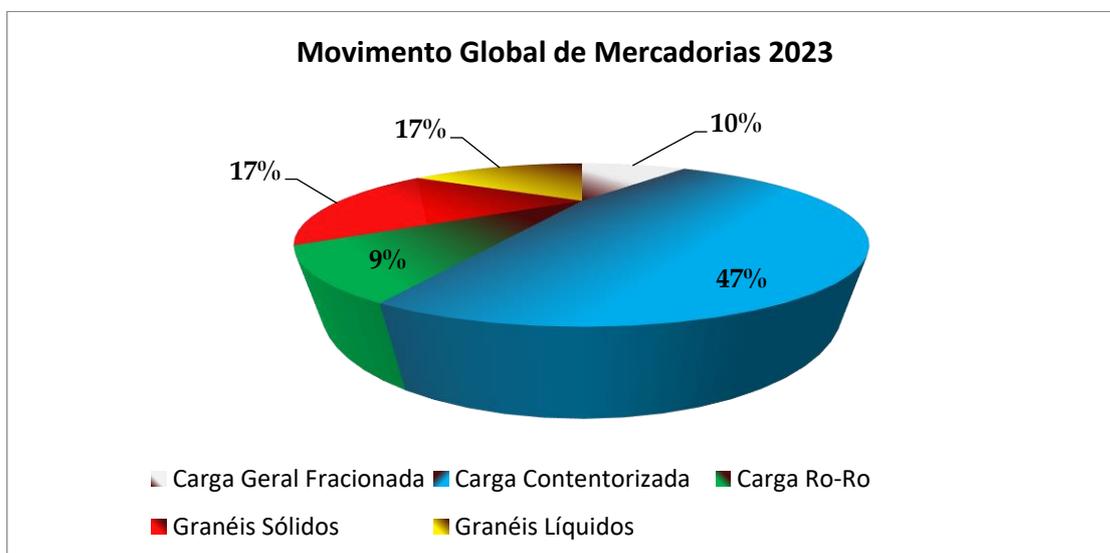
No ano de 2023 os segmentos carga geral fracionada e granéis líquidos registaram um desempenho positivo, aumentando o movimento em 123 mil toneladas e 99 mil toneladas, crescendo 8,7% e 4,2%, respetivamente, face a 2022. Os restantes segmentos tiveram evolução negativa, mais expressiva nos granéis sólidos e ro-ro.

O gráfico seguinte apresenta a repartição por tipos de carga do movimento de mercadorias consolidado dos portos de Leixões e de Viana do Castelo.

Porto de Leixões

O Porto de Leixões registou em 2023 uma evolução negativa no total de carga movimentada, condicionada principalmente pela diminuição nos segmentos de carga

ro-ro e granéis sólidos. O crescimento da movimentação dos segmentos da carga geral fracionada e granéis líquidos apenas compensou parcialmente a evolução negativa dos restantes.



Apesar de mais expressiva a quebra nos granéis sólidos será menos significativa porque compara ao máximo registado em 2022, enquanto o segmento do ro-ro regista uma evolução negativa pelo segundo ano consecutivo.

Em relação ao movimento por setores operacionais, verificou-se um decréscimo de 2,6% no tráfego nos Cais Comerciais e um crescimento de 5,0% no Terminal Petrolero.

Nos Cais Comerciais registou-se um decréscimo de movimento de 330 mil toneladas, face a 2022. A carga geral fracionada movimentou mais 182 mil toneladas que em 2022, mas insuficiente para compensar a quebra de 132 mil toneladas e 332 mil toneladas da carga ro-ro e granéis sólidos, respetivamente.

No Terminal Petrolero registou-se o primeiro crescimento de movimento desde o fim da atividade da refinaria de Leça da Palmeira.

PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO DE MERCADORIAS POR SETORES OPERACIONAIS

Un: 1000 Ton

	2023		2022		Variação	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
Cais Comerciais	12 294	83,8%	12 624	84,8%	-330	-2,6%
Carga Geral Fracionada	1 391	9,5%	1 209	8,1%	182	15,1%
Carga Contentorizada	6 993	47,7%	7 036	47,3%	-43	-0,6%
Carga Ro-Ro	1 325	9,0%	1 458	9,8%	-132	-9,1%
Granéis Sólidos	2 504	17,1%	2 836	19,0%	-332	-11,7%
Granéis Líquidos	81	0,5%	85	0,6%	-5	-5,7%
Terminal Petrolero	2 380	16,2%	2 267	15,2%	113	5,0%
Total	14 674	100,0%	14 891	100,0%	-217	-1,5%

Na análise da quota dos setores operacionais e de cada tipo de carga no movimento total de mercadorias regista-se a perda de 1,0 p.p. dos Cais comerciais para o Terminal Petrolero. Neste contexto evidencia-se a carga geral fracionada que melhora a sua quota para 9,5% (+1,4 p.p.). A carga roll on/ roll off e os granéis sólidos alcançaram quotas de 9,0% e 17,1%, cedendo 0,8 p.p. e 2,0 p.p., respetivamente. A carga contentorizada melhorou a sua quota em 0,4 p.p., apesar da pequena diminuição de movimento.

Tipo de Movimento Carga/Descarga

O movimento de carga representou 34,5% do total de mercadorias movimentadas em 2023, diminuindo em 0,5 p.p., relativamente ao ano anterior.

PORTO DE LEIXÕES: TIPOS DE MOVIMENTO

Un: 1000 Ton

MOVIMENTO	2023		2022		Variação	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
CARGA	5 069	34,5%	5 211	35,0%	-142	-2,7%
DESCARGA	9 605	65,5%	9 679	65,0%	-75	-0,8%
Total	14 674	100,0%	14 891	100,0%	-217	-1,5%

Os movimentos de carga e de descarga registaram variações de -2,7% e -0,8%, respetivamente, em comparação com 2022.

Carga Geral Fracionada

Em 2023 a carga geral fracionada registou um crescimento de 182 mil toneladas (+15,1%), face ao ano anterior. O movimento atingido representa o melhor desempenho das três últimas décadas.

PORTO DE LEIXÕES: CARGA GERAL FRACIONADA

Un: 1000 Ton

MERCADORIAS	2023	2022	Variação	
	VALOR	VALOR	VALOR	%
FERRO/AÇO (CHAPA, ARCO)	632	493	138	28,0%
FERRO/AÇO	603	480	122	25,5%
PARALELEPÍPEDOS	37	58	-21	-35,7%
PEDRAS EM BRUTO	34	18	17	92,9%
OBRAS DE FERRO E AÇO	28	87	-58	-67,2%
MÁQUINAS, APARELHOS E S/ PARTES	18	26	-9	-32,3%
MERCADORIAS DIVERSAS	38	46	-7	-16,2%
TOTAL	1 391	1 209	182	15,1%

As duas mercadorias mais relevantes neste segmento registaram evolução positiva e expressiva. O ferro/ aço (chapa, arco) e o ferro/ aço movimentaram mais 138 mil toneladas e mais 122 mil toneladas, crescendo 28,0% e 25,5%, respetivamente, face

a 2022. Em conjunto estas mercadorias somam 88,8% do total do segmento, +8,2 p.p. do que no ano anterior.

Carga Contentorizada

A carga contentorizada movimentada no Porto de Leixões totalizou quase 7 milhões de toneladas, menos 43 mil toneladas que em 2022, decrescendo 0,6%.

Neste tipo de carga, destaca-se a evolução das pastas de madeira e papel para reciclar (+340,7%), das máquinas, aparelhos e suas partes (+16,0%) e outros produtos das indústrias químicas (+19,1%).

Em sentido contrário regista-se o decréscimo de movimento de matérias plásticas (bruto e obra) (-4,4%), do papel e cartão (-11,6%) e fios, tecidos e artigos têxteis (-11,6%).

PORTO DE LEIXÕES: CARGA CONTENTORIZADA

Un.: 1000 Ton

MERCADORIAS	2023	2022	Δ €	Δ %
MATÉRIAS PLÁSTICAS (BRUTO E OBRA)	624	652	-29	-4,4%
PAPEL E CARTÃO	477	539	-63	-11,6%
PASTAS DE MADEIRA E PAPEL P/ RECICLAR	289	66	223	340,7%
MERCADORIA DE GRUPAGEM OU CLASS. INDEFINIDA	271	293	-22	-7,4%
FIOS, TECIDOS E ARTIG. TEXTEIS	259	293	-34	-11,6%
MÁQUINAS, APARELHOS E S/ PARTES	246	212	34	16,0%
PEDRAS EM BRUTO	229	232	-3	-1,2%
PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS	186	180	6	3,1%
OBRAS DE FERRO E AÇO	186	176	9	5,2%
OUTROS PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E CONEXAS	182	153	29	19,1%
PRODUTOS QUÍMICOS	181	179	2	1,0%
BEBIDAS	165	155	10	6,7%
BORRACHA (BRUTO E OBRA)	128	112	16	14,4%
AZULEJOS E MOSAICOS CERÂMICOS	125	163	-38	-23,3%
LEITE E LACTICÍNIOS	115	127	-12	-9,6%
MERCADORIAS DIVERSAS	1 988	2 150	-163	-7,6%
TARAS	1 343	1 353	-10	-0,7%
TOTAL	6 993	7 036	-43	-0,6%

Carga Roll-on/ Roll-off

O tráfego Roll-on/Roll-off, que havia superado 1,5 milhões de toneladas em 2021 pela primeira vez, teve em 2023 evolução negativa pelo segundo ano consecutivo. O movimento ultrapassou 1,3 milhões de toneladas, ficando 132 mil toneladas aquém do ano anterior, decrescendo 9,1%, face a 2022.

Na carga Roll-on/ Roll-off as mercadorias a destacar com evolução positiva são os produtos químicos (+21,7%) e as máquinas, aparelhos e suas partes (+17,5%). Em

contrapartida as matérias plásticas (bruto e obra), obras de ferro e aço e mercadoria de grupagem ou classificação indefinida registaram evoluções negativas de 7,8%, 18,0% e 5,7%, respetivamente.

PORTO DE LEIXÕES: TRÁFEGO ROLL-ON/ ROLL-OFF

Un.: 1000 Ton

MERCADORIAS	2023	2022	Variação	
			Valor	%
MATÉRIAS PLÁSTICAS (BRUTO E OBRA)	206	224	-18	-7,8%
PRODUTOS QUÍMICOS	134	110	24	21,7%
OBRAS DE FERRO E AÇO	132	161	-29	-18,0%
AUTOMÓVEIS E VEÍCULOS TERRESTRES E S/ PARTES	93	85	8	9,4%
MÁQUINAS, APARELHOS E S/ PARTES	81	69	12	17,5%
MERCADORIA DE GRUPAGEM OU CLASS. INDEFINIDA	72	149	-77	-51,7%
MOBILIÁRIO	72	82	-10	-11,7%
MERCADORIAS DIVERSAS	405	432	-28	-6,4%
TARAS	129	144	-15	-10,7%
TOTAL	1 325	1 458	-132	-9,1%

Granéis Sólidos

O total do movimento de granéis sólidos no Porto de Leixões atingiu 2,5 milhões de toneladas, menos 332 mil toneladas, face ao máximo do segmento atingido em 2022, que representa um decréscimo de 11,7%.

O desempenho do segmento dos granéis sólidos foi maioritariamente condicionado pelos movimentos da estilha e pellets, açúcar e milho, decrescendo 24,6%, 24,4% e 48,7%, respetivamente, face a 2022, perdendo em conjunto 392 mil toneladas.

Pela positiva ressalta a evolução da sucata de ferro e cimento gesso e cal, com crescimentos de 21,8% e 18,9%, face ao ano anterior.

PORTO DE LEIXÕES: GRANÉIS SÓLIDOS

Un.: 1000 Ton

MERCADORIAS	2023	2022	Variação	
			Valor	%
ESTILHA E PELLETS	759	1 007	-248	-24,6%
SUCATA DE FERRO	636	522	114	21,8%
TRIGO	418	397	21	5,4%
CIMENTO, GESSO E CAL	180	151	29	18,9%
MILHO	151	200	-49	-24,4%
AÇÚCAR	100	195	-95	-48,7%
MERCADORIAS DIVERSAS	260	363	-104	-28,5%
TOTAL	2 504	2 836	-332	-11,7%

Granéis Líquidos

Contrariando a tendência dos últimos anos, o movimento de granéis líquidos registou um pequeno aumento, aproximando-se de 2,5 milhões de toneladas. Os granéis líquidos movimentaram mais 108 mil toneladas que em 2022, crescendo 4,6%.

PORTO DE LEIXÕES: GRANÉIS LÍQUIDOS

Un.: 1000 Ton

LOCAIS	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Terminal Petroleiro	2 380	2 267	113	5,0%
Cais Comerciais	81	85	-5	-5,7%
Total	2 461	2 353	108	4,6%

No conjunto dos postos do Terminal Petroleiro o movimento de 2023 foi 5,0% superior ao do ano anterior, tendo o movimento de granéis líquidos nos cais comerciais registado um decréscimo de 5,7%.

Em consequência do fim da atividade da refinaria de Leça da Palmeira, a descarga de produtos refinados tem vindo a monopolizar o movimento do segmento, tendo praticamente desaparecido todo o movimento de petróleo em bruto.

O movimento de produtos refinados aumentou em 194 mil toneladas (+9,5%), face a 2022 e foi a única mercadoria com evolução positiva. Todas as restantes mercadorias movimentaram quantidades inferiores às do ano anterior.

PORTO DE LEIXÕES: GRANÉIS LÍQUIDOS

Un.: 1000 Ton

MERCADORIAS	2023	2022	Variação	
			Valor	%
PRODUTOS REFINADOS DIVERSOS	2 240	2 046	194	9,5%
GASES DE PETRÓLEO LIQUEFEITOS	129	130	-1	-0,8%
ALCATRÃO, BETUME DE PETRÓLEO	57	58	-2	-2,6%
PETRÓLEO EM BRUTO	18	53	-35	-66,4%
PRODUTOS AROMÁTICOS	14	28	-14	-51,3%
ÓLEOS MINERAIS	4	38	-34	-89,4%
TOTAL	2 461	2 353	108	4,6%

Movimento de contentores

Em 2023 movimentaram-se no Porto de Leixões um pouco menos de 702 mil TEU, aproximadamente menos 11,6 mil TEU que no ano anterior (-1,6%). Em número de contentores o movimento aproximou-se de 421 mil, 9 634 unidades abaixo do total de 2022 (-2,2%).

PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO DE CONTENTORES

CONTENTORES	2023			2022			Variação %	
	N.º	TEU	Peso % N.º	N.º	TEU	Peso % N.º	N.º	TEU
Cheios	321 750	543 502	76,4%	331 321	558 820	77,0%	-2,9%	-2,7%
Vazios	99 143	158 253	23,6%	99 206	154 578	23,0%	-0,1%	2,4%
Total	420 893	701 755	100,0%	430 527	713 398	100,0%	-2,2%	-1,6%

O rácio de contentores cheios/vazios foi de 3,2 em número de contentores e de 3,4 em TEU, diminuindo ligeiramente em ambos os casos, face ao ano anterior.

Movimento de contentores por dimensão

Na análise do movimento dos contentores por dimensão constata-se um crescimento de 0,8% nos contentores de 40 pés e decréscimos de 5,2% e 6,9% nos contentores de 20 pés e de contentores de outras dimensões, respetivamente. Na distribuição por quotas há a ressaltar o aumento de 1,6 p.p. nos contentores de 40 pés e diminuição de 1,1 p.p. nos contentores de 20 pés.

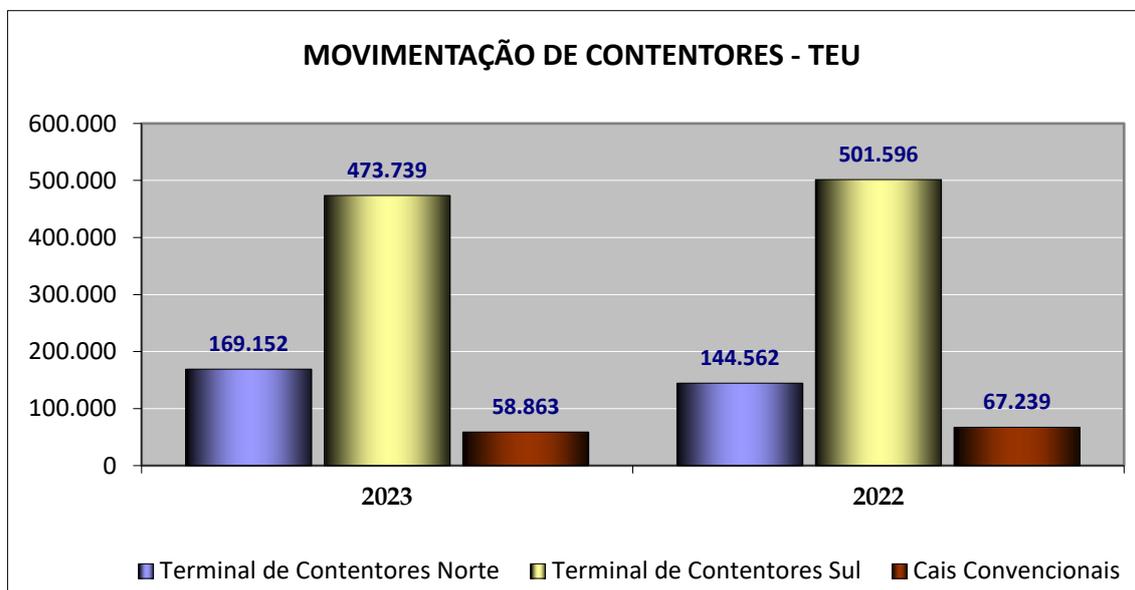
PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO DE CONTENTORES POR DIMENSÃO

DIMENSÃO DOS CONTENTORES	2023		2022		Variação %
	N.º	Peso %	N.º	Peso %	
Contentores de 20'	143 868	34,2%	151 798	35,3%	-5,2%
Contentores de 40'	229 827	54,6%	228 012	53,0%	0,8%
Contentores com outras dimensões	47 198	11,2%	50 717	11,8%	-6,9%
Total	420 893	100,0%	430 527	100,0%	-2,2%

Movimento de contentores por cais ou terminal

O gráfico seguinte permite observar a repartição do movimento de contentores em TEU pelos diferentes terminais.

MOVIMENTO DE CONTENTORES POR CAIS/TERMINAL



O Terminal de Contentores Norte e o Terminal de Contentores Sul movimentaram em 2023 642 891 TEU, menos 3 267 TEU do que no ano anterior, ou seja, -0,5%. A soma do movimento do TCS e TCN representou 91,6% do tráfego total de contentores, aumentando a sua quota em 1,0 p.p. face ao ano anterior.

No conjunto dos cais convencionais movimentaram-se 58 863 TEU, dos quais 58 798 corresponderam ao movimento de contentores ro-ro no Terminal Multiusos. O

movimento no Terminal Multiusos registou um decréscimo de 12,5%, por comparação com o ano anterior, atingindo uma quota de 9,4%, menos 1,0 p.p..

Porto de Viana do Castelo

O movimento no Porto de Viana do Castelo totalizou 307 mil toneladas, decrescendo 25,0%, face a 2022, consequência de uma quebra de 102 mil toneladas.

Na análise por segmentos de carga mantem-se a grande importância da carga geral fracionada e dos granéis sólidos. Em conjunto representam 91,4% do movimento total, menos 0,1 p.p. que em 2022.

PORTO DE VIANA DO CASTELO: MOVIMENTO DE MERCADORIAS

Un.: 1000 Ton

	2023		2022		Variação	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
Carga Geral Fracionada	155	50,6%	214	52,3%	-59	-27,4%
Carga Contentorizada	0	0,0%	0	0,0%	0	-
Carga Ro-Ro	0,18	0,1%	0,01	0,0%	0	1608,0%
Granéis Sólidos	125	40,7%	160	39,1%	-35	-21,9%
Granéis Líquidos	26	8,6%	35	8,5%	-9	-24,6%
Total	307	100,0%	409	100,0%	-102	-25,0%

No Porto de Viana do Castelo, todos os segmentos, à exceção da carga roll on-roll off, registaram evolução negativa.

Em carga geral fracionada movimentaram-se 155 mil toneladas, menos 59 mil toneladas (-27,4%) que em 2022. Os granéis sólidos e granéis líquidos registaram decréscimos de 21,9% e 24,6%, respetivamente. A Carga roll-on/roll-off teve um crescimento muito acentuado, embora reporte a um movimento ainda residual.

As principais mercadorias movimentadas em carga fracionada foram papel e cartão, madeira em bruto e serrada e máquinas, aparelhos e suas partes.

O movimento de granéis sólidos atingiu 125 mil toneladas, sendo que as mercadorias mais movimentadas foram outros minerais, cimento, gesso e cal e forragens e desperdícios alimentares.

O movimento de granéis líquidos totalizou 26 mil toneladas, mantendo-se o alcatrão e betume de petróleo como única mercadoria movimentada.

Movimento de Passageiros

O ano de 2022 já tinha marcado a recuperação no setor do turismo e da indústria dos cruzeiros, após a pandemia SARS-CoV-2, obtendo um dos melhores registos da atividade no Porto de Leixões. Em 2023, no entanto, os valores atingidos ultrapassaram claramente os valores do ano precedente e do melhor registo anterior. O movimento de passageiros e escalas de cruzeiros fixaram um novo máximo de atividade.

O movimento de passageiros no Porto de Leixões totalizou quase 149 mil, registando um crescimento de 37,1%, face ao ano de 2022. Em 2023 escalaram Leixões 116 navios de cruzeiro.

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS NO PORTO DE LEIXÕES

Un: Número de passageiros

	2023	2022	Variação	
			VALOR	%
Desembarque	735	1 190	-455	-38,2%
Embarque	572	1 243	-671	-54,0%
Trânsito	147 586	106 193	41 393	39,0%
Total	148 893	108 626	40 267	37,1%
Número de navios	116	112	4	3,6%

No Porto de Viana do Castelo registou-se um movimento de 27 passageiros em 2023.

Movimento de Pescado

Em 2023, a descarga de pescado no porto de pesca de Leixões totalizou 13 745 toneladas, mais 1 330 toneladas do que no ano anterior (+10,7%). Nos portos de pesca da Afurada e de Viana do Castelo a variação do movimento de pescado relativamente a 2022 foi de -3,3% e -16,4%, respetivamente.

MOVIMENTO DE PESCADO

Un: ton

PORTOS DE PESCA	2023	2022	Variação	
			VALOR	%
Leixões	13 745	12 415	1 330	10,7%
Afurada	5	5	0	-3,3%
Viana do Castelo	1 359	1 625	-266	-16,4%
Total	15 109	14 045	1 064	7,6%

1.3. Tráfego Fluvial - Via Navegável do Douro

1.3.1. Movimento de Mercadorias e Navios Comerciais

Em 2023, escalaram os portos do Douro 10 navios comerciais, menos 1 navio do que no ano anterior, sendo que todos escalaram o porto da Várzea do Douro.

NAVIOS COMERCIAIS

	2023		2022		Variação %	
	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT
Portos do Douro	10	16	9	12	11,11%	42,43%

Em 2023 o movimento de mercadorias no porto da Várzea totalizou 9 463 toneladas, menos 3 219 toneladas do que no ano anterior (-25,4%).

MOVIMENTO DE MERCADORIAS NOS PORTOS DO DOURO

Un: Ton

PORTOS	2023	2022	Variação	
			VALOR	%
Várzea do Douro	9 463	12 682	-3 219	-25,4%
Total	9 463	12 682	-3 219	-25,4%

1.3.2. Movimento de Passageiros

À semelhança do ocorrido no movimento marítimo, o ano de 2022 havia ficado marcado pela recuperação no turismo fluvial, com um crescimento assinalável. Em 2023 reforçou-se a recuperação, tendo o movimento total na Via Navegável do Douro ultrapassado 1,2 milhões de passageiros, representando um acréscimo de quase 119 mil passageiros (+10,5%), face ao ano anterior.

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS NO TRÁFEGO FLUVIAL

Un: Número de passageiros

TIPO DE NAVEGAÇÃO	2023	2022	Variação	
			VALOR	%
Cruzeiros na mesma albufeira	958 438	863 544	94 894	11,0%
Cruzeiros de 1 dia	169 775	164 589	5 186	3,2%
Cruzeiros em Navio-Hotel	106 830	89 281	17 549	19,7%
Embarcações de Recreio	10 263	9 324	939	10,1%
Total	1 245 306	1 126 738	118 568	10,5%

1.4. Terminais Ferroviários

Em 2023, a APDL ficou com a incumbência de gerir mais uma unidade de negócio – Terminais Ferroviários -, assegurando assim o exercício das competências de gestão de infraestruturas ferroviárias que lhe foram afetas, nomeadamente o Porto Seco da Guarda e o Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões (TFML) que fazem parte da Rede Ferroviária Nacional.

A APDL, em conformidade com a diretiva (EU) 2016/798, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2016 e o Decreto-Lei n.º 85/2020, de 13 de outubro, detém Autorização de Segurança enquanto gestor de infraestrutura ferroviária autorizado pela entidade competente em território nacional, o IMT. Esta autorização é essencial para que a APDL possa exercer e operar nas respetivas infraestruturas. Para que fosse possível esta autorização, a APDL teve de alterar e criar novas dinâmicas, funções e agregações na sua estrutura para um sistema de gestão de segurança dos terminais ferroviários.

Em fevereiro de 2023 a APDL iniciou a gestão direta do TFML com a integração dos respetivos colaboradores nos seus respetivos quadros. A performance e atividade do TFML em 2023 foi muito satisfatória contribuindo para uma integração de sucesso e o aumento da respetiva atividade deste terminal. Durante o ano de 2023 foram analisadas alterações que permitam uma maior otimização do terminal bem como uma melhor integração da intermodalidade e relação do transporte marítimo. Neste contexto foram efetuados estudos e projetos de forma a submeter a candidatura ao

PACS – Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade, no âmbito do Aviso Infraestrutura Portuária (RTE-T) – Porto de Leixões 1.º Aviso, do projeto de Modernização do Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões (TFML), o qual compreende um conjunto de intervenções de modernização de áreas e infraestruturas que permitirão melhorar a operacionalidade do TFML, a sua interligação e integração com o porto de Leixões, aumentar a respetiva capacidade de movimentação de contentores e potenciar o aumento da quota da ferrovia no interface portuário de Leixões durante o ano de 2024.

Das ações de desenvolvimento de negócio, o TFML englobou e registou crescimentos com a respetiva intermodalidade e o território, detendo um movimento superior a 1600 comboios em 2023 (não contabilizando o mês de janeiro, altura em que o TFML estava ainda sob gestão da Infraestruturas de Portugal, S.A) e mais de 45 mil contentores a que corresponde cerca de 76 mil TEU.

MOVIMENTO DE COMBOIOS NO TFML

Un: Número de comboios

	2023
Carga	859
Descarga	755
Total	1 614

MOVIMENTO DE CONTENTORES NO TERMINAL FERROVIÁRIO DE MERCADORIAS DE LEIXÕES

	2023	
	Nº	TEU
Carga	28 398	47 320
Descarga	16 726	28 575
Total	45 124	75 895

O TFML permite alargar a área de agregação de carga na região Norte e Centro do país e a sua ligação a Espanha. A sua localização privilegiada favorecer a entrada e saída de mercadorias de forma mais rápida e eficaz, promovendo a intermodalidade e aumento de eficiência na cadeia logística. Uma contribuição essencial para o crescimento económico da região. A APDL orgulha-se desses resultados e celebra, não apenas a eficácia operacional, mas também a colaboração entre as diversas partes envolvidas, enfatizando o compromisso contínuo com a excelência e o crescimento sustentável.

Relativamente ao Porto Seco da Guarda, atendendo às intervenções nacionais nas linhas ferroviárias, nomeadamente da linha da Beira Alta, não foi possível dar início às operações. No entanto, foram encetados os respetivos projetos para que em 2024 seja dado início às intervenções no respetivo espaço e nesse mesmo ano sejam iniciadas as operações. A empreitada abrange diversas melhorias e otimizações para garantir a eficiência operacional do Porto Seco da Guarda, com foco em áreas-chave, incluindo a extensão das vias-férreas, de forma a acomodar um comboio de mercadorias com o comprimento de 750 metros, o aumento e reforço do terraplano,

que vai permitir o aumento da capacidade de movimentação de contentores, a vedação do perímetro, controlo de acessos, serviços aduaneiros, a alimentação elétrica para contentores frigoríficos, telecomunicações, circuito de videovigilância, instalação de balança e a criação de barreiras acústicas e integração paisagística. Esta intervenção, não só modernizará as operações, mas também estabelecerá as condições necessárias para a preparação das autorizações alfandegárias, bem como permite a segregação da circulação e o acréscimo das condições de segurança no tráfego do Terminal Ferroviário de Mercadorias da Guarda (TFMG). Com estas melhorias, para além de potenciar a interligação Espanha/Portugal pela ferrovia, agrega a possibilidade de captação das atuais e futuras empresas a serem instaladas nos territórios do interior a terem ligação direta aos portos marítimos e ao mercado espanhol e europeu.

1.5. Terminal de Cruzeiros

Com a sua localização estratégica, infraestrutura moderna e diversidade cultural, o Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões e o destino Porto e Norte de Portugal, continuam a atrair um número crescente de navios de cruzeiro e turistas, contribuindo assim para o desenvolvimento económico e turístico da região.

Em 2023, o Porto de Leixões acolheu, no conjunto dos dois terminais, 116 escalas de navios de cruzeiro e 148.889 passageiros, tornando-se no melhor ano de sempre para a atividade. Estes números representam um crescimento de 37% no número de passageiros e mais 4 navios, comparativamente com 2022.

O mercado de cruzeiros continua a manifestar um interesse contínuo no Porto de Leixões, como evidenciado pela receção de 14 escalas inaugurais em 2023. Estas escalas são sempre celebradas com a tradicional cerimónia de “Troca de Placas” com o Capitão e staff do navio, como com iniciativas dedicadas tanto aos passageiros quanto às tripulações.

No Dia Mundial da Criança, na escala do navio Carnival Pride, com cerca de 2130 passageiros a bordo, dos quais 140 crianças, na sua maioria provenientes dos EUA, os passageiros foram recebidos com muita animação e alegria, fazendo a delícia, não só dos mais pequeninos, como também dos mais crescidos.

No que se refere à promoção internacional da atividade, o Porto de Leixões marcou presença na Seatrade Cruise Global, a principal feira de cruzeiros a nível mundial que se realiza todos os anos nos E.U.A. e ainda, na Seatrade Cruise Europe, o maior evento europeu do setor e que tem lugar de dois em dois anos em Hamburgo.

Esta participação do Porto de Leixões nos principais eventos mundiais de cruzeiros é feita em conjunto com os portos dos Açores, Lisboa, Madeira, Setúbal e Portimão sob a marca Cruise Portugal, contribuindo decisivamente para o reforço do posicionamento de Portugal e do Porto de Leixões em particular, enquanto destino de cruzeiros.

O Porto de Leixões é ainda membro da Cruise Europe e da Med Cruise, apostando ativamente na promoção de Leixões enquanto porto de cruzeiros e da Costa Atlântica Portuguesa enquanto um destino de cruzeiros de excelência.

No que diz respeito ao setor dos eventos, a APDL acolheu no Terminal de Cruzeiros um total de 115 eventos corporativos, onde se incluem conferências, congressos, reuniões, seminários, apresentações e workshops, de cariz social, com almoços corporativos e jantares de gala e ainda produções comerciais, com sessões fotográficas e filmagens. De entre as principais iniciativas, destacam-se: aquelas diretamente relacionadas com o apoio ao turismo, inovação e sustentabilidade, como o Prémio Nacional Inovação, a INEGI InConference, a Conferência NEST Boost, a Conferência Connecting Healthcare e a CLIA; iniciativas de Interesse público como a Apresentação das Agendas Mobilizadoras PRR, ou eventos de cariz solidário; outras com a formação, a academia e o desenvolvimento científico, tecnológico, regional e setorial.

A integração do edifício com a comunidade sempre foi uma aposta da APDL, pelo que, sempre que possível, a APDL abre as suas portas ao público e à comunidade, através de visitas guiadas e livres. Através das visitas ao domingo, com a abertura ao público, das visitas programadas, durante a semana, e dos dias abertos à comunidade, o edifício recebeu, em 2023, aproximadamente 322 visitas e 15.000 visitantes.

De salientar ainda que o ano de 2023 foi o segundo ano completo de atividade do Titan de Leixões, com abertura ao público aos fins-de-semana e com visitas de grupos programadas durante a semana. No total, as 512 visitas realizadas ao icónico guindaste, permitiram receber aproximadamente 8.900 visitantes.

1.6. Plataforma Logística

A Plataforma Logística do Porto de Leixões (PLPL) tem sido um dos principais investimentos que muito contribui para desenvolver o Porto de Leixões ao acrescentar valor e criando condições para a atração e fixação de agentes da logística e de distribuição que permitam ancorar novo tráfego para o porto de Leixões e para as comunidades e cadeias logísticas envolventes, aumentando a interconetividade entre o Porto de Leixões e o território.

Complementarmente tem permitido reduzir o impacto da reduzida disponibilidade de espaços de apoio às atividades operacionais do porto, aumentando a sua capacidade de crescimento e melhorando a performance do serviço prestado na cadeia logística de alguns dos principais grupos de mercadorias que passam pelo Porto de Leixões.

A PLPL apresentou em 2023 um índice de ocupação de 75,04%, um acréscimo de 3.3 p.p. face a 2022. Já relativamente às receitas, também por força da inflação registaram um aumento de 27%, face ao ano anterior, totalizando um valor de cerca de 3,2 milhões de euros.

Considerando o nível de ocupação registado, durante o ano de 2023 as ações promocionais relativas à PLPL foram desenvolvidas de forma mais específica, através da participação em encontros com operadores logísticos em feiras e seminários ligados à logística e ao imobiliário logístico, mantendo-se a promoção da PLPL nas plataformas digitais à semelhança de anos anteriores.

1.7. Atividade Promocional, Comercial e Comunicação

Numa vertente mais comercial e de promoção das várias unidades de negócio, a APDL continua a procurar manter um papel dinamizador na atração de novos negócios e identificação de novas oportunidades, não descurando os clientes que já utilizam as infraestruturas portuárias da APDL, contribuindo assim para a consolidação e reforço do ecossistema portuário, através da melhoria contínua do desempenho das unidades de negócio, sempre em colaboração com os diversos parceiros nas Comunidades Portuárias.

Durante o ano de 2023, o acompanhamento permanente do Grupo de Promoção do Porto de Leixões, liderado pela APDL e com a participação dos concessionários, foi um elemento importante na adaptação da estratégia promocional ao contexto económico e na avaliação permanente das dificuldades sentidas nas diversas áreas de negócio do porto.

De igual forma, o Grupo de Promoção do Porto de Viana do Castelo que reúne os principais stakeholders do porto de Viana do Castelo e tem como objetivo a definição da estratégia e plano de ação promocional do porto, foi dinamizador de algumas ações de cariz promocional. De destacar o “Estudo de Mercado para o Desenvolvimento do porto de Viana do Castelo”, resultado de um protocolo assinado entre o Município de Viana e a APDL que pretendeu estabelecer um perfil adequado para a potenciação desta infraestrutura portuária.

O porto de Viana do Castelo sido também motivo de interesse por diversos clusters energéticos internacionais, devido ao seu potencial no âmbito das energias renováveis e, em particular, na área dos projetos da indústria eólica offshore. Ao longo de 2023 foram várias as delegações internacionais que visitaram o porto de Viana, nomeadamente a Norwegian Offshore Wind Cluster, o maior cluster energético da Noruega.

No que diz respeito às ações promocionais, no decorrer do ano de 2023, a APDL participou em diversas feiras, direcionadas aos vários segmentos de carga, nomeadamente, a Intermodal South America 2023, que decorreu de 28 de fevereiro a 2 de março, em S. Paulo; a BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa, que decorreu de 1 a 5 de março na FIL, em Lisboa; a Seatrade Cruise Global, que decorreu de 27 a 30 de março, em Miami; a Transport Logistics, que decorreu de 9 a 12 de maio, em Munique; a Breakbulk Europe, que decorreu de 6 a 8 de junho, em Roterdão, e a Seatrade Europe 2023, que teve lugar em Hamburgo, de 6 a 8 de setembro.

Outro evento de referência para a promoção dos Cruzeiros no Porto de Leixões e na Via Navegável do Douro, foi a Conferência Destination Showcase e o Trade Fair” da CLIA Europa – Cruise Lines International Association, que decorreu no Porto de Leixões. Neste evento, os responsáveis e os delegados da CLIA, para o Reino Unido e Irlanda, tiveram oportunidade de conhecer o Destino e o potencial que estas duas Unidades de Negócio encerram em matéria de Cruzeiros.

A APDL acolheu ainda, em setembro, a Porto Maritime Week, um evento em que durante uma semana, meia centena de especialistas nacionais e estrangeiros do setor marítimo-portuário debateram o “Shipping” e a Logística Intermodal.

Numa outra abordagem de cariz institucional, a APDL continua empenhada em estabelecer e fortalecer parcerias estratégicas que contribuam para o desenvolvimento sustentável das suas Unidades de Negócio e da região. Nesse sentido, delegações nacionais e estrangeiras, em particular da Europa, da América do Norte e do Sul, de África e da Ásia, visitaram o porto de Leixões, o porto de Viana e a VND durante 2023.

Estas visitas representam para a APDL uma excelente oportunidade para o fortalecimento das relações e promoção da cooperação entre a APDL e outras entidades governamentais, institucionais e organizacionais, bem como para o desenvolvimento de novas parcerias e oportunidades de negócio.

Na dinamização da relação com clientes e parceiros do setor, a APDL participou como promotor no lançamento do projeto Digital Cologistics – Impulso da digitalização do sistema logístico da Eurorregião Galicia-Norte de Portugal com o objetivo de digitalizar a logística através da sua integração digital nas cadeias de valor estratégicas da Eurorregião, proporcionando competitividade e confiabilidade ao setor logístico.

Com o objetivo de estimular o diálogo regular entre as várias entidades, a APDL continuou em 2023 a liderar o grupo de trabalho em que participam os concessionários e a associação de transportadores rodoviários de mercadorias (ANTRAM) para abordar temas específicos relativos ao acesso rodoviário ao Porto de Leixões e implementar medidas de melhoria e eficiência que possibilitem a redução de tempos de estadia de camiões na área portuária, criando valor para os diversos stakeholders.

A ligação do Porto e Comunidade, nas diversas Unidades de Negócio, é um tema altamente valorizado na APDL e é dinamizado quer pela realização de eventos para a Comunidade, quer pelo desenvolvimento de tecnologias que visam a melhoria das condições das populações.

Os grandes eventos junto da Comunidade são os “**Dias De...**” nos quais as unidades de negócio da APDL se abrem à Comunidade, em Leixões, Viana e Douro. Em Leixões e Viana complementadas com as respetivas **Corridas**.

O **Dia do Porto de Leixões, 15.ª edição**, celebrou-se a 17 de setembro com um programa diversificado para todas as idades e, em particular, para as famílias. Como habitualmente, tratou-se dum intenso dia, com uma diversidade de atividades das quais se destacam as visitas à área portuária, concertos, exposições, teatro, artes performativas, e a habitual mostra de ciência do CIIMAR.

No fim-de-semana anterior, a 10 de setembro, realizou-se, com grande sucesso, a **8.ª Corrida do Porto de Leixões**, uma prova emblemática na região do grande Porto, que juntou mais de 2200 participantes.

O **Dia do Porto de Viana** foi comemorado a 20 de maio, e contou com a presença de cerca de 3.500 participantes. Foram organizadas diversas atividades para toda a família e faixas etárias: insufláveis, karts, animação e pinturas faciais, concertos e visitas ao Navio Hospital Gil Eanes e à área portuária a bordo de uma embarcação.

Foram ainda organizadas duas visitas ao parque eólico offshore flutuante, instalado ao largo de Viana do Castelo, a cerca de 20 km.

Nesse mesmo dia realizou-se a primeira edição da **Corrida Porto de Viana**, que contemplou a vertente corrida de 10 km e caminhada de 5 km. Esta prova teve a presença da Manuela Machado, atleta e campeã mundial da maratona. A prova iniciou-se dentro do Porto de Viana e terminou junto ao Jardim da Marina, num percurso inédito que percorreu as áreas portuárias e industriais do porto, bem como a famosa ponte Eiffel.

O **Dia do Douro** celebrou-se a 21 de outubro, no Cais da Régua, junto da comunidade local, com um dia repleto de atividades e animação para toda a família. O programa deste Dia do Douro incluiu os habituais batismos de navegação em minicruzeiros, visitas guiadas ao Museu do Douro, animação musical variada, jogos tradicionais, parque de insufláveis e muita animação de rua.

No âmbito destas comemorações, a APDL voltou a distinguir os melhores alunos do concelho de Matosinhos, Viana do Castelo e Peso da Régua, com a entrega do “Prémio APDL”.

No que respeita às visitas ao Porto de Leixões, a APDL valoriza o envolvimento da comunidade local e a educação das gerações futuras sobre o papel crucial dos portos na economia nacional e no desenvolvimento regional. Ao abrir as portas do Porto de Leixões a grupos escolares e universitários, estamos a proporcionar uma experiência prática e educativa única. No decorrer de 2023 foram realizadas 114 visitas de estudo, com cerca de 5.800 alunos dos mais diversificados ciclos de ensino, destacando-se principalmente os grupos escolares do ensino secundário, das escolas profissionais e grupos de estudantes de universidades europeias.

Destacam-se também as 16 filmagens, reportagens e documentários realizados no Porto de Leixões, fomentando a política de abertura à Comunidade e ao mundo, reafirmando o nosso compromisso com a transparência e o acesso à informação. Queremos proporcionar uma visão autêntica e transparente da atividade portuária, tanto para a comunidade local como para o público em geral.

Na perspetiva de facilitar o dia a dia da Comunidade e melhorar, continuamente, a sua relação com o porto, a APDL desenvolveu e lançou em setembro 2023, a aplicação móvel “APDL Ponte Móvel”. Este aplicativo, gratuito, ficou disponível para toda a comunidade, incluindo moradores locais, turistas, peregrinos de Santiago e visitantes. Com informação atualizada em tempo real sobre a abertura e tráfego na Ponte Móvel, tornando-se uma ferramenta útil e de fácil uso. Para além desta imprescindível informação, a APP permite ainda, disponibilizar notícias, verificar a agenda de eventos, conferir a previsão do tempo e aceder a outras informações úteis, representando o mais recente investimento da APDL neste domínio.

Ao nível interno, o Portal de Notícias da APDL, que em 2023 publicou 456 notícias, procura ser um veículo de informação e comunicação com os seus colaboradores. Este portal agrega as notícias da atualidade da APDL, reunindo a comunicação interna das várias unidades orgânicas; acesso direto aos diversos portais e plataformas da APDL: portal do Colaborador, site, redes sociais; Calendário de eventos, entre outras informações.

Na comunicação externa, em particular com os órgãos de comunicação social, foram divulgados 60 Comunicados/Notas de Imprensa e foram efetuados mais de 20 esclarecimentos, com diferentes assuntos de agenda. Foram ainda, realizadas 4 entrevistas, artigos de opinião e reportagens televisivas.

Durante o ano 2023 a comunicação digital nas redes sociais, onde temos presença ativa no Facebook, Twitter, Instagram, Youtube e LinkedIn traduziu a comunicação com stakeholders da APDL, com especial foco na Responsabilidade Social da empresa.

As estatísticas do Facebook Porto de Leixões indicam que 84,1% do total de alcance consistiu em 1.633.557 visualizações, sendo 100% deste alcance referente a conteúdos orgânicos, o alcance com a publicidade paga foi de 114.208 visualizações. No Instagram o alcance total foi de cerca de 17.000 contas atingidas, das quais 9700 foram provenientes de campanhas. A página do Porto de Viana teve um alcance de 60.000 contas, das quais cerca de 20.000 provenientes de campanhas. Por fim, a página do Facebook da Via Navegável do Douro teve durante o ano de 2023 um alcance total de 80.000 contas, das quais 50.000 são provenientes de campanhas pagas.

A página do LinkedIn da APDL teve durante o ano de 2023 um total de 173 publicações que geraram mais de 6.000 reações e 173 partilhas.

Durante o ano de 2023, procedemos à integração, reorganização, renovação e rebranding dos sites das Unidades de Negócio e da APDL, o que resultou na implementação de sete websites: www.apdl.pt, leixoes.apdl.pt, viana.apdl.pt, douro.apdl.pt, tfm.apdl.pt, cruzeiros.apdl.pt, e saude.apdl.pt. Os websites da APDL desempenham um papel fundamental na melhoria da comunicação, transparência e acessibilidade para os utilizadores dos portos, turistas e o público em geral.

Ainda no âmbito de abertura e comunicação com a Comunidade, a APDL mantém canais de comunicação abertos para receber feedback, sugestões e reclamações, reconhecendo a importância do diálogo constante para a melhoria contínua dos serviços prestados e das operações portuárias. Nesse sentido, no decorrer de 2023 foram recebidas, analisadas e tratadas, 75 reclamações de âmbito geral.

Foram ainda publicados anúncios publicitários vários, em diversos órgãos de comunicação social, local, nacional e internacional, sobre carga, cruzeiros de mar e rio, saúde, formação, eventos e serviços, totalizando 24 anúncios nacionais e 3 internacionais. A presença das Unidades de Negócio e dos serviços na imprensa nacional e estrangeira, procurou afirmar e intensificar a sua notoriedade e o posicionamento.

1.8. Certificações, Sistema de Gestão Ferroviário de Mercadoria de Leixões e Gestão de Riscos

Certificação da Qualidade

Em 2023, a Entidade Certificadora Lloyd's Register verificou o cumprimento do SGQ da empresa de acordo com os requisitos estabelecidos na Norma ISO 9001:2015, norma esta pela qual a APDL (em todas as suas Unidades de Negócio) está

certificada. A Entidade Certificadora confirmou, durante a 1ª auditoria de acompanhamento da certificação, que o sistema se mantém eficazmente implantado na organização, contribuindo para a respetiva melhoria contínua.

Este Sistema é estruturado tendo em conta a Política da Qualidade da empresa, alinhada ao seu planeamento estratégico e prossequindo os princípios consagrados pela gestão por processos, comprometimento da gestão de topo, auditorias, a melhoria contínua e o pensamento baseado no risco.

Relativamente à performance/análise comparativa ao Macro Indicador do Processo “Planeamento de Gestão - Cumprimento dos objetivos dos processos”, registada no biénio 2022/2023, pode-se aferir que o ano de 2023 foi em termos gerais melhor do que o ano 2022 pois a nova meta dos 70% (a partir de junho de 2023) foi atingida em todos os meses exceto o mês de novembro.



Implementação do Sistema de Gestão da Segurança da Cadeia de Abastecimento no Porto de Leixões com vista à certificação

O Porto de Leixões foi o primeiro porto português a obter a Certificação na norma ISO 28000 – Segurança da Cadeia de Abastecimento (em 5 de janeiro de 2023). Esta implementação foi realizada ao abrigo da candidatura GISAMP e de acordo com as normas do Fundo Azul. A obtenção da certificação demonstra o compromisso do Porto de Leixões com a qualidade e a segurança nas operações realizadas, visando a contínua satisfação dos seus clientes, reforçando a imagem institucional e acompanhamento do mercado em permanente mudança.

A implementação da norma ISO 28000 – Segurança da Cadeia de Abastecimento tem como objetivo primordial estabelecer, implementar e melhorar os níveis de segurança e proteção nas operações, melhorar as condições de segurança na cadeia logística, garantir as competências necessárias para o desempenho das funções operacionais, assegurar a conformidade com a política de segurança estabelecida e demonstrar essa conformidade em relação a terceiros, através de uma adequada e eficaz gestão dos riscos de segurança.

O SGSCA (Sistema de Gestão de Segurança da Cadeia de Abastecimento) é composto por processos sistémicos, na área da prestação dos seus serviços Core Marítimo/Portuários, e em áreas que permitem à gestão corrigir os desvios face à linha de rumo traçada.

Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões

A APDL obteve em 01/02/2023 a sua Autorização de Segurança nº PT 21 2023 0001 emitida pelo IMT. No início de 2023 foi implementado o SGSTFM (Sistema de Gestão da Segurança dos Terminais Ferroviários de Mercadorias) e realizadas as avaliações de conformidade pelo IMT.

Plano de Gestão de Riscos - projeto MAR

A Gestão do Risco empresarial, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (conhecido na APDL por projeto MAR – Modelo de Avaliação de Riscos) segue as melhores práticas, modelos e frameworks de gestão de risco internacionalmente aceites, entre os quais se encontram as metodologias da norma ISO 31000:2018, o “COSO II - Integrated framework for Enterprise Risk Management”. O plano de prevenção do risco está disponível em <https://www.apdl.pt/empresa/gestao-de-riscos-sistemas-de-gestao-e-certificacoes/>

O ano de 2023 foi um ano de avaliação de novas áreas de negócio (tais como os terminais ferroviários de mercadorias) e de consolidação da estrutura orgânica. O Comité de Gestão do Risco realizou 3 reuniões no ano de 2023. Foi também realizada a avaliação dos riscos decorrentes da implementação do Sistema de Gestão de Segurança da Cadeia de Abastecimento, bem como a integração de uma nova vertente metodológica de gestão do risco de segurança ferroviária, de acordo com legislação própria: Método Comum de Segurança para a Avaliação de Risco, de acordo com o Regulamento de Execução (UE) 402/2013.

No que concerne ao Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e respetiva documentação técnica, este cumpre com as Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção. Neste âmbito a APDL aplica os normativos internos de Ética Empresarial, disponíveis em <https://www.apdl.pt/empresa/etica-empresarial/> e composta pelos seguintes documentos:

- Código de Ética e de Conduta
- Código de Conduta para o Tratamento de Dados Pessoais

- Regulamento da Comissão de Ética e de Conduta
- Regulamento de Comunicação de Irregularidades

A APDL elaborou em 2023 o Relatório de Avaliação Anual de 2022 – Prevenção da Corrupção, disponível em <https://www.apdl.pt/empresa/gestao-de-riscos-sistemas-de-gestao-e-certificacoes/> e tem um Canal de Comunicação de Irregularidades/Denúncias em: <https://www.apdl.pt/empresa/comunicacao-de-irregularidades/>

2. Recursos Humanos

Em destaque para o ano de 2023, no âmbito da gestão de Recursos Humanos, a empresa tem alinhado estratégias para potencializar o desempenho organizacional através do desenvolvimento integral dos nossos colaboradores. As políticas de Recursos Humanos implementadas na Empresa, visam garantir condições laborais justas e seguras, incluindo sistemas de remuneração competitivos e benefícios atrativos, além de zelar pela saúde, segurança e bem-estar de todos os recursos.

Em 2023, ressalta-se a integração de sete colaboradores provenientes do Terminal Ferroviário de Leixões, anteriormente vinculados à empresa Infraestruturas de Portugal, S.A. Esse processo de integração foi estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 55/2022 de 17 de agosto, que nos atribuiu responsabilidades de gestão das infraestruturas ferroviárias no terminal de mercadorias de Leixões.

A APDL reafirma o seu compromisso estratégico em valorizar o capital humano, investindo em programas de capacitação que abrangem tanto as competências técnicas quanto as comportamentais, objetivando o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores. Este enfoque fortalece a empresa e contribui para elevar a produtividade e a eficácia dos serviços que prestamos.

2.1. Quadro de Pessoal

De acordo com o Plano de Atividades e Orçamento, circunscrito ao ano de 2023, aprovado por referência ao exposto no Relatório de Análise n.º 162/2023, de 4 de julho, da UTAM, e objeto de concordância através do Despacho n.º 360/2023-SET, de 31 de agosto, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em 2023 o quadro de pessoal da APDL foi reforçado com 17 colaboradores. Parte destas contratações foram resultado de saídas voluntárias e aposentações/reformas (incluindo 1 colaborador do TMFL), efetivadas ou a acontecer, e outras resultantes da internalização de colaboradores que se encontravam com contratos de prestação de serviço, da integração dos colaboradores do novo Terminal Ferroviário de Leixões e, ainda, da contratação de novos colaboradores para as áreas de pilotagem e marítima.

SAÍDAS DE COLABORADORES	2023
Cessação do contrato	4
Aposentação/reforma	7
Licença sem vencimento	1
Renúncia Mandato	1
Acordo de Revogação	1
Total	14
ENTRADAS DE COLABORADORES	
Contratação sem termo	16
Mandato	1
Total	17

Como resultado do movimento de saídas e de entradas de colaboradores, o quadro de pessoal apresenta variação positiva de 3 colaboradores (mais 1,1% relativamente ao ano anterior), totalizando 278 colaboradores.

QUADRO PESSOAL (por unidade de negócio)	2022	2023	Δ %
N.º de ativos	275	278	1,1%
Leixões	234	231	1,3%
Viana do Castelo	29	29	0,0%
Via Navegável do Douro	12	12	0,0%
Terminal Ferroviário Leixões	0	6	

Ativos – Totalidade dos recursos humanos disponíveis, não incluindo ROC (1 elemento), Conselho Fiscal (3 elementos) e Assembleia-geral (2 elementos)

QUADRO DE PESSOAL (em 31 de dezembro)	2022	2023	Δ %
Total	275	278	1,1%
H	183	184	0,5%
M	92	94	2%
Tipo de vínculo	275	278	1,1%
Permanente	228	231	1,3%
Comissão de serviço	38	37	2,6%
Cedência de interesse público	9	10	11,1%

Mais de metade dos colaboradores possuem formação de nível superior, como resultado do investimento em quadros cada vez mais qualificados e dos incentivos à autoformação dos colaboradores.

NÍVEIS DE HABILITAÇÕES	2022	2023	Δ %
Ensino básico	59	56	-5,1%
H	52	49	-5,8%
M	7	7	
Ensino secundário	61	66	8,2%
H	37	43	16,2%
M	24	23	-4,2%
Ensino superior politécnico	10	9	-10,0%
H	7	6	-14,3%
M	3	3	0
Ensino superior universitário	145	147	1,4%
H	88	87	-1,1%
M	57	60	5,3%

Nas várias unidades de negócio da empresa, em especial nos portos de Leixões e Viana do Castelo, há uma forte presença do trabalho operacional relacionado à movimentação de navios, com profissões como Piloto, Mestre de Tráfego Local,

Motorista Marítimo e Marinheiro. Devido à falta de profissionais do género feminino com cédula marítimo, esta área apresenta uma grande predominância do género masculino no quadro de pessoal da empresa. Já na área de gestão e serviços de apoio inverte-se essa tendência, com uma predominância do género feminino, como apresentado no quadro seguinte.

ATIVOS POR ÁREAS OPERACIONAIS	2022	2023	Δ %
Operações portuárias, segurança e ambiente	121	127	5,0%
H	105	109	3,8%
M	16	18	12,5%
Obras e infraestruturas	36	34	-5,6%
H	28	26	-7,1%
M	8	8	
Logística e informática	25	24	-4,0%
H	16	14	-12,5%
M	9	10	11,1%
Comercial e gestão domínio público	21	21	0%
H	9	9	0
M	12	12	0
Gestão e serviços de apoio	72	72	0%
H	25	26	4,0%
M	47	46	-2,1%
Total	275	278	1,1%
H	183	184	0,5%
M	92	94	2,2%

Para garantir a plena operacionalidade dos serviços, é necessário que todos os colaboradores dos serviços marítimos (Operações Marítimo-Portuárias e de Segurança da Navegação, incluindo os serviços de Pilotagem e Vessel Traffic Services) trabalhem em regimes de turno e/ou IHT. Além disso, os serviços de direção, apoio técnico e sistemas de informação das unidades de negócio do Porto de Viana do Castelo e VND estão centralizados em Leixões, o que garante maior disponibilidade para dar suporte às três unidades de negócio. Como resultado, muitos colaboradores dessas áreas estão integrados no regime de isenção de horário de trabalho, o que explica o elevado número de colaboradores nesse regime.

REGIME DE TRABALHO	2022	2023	Δ %
Horário normal fixo	49	53	8,2%
Horário de turno	19	23	21%
Isenção de horário de trabalho	207	202	-2,4%

A taxa de absentismo, sofreu uma diminuição de 0,64 pontos percentuais devido, sobretudo, à diminuição nas ausências por acidente de trabalho e nas outras

ausências justificadas, apesar do aumento registado nas ausências por doença não profissional.

TAXA DE ABSENTISMO	2022	2023	Δ (p.p.)
Taxa de absentismo	4,35	3,71	-0,64

(Total horas ausência/potencial máximo trabalho*100)

ABSENTISMO	Género	2022	2023	Δ %
		(dias)	(dias)	
Ausências	Masculino	1 602	1624	1,4%
	Feminino	817	879	7,6%
Total		2 420	2 503	3,4%

AUSÊNCIAS (em dias de trabalho)	2022	2023	Δ %
Acidente de Trabalho	274	115	-58%
Por doença não profissional	1 135	1798	58,4%
Por assistência inadiável a filho, neto ou agregado familiar	97	68	-29,9%
Maternidade/Paternidade	231	211	-8,7%
Outras ausências justificadas	683	311	-54,5%
Ausências injustificadas	0	0	0
Total	2 420	2503	3,4%

2.2. Estrutura dos Gastos com o pessoal

O aumento de gastos com o pessoal resulta, essencialmente, das contratações de pessoal concretizadas em 2023, do aumento da tabela salarial e das normais valorizações remuneratórias resultantes das progressões nas carreiras profissionais de acordo com os Instrumentos de Regulamentação Coletiva do Trabalho, designadamente, o previsto no Anexo IV à Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro.

Unid.:
euros

GASTOS COM O PESSOAL	2022	2023	Δ %
APDL	16 475 122	18 248 786	10,77%
Porto de Leixões	14 288 245	15 600 387	9,18%
Porto de Viana do Castelo	1 627 168	1 760 528	8,20%
Via Navegável do Douro	559 708	613 342	9,58%
Terminal Ferroviário de Leixões		274 529	

MASSA SALARIAL	2022	2023	Δ %
Massa salarial	12 648 887	14 035 419	10,96%

A massa salarial agrega a totalidade das rubricas remuneratórias dos trabalhadores e dos membros dos órgãos sociais.

2.3. Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

A APDL tem uma Política Responsabilidade Social Corporativa formalizada e aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece os princípios e os compromissos da atuação da empresa na sociedade tendo em conta, o interesse público inerente à sua atividade, os impactos das suas decisões e atividades na comunidade e os interesses e necessidades dos seus principais stakeholders em matérias de responsabilidade social.

Esta política estabelece as orientações para responder às necessidades da empresa e das principais partes interessadas relativamente aos seguintes aspetos:

- Boas práticas laborais – através de condições de trabalho dignas e justas na organização do trabalho, por práticas de segurança de trabalho adequadas a cada local, pela procura de uma maior conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar e pela promoção da igualdade e não discriminação no trabalho, de forma a responder aos objetivos da empresa e às necessidades das suas partes interessadas mais significativas.
- Apoio profissional e desenvolvimento pessoal – através de ações de formação profissional e valorização pessoal e apoio aos estudos, que promovam a obtenção de melhores competências escolares, profissionais e pessoais dos que colaboram com a empresa.
- Serviços e benefícios – através de apoio económico e disponibilização e facilitação de acesso a serviços que promovem a saúde, bem-estar e maior qualidade de vida dos que desenvolvem a sua atividade na empresa e também da comunidade envolvente.

Paralelamente à Política, a APDL tem um Plano de Responsabilidade Social Corporativa, que é um instrumento de gestão de Recursos Humanos, de periodicidade anual, que reúne um conjunto de iniciativas destinadas a estimular o crescimento pessoal e profissional dos colaboradores, promovendo ainda a segurança, saúde e qualidade de vida das partes interessadas da empresa e promovendo o envolvimento com a comunidade em ações de carácter social.

Em 2023 foi criado o Grupo de Trabalho RSC, que reúne elementos de todas as Direções, que tem como função colaborar na elaboração, execução e divulgação das iniciativas de RSC na empresa, passando a envolver todos os serviços nestas matérias com o objetivo de disseminar na cultura da empresa os princípios da RSC.

Destacam-se as principais iniciativas realizadas em 2023:

- Semana do bem-estar, durante uma semana decorrem, na empresa, um conjunto de atividades ligadas à promoção do bem-estar e qualidade de vida, destinadas aos colaboradores. Nomeadamente: atividades desportivas, (Padel e Touch rugby), aulas de Yoga e Pilates e, ainda, sessões de meditação, reiki e massagens de relaxamento.
- Workshop Mindfulness, destinado a proporcionar ensinamentos para gerir o stress, crescimento pessoal e melhoria da qualidade de vida.

- Team Building, uma ação que envolve todos os colaboradores da empresa destinada a reforçar o espírito de equipa e o relacionamento interpessoal.
- Prémio carreira – a consagração deste prémio tem como objetivo promover o reconhecimento público de percursos profissionais dos colaboradores que ao longo de 25, 30, 40 ou 45 anos de dedicação à empresa, contribuíram com competência, disponibilidade e lealdade para o sucesso da APDL.
- Comemoração do Dia da Mulher, dia do livro e dia mundial para a segurança e saúde no trabalho, com o objetivo de incentivar a tomada de consciência sobre a relevância e o simbolismo dos dias a comemorar e proporcionar momentos de confraternização.
- Iniciativas de Natal para colaboradores/as e famílias, que incluem distribuição de lembranças e espetáculos natalícios.

Ao nível da organização do trabalho, continuou a aplicar-se a modalidade de trabalho híbrido, regime de alternância entre presencial e não presencial, permitindo que os colaboradores fiquem em teletrabalho até 4 dias por mês. Assim como a possibilidade de implementação de horário flexível, efetuada de acordo com pedido específico e devidamente fundamentado, dos colaboradores/as que necessitem de ajustar o horário de trabalho com necessidades específicas da vida pessoal ou do agregado familiar.

No âmbito do envolvimento com a comunidade, a empresa desenvolve várias iniciativas com e para a comunidade, podendo ser consultadas no site da empresa: [Envolvimento com a Comunidade \(apdl.pt\)](http://apdl.pt).

Ao nível do bem-estar e saúde, são proporcionados aos colaboradores/as, um conjunto de benefícios que se destinam a promover uma melhor qualidade de vida e saúde, para os próprios e para as suas famílias, de que se destacam:

- Seguro de doença de grupo como um sistema complementar de proteção na doença para os trabalhadores não beneficiários da ADSE;
- APDL Saúde – disponibiliza a todos os colaboradores e aposentados, e respetivos familiares diretos, um serviço de consultas clínicas e enfermagem, sendo o custo dos serviços prestados pago pelos interessados, a preços ajustados. Em 17 de março ocorreu a inauguração do Polo II da APDL Saúde, ampliando assim a visibilidade e compromisso com a disponibilidade dos serviços para atender à comunidade, refletindo o compromisso da APDL com a excelência nos cuidados de saúde.
- Ao nível da medicina no trabalho, realizam-se exames médicos anuais, a todos os colaboradores da empresa, onde se incluem marcadores clínicos abrangentes de despiste de doenças como o cancro do colon, da próstata, da mama e dos pulmões e, ainda, um plano anual de vacinação contra a gripe.
- São ainda promovidas várias ações de sensibilização para as questões da promoção da saúde e prevenção da doença, assinalando-se vários dias nacionais de doenças crónicas, com a divulgação de informações úteis sobre essas doenças e, ainda, pela realização de vários rastreios gratuitos, nomeadamente, visão e sono.

2.4. Saúde Ocupacional

À semelhança de anos anteriores, foram efetuadas visitas técnicas e medições, com vista à verificação das condições de segurança e saúde e eventual tomada de medidas preventivas, no sentido de promover uma cultura de segurança e fomentar comportamentos seguros. A sinistralidade da APDL manteve-se baixa no ano de 2023, não obstante as atividades de elevado risco profissional executadas na empresa, designadamente no setor das operações marítimas e pilotagem. Assim, apesar da ocorrência de mais um acidente, houve uma diminuição do número de dias perdidos devido a acidentes de trabalho, o que se traduziu num decréscimo no índice de gravidade. Em 2023 não ocorreram situação de doença profissional.

ACIDENTES DE TRABALHO	2022	2023
Índice de frequência	6,60	6,34

Nota: Quantifica o n.º de acidentes com baixa por cada milhão de horas de trabalho de exposição ao risco

ÍNDICE DE GRAVIDADE	2022	2023
Índice de gravidade	0,61	0,17

Nota: Quantifica o n.º de dias perdidos por cada mil horas de trabalho de exposição ao risco

ÍNDICE DE SINISTRALIDADE	2022	2023
Índice de sinistralidade	0,022	0,025

No índice de sinistralidade foi contabilizado o número total de acidentes de trabalho, com e sem incapacidade, de acordo com a informação constante da tabela que se segue. Todos os acidentes ocorreram no decurso do trabalho executado, sem ocorrências de percurso, tendo ainda sido registados 3 incidentes e uma recidiva.

No que diz respeito ao índice de gravidade, apenas foram contabilizados os dias perdidos por incapacidade dos acidentes ocorridos no ano.

SINISTRALIDADE	2022	2023	Δ %
Com incapacidade temporária	3	3	0%
Sem incapacidade	3	4	33,3%
TOTAL	6	7	16,7%

A promoção da saúde ocupacional e bem-estar dos trabalhadores do grupo são asseguradas através do cumprimento dos requisitos de vigilância da saúde ocupacional, de acordo com a legislação aplicável e com as boas práticas.

No ano de 2023 foram efetuados 16 exames de admissão, 19 exames ocasionais e outros, e 239 exames de rotina. A variação face ao ano de 2022 deve-se ao facto de apenas terem sido consideradas as rotinas totalmente executadas no ano.

EXAMES DE SAÚDE	2022	2023	Δ %
Exames periódicos obrigatórios	256	239	-6,6%
Exames de admissão e ocasionais	19	35	84,2%

2.5. Formação

A atividade formativa desenvolvida pela empresa através do seu Centro de Formação assume três áreas de atuação distintas:

- Continuidade na aposta na formação e valorização profissional dos colaboradores da empresa através de ações de formação desenhadas e desenvolvidas com o objetivo de contribuir para uma permanente atualização das suas competências técnicas e motivação profissional, essenciais à melhoria da eficiência de todos os serviços.
- Soluções “à medida” no âmbito da conceção, planeamento e execução de serviços de formação dirigidos a empresas clientes, concessionários, empresas, portos e demais stakeholders das 3 unidades de negócio – Leixões, Viana do Castelo e Via Navegável do Douro, tanto no que respeita à Formação em sala como na dinamização da atividade no Núcleo de Simulação.
- Promoção e rentabilização de espaços disponíveis.

2.5.1. Formação de colaboradores

No que se refere à formação de colaboradores é de destacar:

	Ações externas			Ações internas			Total		
	2022	2023	Δ	2022	2023	Δ	2022	2023	Δ
Formandos (nº)	84	79	-6,0%	210	634	201,9%	294	713	142,5%
Horas de formação*	3 095	3 235	4,6%	212	365	72,4%	3 306	3 600	8,9%
Volume de Formação**	4 464	4 382	-1,8%	1 603	3 979	148,2%	6 067	8 361	37,8%

*Inclui situações de autoformação

**Volume de Formação: N.º de horas de formação assistidas X Número de formandos

Em 2023, verificou-se uma ligeira redução de indicadores de “formandos” e “volume de formação”, no que se refere às ações externas. Contudo, o número de horas de formação foi superior, o que significa que, menos formandos, frequentaram ações mais longas.

No âmbito da Formação Interna, (realizada no Centro de Formação ou noutra local, sendo a APDL a entidade formadora) destaca-se um exponencial aumento no que respeita aos “formandos” e ao “volume de formação”.

Relativamente à carga horária, o aumento, embora significativo, é menor quando comparado com os outros indicadores. Este facto significa que muitos formandos realizaram formação de curta duração, o que se revela num menor impacto ao nível das “horas de Formação”.

	2023	2022	Δ (p.p.)
Taxa de Formação *	0,75%	0,73%	0,02 p.p.

* Taxa de Formação = Acumulado Número de Horas de Formação/Acumulado Número de Horas Trabalháveis

2.5.2. Formação a terceiros

Embora estes indicadores se refiram a colaboradores da APDL, importa destacar que, muitas das ações de formação tiveram a participação de formandos externos e outras (aqui não incluídas) foram desenvolvidas, em exclusivo, para empresas do exterior.

A atividade relacionada com participantes externos, foi diversificada e concretizou-se tanto em inscrições avulsas nos cursos promovidos por iniciativa do Centro de Formação, como nos cursos desenhados “à medida”, salientando a formação desenvolvida no Núcleo de Simulação.

2.5.3. Alugueres e disponibilização de instalações

Para além do apoio e disponibilização de instalações às várias unidades orgânicas da APDL, o Centro de Formação promove os seus espaços, com vista ao aluguer de salas e do Auditório José Lima Torres.

3. Sustentabilidade Ambiental

Estando já enraizadas uma série de medidas em matéria de sustentabilidade ambiental que vão de encontro à Política de Sustentabilidade da APDL (disponível para consulta em <https://www.apdl.pt/sustentabilidade/>), em 2023 foi dado especial enfoque às ações que visam a transição energética da APDL, sobretudo no que diz respeito ao porto de Leixões onde se pretende atingir a neutralidade carbónica em 2035.

Redução das emissões do tráfego rodoviário nas áreas portuárias

Concluído o período de transição estabelecido no Protocolo de colaboração entre a APDL e a ANTRAM - Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias, que permitiu o processo de renovação da frota existente em dezembro de 2021, no início de 2023 foi proibida a entrada de viaturas mais poluentes nos portos de Leixões e de Viana do Castelo, designadamente as viaturas EURO I e II, sendo que as viaturas EURO III e IV cuja entrada ainda foi permitida provisoriamente até ao fim de 2023 terminou esse ano com um valor inferior a 9% de todas as viaturas entradas no porto de Leixões. Foi dada continuidade ao plano de renovação da frota automóvel da APDL por veículos elétricos e híbridos. Estas duas medidas contribuem para a redução não só das emissões atmosféricas, mas também do ruído.

Transporte ferroviário

A gestão direta do Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões (TFML) pela APDL, permitiu reduzir os custos de transporte de mercadorias dos navios para os carris, uma vez que os camiões deixaram de percorrer 18 quilómetros para mudar cargas dos navios para os carris.

Produção de energia elétrica através de fontes renováveis

O porto de Leixões além de pretender vir a ser um porto neutro em termos de emissões de gases com efeito de estufa, também pretende tornar-se um porto auto-suficiente, tirando aproveitamento da produção de energia de fontes renováveis, cumprindo assim uma das ações previstas no Roteiro de Transição Energética para a Neutralidade Carbónica. Neste âmbito foram desenvolvidas várias atividades para a persecução deste objetivo, das quais se destacam as seguintes:

- Lançamento de um concurso internacional com vista à instalação de uma UPAC de 1 MW de energia elétrica a partir de produção de energia fotovoltaica em Leixões, cuja instalação estará concluída em 2024;
- Início do estudo sobre as características do vento com vista a avaliar a viabilidade de instalação de um aerogerador na área portuária;
- Assinatura de um Protocolo entre a APDL e a EW Portugal – Wave Energy Solutions Unipessoal, Lda. (EWP – Eco Wave Power) para a instalação duma unidade piloto para a produção de energia renovável a partir das ondas na barra do Douro. Esta unidade terá uma capacidade máxima instalada de 1MW.

Ainda no que se refere à produção de energia a partir de fontes renováveis foram instalados painéis fotovoltaicos com uma potência de 20,25 kWp no edifício da Régua.

Fornecimento de energia elétrica a navios

Com o propósito de preparar a instalação de OPS (Onshore Power Supply) para fornecimento de energia elétrica aos navios no porto de Leixões, a APDL realizou o Estudo Prévio para a Construção de uma nova Subestação de Alta Tensão.

No âmbito do projeto EALING, a APDL levou a efeito Feed Studies e um Estudo ambiental com vista à instalação de OPS em alguns dos terminais do porto de Leixões.

No que diz respeito à Via Navegável do Douro, em 2023, foram disponibilizadas ligações de elétricas aos navios marítimo-turísticos nos cais da Régua e de Lamego.

Combustíveis alternativos

O abandono do recurso aos combustíveis fósseis e a descarbonização das frotas que não podem ser eletrificadas é o principal objetivo da procura de combustíveis alternativos pela APDL.

Neste sentido a APDL participa no projeto H2Driven. Este projeto constitui uma proposta de implementação e valorização de uma nova cadeia de valor na área dos electro-combustíveis verdes em Portugal, com capacidade para conceção, desenvolvimento e produção de H2 verde, CO2 biogénico e electro-metanol, assumindo-se como plataforma agregadora e indutora de novas competências em diferentes áreas disciplinares e em tecnologias disruptivas.

No âmbito deste projeto está prevista a construção de um tanque de armazenamento de e/bio-metanol em Leixões com aproximadamente 5.000 toneladas numa área de implantação a definir, sendo que irão ser desenvolvidos os estudos técnicos necessários à definição da melhor localização para a sua construção e respetivas infraestruturas que permitam a ligação ao local de abastecimento aos navios.

Pegada de Carbono da Carga

Em 2023 foi dado início ao desenvolvimento uma plataforma informática que permitirá o cálculo da pegada de carbono da carga proveniente do transporte marítimo e demais atividades logísticas associadas.

4. Investimento

O valor global do investimento realizado em 2023, no cluster portuário gerido pela APDL, foi de 44,3 milhões de euros, dos quais 93% foi investido no Porto de Leixões, 3,5% na Via Navegável do Douro e 3% no Porto de Viana do Castelo.

A transferência da gestão do Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões para a APDL, aprovada em Conselho de Ministros no dia 28 de julho de 2022 e efetivada a partir de fevereiro de 2023, implicou, no ano de 2023, um investimento de cerca de 80 mil euros nesta nova unidade de negócio da APDL.

INVESTIMENTO GLOBAL

Unidade: 1000 euros

	2023	2022	2021
Porto de Leixões	41 372	117 400	40 962
Porto de Viana do Castelo	1 343	773	8 942
Via Navegável do Douro	1 534	1 855	2 463
Intermodalidade	80	13	0
Total do Investimento	44 329	120 040	52 367

De seguida, apresenta-se a realização do investimento por Unidade de Negócio e por Ação, efetuando-se uma breve descrição dos trabalhos realizados em alguns dos investimentos mais relevantes.

4.1. Principais Investimentos

4.1.1. Porto de Leixões

Unid: Euros

Ação de investimento		2023
00	Aumento da capacidade de navegabilidade do porto	194.744
02	Terminal de Cruzeiros	112.753
03	Melhoria das condições Operacionais no TPL	275.393
05	Reconversão de área para carga contentorizada	236.255
06	Estruturação da Plataforma Logística	393.533
07	Reabilitação de Espaços e Edifícios	230.334
15	Segurança Marítima e Portuária	1.805.440
17	Gestão Ambiental	321.033
18	Sistema de Informação Geográfica	38.520
19	Portal do Porto de Leixões	261.722
23	Gestão Dominial	711.745
25	Infraestruturas TIC	635.753
28	Novo Terminal de Contentores	35.903.461
99	Outros investimentos	251.130
Total Porto de Leixões		41.371.816

Relativamente ao investimento realizado no Porto de Leixões durante o ano 2023, destacam-se as seguintes intervenções:

- **Aumento da capacidade de navegabilidade do Porto (Ação 00)**

O investimento realizado no exercício foi aplicado em intervenções na Ponte Móvel, que incluíram a continuação da substituição de alguns órgãos da ponte, para prevenir a ocorrência de interrupções não previstas no funcionamento desta infraestrutura crítica. Em 2023 foi também possível concluir os estudos e projetos que vão possibilitar o lançamento ao Mercado da “Empreitada de Modernização da Ponte Móvel do Porto de Leixões” em 2024.

- **Terminal de Cruzeiros (Ação 02)**

Do total realizado nesta ação, destaca-se a intervenção na “Manga Móvel”, equipamento muito relevante para a atividade de Cruzeiros, no valor de 100 mil euros.

- **Melhoria das condições operacionais do Terminal Petrolífero de Leixões (Ação 03)**

Com vista a melhorar as condições operacionais do TPL, ficou concluída em 2022 a empreitada de fabrico e colocação de tetrápodes. Em 2023, conforme previsto, procedeu-se ao pagamento das revisões de preços, num total que ascendeu a 241 mil euros.

- **Reconversão área para carga contentorizada (Ação 05)**

Dando continuidade à estratégia de desenvolvimento estabelecida pela APDL, e considerando o Terminal de Contentores Norte do Porto de Leixões como uma infraestrutura com potencial, atendendo à sua localização, acessibilidade e integração, procedeu-se, conforme planeado, ao desenvolvimento dos seguintes estudos: Estudo Prévio e Estudo de Impacte Ambiental para a requalificação e ampliação do Terminal de Contentores Norte do Porto de Leixões e Estudo Base sobre o setor da náutica de recreio, num valor total de 230 mil euros.

- **Estruturação da Plataforma Logística (Ação 06)**

Durante o ano 2023, o investimento associado à Plataforma Logística foi realizado na reformulação da Portaria dos Lotes 10 e 11 do Polo 2 – Gatões/Guifão, o qual ascendeu a 245 mil euros. Realizou-se, ainda, o investimento no Polo 1 – Gonçalves, no valor de 75,2 mil euros, relacionado com a execução dos trabalhos viários necessários para garantir que o acesso de veículos pesados a este Polo se faça pela VILPL (Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões) e não por acessos locais.

- **Reabilitação de espaços e edifícios (Ação 07)**

O valor realizado de 165 mil euros, diz respeito à substituição do sistema de climatização de ar do edifício central da APDL (Corpos A, B e D) e do edifício do Terminal de Cruzeiros de Leixões. Relativamente a esta ação, foi ainda preparado

em 2023 o processo de adjudicação da “Empreitada de reabilitação de pavimentos de áreas portuárias – 1ª fase (VCP – Via de Cintura Portuária)”.

- **Segurança Marítima e Portuária (Ação 15)**

O investimento em Segurança Marítima e Portuária situou-se em 1,8 milhões de euros, e justifica-se pelo investimento em diversas intervenções, das quais se destaca:

- A reabilitação da Torre do VTS (Vessel Traffic Service), cujo valor realizado ascendeu a 500 mil euros, e cuja execução se irá prolongar até 2024;
- A continuação da implementação de medidas que possibilitam a poupança de consumo de energia, nomeadamente, através de substituição para LED dos sistemas de iluminação exterior na área portuária, que totalizou 173 mil euros em 2023, e que deverá continuar, de forma faseada, em 2024;
- A conclusão do Projeto Base de arquitetura e engenharias, no valor de 90 mil euros, para a construção de uma subestação elétrica AT GIS 60/30kV 60MVA a construir no Porto de Leixões, fundamental para incrementar a capacidade elétrica (Potência) do porto;
- A aprovação do financiamento pelo CEF Transport, com 50% de comparticipação sobre o valor de investimento global, tendo-se iniciado em setembro de 2023 a “Empreitada de Avanço do Cais Norte da Doca n.º 1 e Alargamento da sua Rampa Ro-Ro”, a qual se deverá prolongar até 2025, ano em que ficará disponível um cais alinhado, numa extensão, aproximada, de 488 metros, com coroamento à cota (+ 6m) ZHL e frente de acostagem com fundos atuais de -10 m ZHL, e no futuro, à cota -12m ZHL, bem como ficará disponível uma rampa Ro-Ro alargada em 14 metros.

- **Gestão Ambiental (Ação 17)**

No âmbito da candidatura aprovada do EALING (European flagship Action for coLD ironING in ports), a APDL contemplou a realização de FEED studies (Technical studies for the electrification infrastructure of the participating TEN-T maritime ports), que ascebderam a 81 mil euros.

Também na área ambiental, foi identificada a importância de se desenvolver a rotulagem carbónica de carga, que irá permitir efetuar o levantamento de todas as emissões referentes ao ciclo de vida das cargas, possibilitando obter informação relativa à pegada de carbono das cargas movimentadas. A despesa em 2023 ascendeu a 146 mil euros.

Por último, durante o ano de 2023 foi lançado ao Mercado o Processo aquisitivo para instalação de uma UPAC (Unidade de Produção para Autoconsumo) fotovoltaica de 1MW, no Porto de Leixões, que deverá entrar em funcionamento em 2024. Este investimento contribui para a materialização do compromisso da APDL no sentido de alcançar a neutralidade carbónica, inscrito no documento elaborado em 2021 designado “Roteiro de transição energética do Porto de Leixões para a neutralidade carbónica”.

- **Gestão Dominial (Ação 23)**

O investimento associado à Gestão Dominial foi referente, sobretudo, à Reabilitação da Ponte-cais de Massarelos, ascendendo a 250 mil euros, e à conclusão da intervenção no Cais Acostável da Arrábida no rio Douro, no montante de 153 mil euros.

Na margem Norte do rio Douro, foram realizadas intervenções na envolvente da Capela de S. Miguel-o-Anjo, mais especificamente, no marégrafo da Cantareira, e na rampa da Cantareira, num total de 105 mil euros.

Na margem Sul do rio Douro, foram realizadas intervenções no Cais de São Pedro da Afurada (17 mil euros), concluídos os Projetos das obras marítimas e o Projeto comum das fundações para o Terminal de Passageiros no Cais do Cavaco em Vila Nova de Gaia (111 mil euros).

Foi também possível adjudicar a “Empreitada de Reparação e Emergência do molhe Sul do Douro, obra consignada em setembro, a qual foi, no entanto, suspensa em novembro devido às condições adversas de agitação marítima.

- **Infraestruturas TIC (Ação 25)**

Consequente com a permanente atualização dos sistemas e infraestruturas de informação e comunicação, a APDL continuou com investimentos nesta área, tendo aplicado o montante de 635 mil euros na aquisição de desktops e periféricos, sistemas de cablagens, de *storage* e de segurança, bem como em ativos de rede e numa solução de deteção e resposta a ameaças de cibersegurança.

- **Novo Terminal de Leixões (Ação 28)**

No âmbito do Projeto Global associado à construção do Novo Terminal de Contentores, e após a conclusão em dezembro de 2022, dos trabalhos associados à melhoria das Acessibilidades Marítimas de Leixões, encontram-se em curso os trabalhos associados ao Prolongamento do Quebra-mar em 300 metros que dotará o porto de melhores condições de segurança para a entrada, manobra e acostagem de navios.

O investimento associado à Empreitada “Prolongamento do Quebra-mar e Melhoria das Acessibilidades Marítimas de Leixões” no âmbito do Novo Terminal de Contentores ascendeu, em 2023, a 35,9 milhões de euros.

- **Continuidade do Negócio (Ação 29)**

Apesar da execução financeira ter sido de reduzido montante em 2023, foram efetuados avanços significativos ao nível da solução de Projeto mais adequada para a implementação de um Data Center TIER III.

4.1.2. Porto de Viana do Castelo

Unid: Euros

Ação de investimento		2023
101	Infraestruturas portuárias	285 984
102	Equipamentos Portuários	169 222
103	Segurança Marítima e Portuária	515 509
104	Melhoria da Navegabilidade no Porto	100 737
107	Espaços e Edifícios	139 849
121	Infraestruturas e Equipamentos das Marinas	9 975
125	Infraestruturas TIC	116 547
199	Investimento residual e recorrente	5 409
Total Porto de Viana do Castelo		1 343 232

Em 2023, a APDL investiu na unidade de negócio Porto de Viana do Castelo o montante de 1 343 232 euros, destacando-se as seguintes intervenções:

- **Infraestruturas portuárias (Ação 101)**

No âmbito das infraestruturas portuárias foi iniciada a Empreitada de "Alargamento de via de circulação, realocação de muro de vedação e pavimentação de terraplenos no Porto de Viana do Castelo" em novembro, com uma realização de 177 mil euros em 2023.

Foram também iniciados o Estudo Prévio e o Estudo de Impacte Ambiental para a Expansão do Porto de Viana do Castelo, que deverão ficar concluídos em 2024. Em 2023, tiveram uma realização de 100 mil euros.

- **Equipamentos portuários (Ação 102)**

A intervenção prevista para 2022 na reabilitação da plataforma Ro-Ro do Porto de Viana do Castelo só foi possível iniciar em 2023, e teve uma realização de 152 mil euros.

- **Segurança Marítima e Portuária (Ação 103)**

O investimento registado na rubrica Segurança Marítima e Portuária foi referente, na sua quase totalidade, ao fornecimento, montagem e instalação do radar *solid-state IALA Advanced* com antena de 21 pés, e na centralização do serviço de VTS, com uma realização em 2023 de 515 mil euros.

- **Melhoria da navegabilidade no porto (Ação 104)**

No âmbito da monitorização dos fundos do Porto de Viana do Castelo e na sequência dos frequentes trabalhos de dragagens de manutenção de fundos aí executados, foi detetada a existência de vários afloramentos rochosos no leito do canal de navegação, o que obrigou a uma intervenção, não prevista, mas urgente, a qual foi iniciada no final do ano, com uma realização em 2023 no valor de 100 mil euros, mas que apenas será concluída em 2024.

- **Espaços e edifícios (Ação 107)**

O investimento de 112 mil euros registado em 2023 diz respeito, essencialmente, à colocação de um novo sistema de amarração e acesso para passadiços da Doca Gil Eanes.

- **Infraestruturas TIC (Ação 125)**

A APDL continuou com investimentos nesta área, tendo aplicado o montante de 117 mil euros numa solução de deteção e resposta a ameaças de cibersegurança, associada ao Porto de Viana do Castelo, na aquisição de *switches* e numa infraestrutura *LoraWan*.

4.1.3. Via Navegável do Douro

Unid: Euros

	Ação de investimento	2023
201	Melhoria do Canal de Navegação	2 985
202	Infraestruturas Fluviais e Terrestres	1 147 823
203	Operacionalidade e Segurança da VND	273 565
209	DIWW	88 619
217	Gestão Ambiental	20 872
	Total Via Navegável do Douro	1 533 865

Na Via Navegável do Douro, investiu-se durante o ano de 2023 cerca de 1,53 milhões de euros, destacando-se o seguinte:

- **Infraestruturas Fluviais e Terrestres (Ação 202)**

- Cais de Sabrosa – foi realizado o investimento relativo ao Controlo de Acessos e implementação de CCTV e à Melhoria das condições de embarque e desembarque, num valor total de 200 mil euros.
- Cais comercial de Moncorvo – correspondente à compra de um terreno, com uma área de 53.062 m², localizado em Torre de Moncorvo, com uma frente de rio de aproximadamente 140 m, para futura construção de um cais comercial, com uma despesa de 325 mil euros em 2023.
- Cais de Porto Carvoeiro – ficou concluída a reabilitação do Cais Fluvial de Porto Carvoeiro incluindo a construção de um cais flutuante para embarcações de recreio. Tal investimento, que surgiu através de um protocolo assinado entre a APDL e o Município de Santa Maria da Feira, visando requalificar e valorizar a oferta turística no Douro, teve uma execução financeira de 100 mil euros em 2023.
- Porto de Lamego – ficou concluída a intervenção relativa à reformulação da infraestrutura da rede elétrica e iluminação, que permitirá a alimentação elétrica a embarcações marítimo-turísticas que operam no

Rio Douro, bem como o abastecimento de água às embarcações. O investimento, em 2023, ascendeu a 90 mil euros.

- Cais de espera das eclusas – a realização de 2023 diz respeito ao apetrechamento do anteporto jusante da Régua, não obstante ter sido adjudicado, também, o fornecimento de defensas para o anteporto jusante de Crestuma e a construção da estrutura de ligação a terra no Cais de espera de S. Martinho, que não puderam ser iniciados em 2023.
- Cais de Freixo de Numão-Mós – Tendo em conta que na albufeira da Valeira existem poucas instalações que permitam a acostagem de embarcações marítimo-turísticas, conjugado com o facto de, em situações de emergência, estar disponível mais um cais de apoio, foi realizada a “Empreitada de reforço das condições de amarração no cais de Freixo de Numão-Mós” pelo valor de 142 mil euros.

- **Operacionalidade e Segurança da VND (Ação 203)**

Salienta-se a implementação do sistema de radar que dá cobertura à Foz e Estuário do Douro, no valor de 116 mil euros, bem como a aquisição de rádios VHF e BS AIS no valor de 61 mil euros e aquisição de equipamentos de comunicação e infraestruturas para diversos cais ao longo do Rio Douro.

- **DIWW (Ação 209)**

Ficou incluído nesta ação, a realização da componente do investimento relativo à solução de deteção e resposta a ameaças de cibersegurança, também realizado em Leixões e em Viana do Castelo.

- **Gestão Ambiental (Ação 217)**

No âmbito da adoção de medidas que promovam e fomentem a utilização de energias renováveis para a produção de energia elétrica, foram instalados painéis fotovoltaicos no edifício da APDL na Régua, cujo investimento ascendeu a 21 mil euros.

4.1.4. Intermodalidade (Terminais Ferroviários de Mercadorias)

Unidade: 1000 euros

	Ação de investimento	2023
301	Terminais Ferroviários de Mercadorias	80 078
399	Investimento Residual e Recorrente	169
	Total Intermodalidade	80 247

O investimento executado em 2023 na esfera da Intermodalidade ascendeu a 80 mil euros, destacando-se:

- **Terminais Ferroviários de Mercadorias (Ação 301)**

O investimento na esfera da Intermodalidade, materializou-se no Porto Seco da Guarda (27 mil euros) e no Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões (53 mil euros).

Relativamente ao Porto Seco da Guarda, foi possível concluir a elaboração do Projeto de Execução para a Melhoria das Condições de Operação do Terminal Ferroviário da Guarda, incluindo a realização da prospeção geotécnica. Esta intervenção visa efetuar melhorias no layout existente, de forma a otimizar a sua operacionalidade, assim como incorporar as diversas valências exigidas para a sua classificação como Porto Seco. No final do ano, foi lançado ao Mercado o Processo aquisitivo da Empreitada de Implementação deste Porto Seco, cuja realização física tem início planeado para 2024.

No que respeita ao Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões foram realizados, ao nível do investimento, a aquisição de equipamentos de rádio, switches e outros ativos de rede, bem como atualizações e integrações ao nível do Sistema Automático de Detecção de Incêndio. Foi ainda possível avançar, até à fase de adjudicação, com o Processo aquisitivo para a Empreitada de Melhorias operacionais do Terminal.

4.2. Fontes de financiamento

Em 2023, o investimento realizado pela APDL foi suportado maioritariamente por fundos próprios em cerca de 35,9% do montante total. Os fundos comunitários e o financiamento bancário assumiram igualmente um peso relevante no financiamento do investimento de 2023, ou seja, 29,7% e 28,2% respetivamente. Já o Orçamento de Estado, assumiu uma importância mais reduzida (6,2%).

No ano passado, fruto da maior execução de investimento, a proporção das fontes de financiamento recaiu significativamente mais sobre o financiamento bancário.

A respetiva distribuição das fontes de financiamento é apresentada no quadro seguinte:

Unid.: 1000 euros

	2023		2022	
Orçamento de Estado	2 740	6,2%	3 270	2,7%
Fundos Comunitários	13 155	29,7%	26 846	22,4%
Fundos Próprios	15 934	35,9%	34 924	29,1%
Financiamento Bancário	12 500	28,2%	55 000	45,8%
TOTAL	44 329	100%	120 040	54%

5. Análise económica e financeira

5.1. Resultado do Exercício

No ano de 2023, os rendimentos operacionais aumentaram de forma mais expressiva do que os gastos operacionais face ao ano anterior, o que se traduziu num crescimento do EBITDA ajustado (1) na ordem dos 3,8 milhões de euros.

Já o EBIT sofreu uma ligeira diminuição face ao ano anterior, fruto do aumento dos gastos com depreciações e amortizações e da quebra verificada nos rendimentos diferidos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Unid: €1000

Demonstração de Resultados	2023	2022	Δ (€)	Δ (%)
Vendas e serviços prestados	65.370	57.570	7.800	13,5%
Subsídios à exploração	1.889	1.017	872	85,7%
Trabalhos para a própria entidade	380	571	-191	-33,4%
Outros rendimentos operacionais	926	809	117	14,5%
Rendimentos operacionais	68.565	59.967	8.598	14,3%
Consumos de materiais	-1.926	-1.876	-50	2,6%
FSE	-19.562	-14.654	-4.908	33,5%
Gastos com o pessoal	-18.249	-16.475	-1.774	10,8%
Outros gastos operacionais	-3.113	-5.075	1.962	-38,7%
Gastos operacionais	-42.850	-38.080	-4.769	12,5%
EBITDA Ajustado (1)	25.715	21.886	3.829	17,5%
Depreciações e amortizações	-30.781	-26.984	-3.797	14,1%
Imparidade de investimentos	2.934	2.263	671	29,7%
Rendimentos diferidos	12.960	14.214	-1.254	-8,8%
Provisões	-30	-485	455	-93,9%
EBIT	10.799	10.894	-95	-0,9%
Gastos de financiamento	-1.896	-38	-1.859	4935,8%
Resultado antes de impostos	8.903	10.857	-1.954	-18,0%
Imposto sobre o rendimento do período	-2.799	-1.809	-989	54,7%
Resultado líquido do período	6.104	9.047	-2.943	-32,5%

(1) EBIT expurgado dos efeitos das Amortizações e Depreciações, Imputação de Subsídios ao Investimento (deduzido das Imparidades), Rendimentos dos Ativos das Concessões e Provisões

A unidade de negócio Porto de Leixões, local da sede da APDL, concentra as atividades de suporte, gestão e administração da Empresa que são transversais a todas as áreas e unidades de negócio. No âmbito da contabilidade de gestão, esses custos de suporte são imputados às unidades de gestão. No entanto, os resultados que a seguir se apresentam não incorporam essas imputações internas de custos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR UNIDADE DE NEGÓCIO

Unid:
€1000

Demonstração de Resultados	2023				2022			Δ (%)		
	Leixões	Viana	Douro	Ferrovias	Leixões	Viana	Douro	Leixões	Viana	Douro
Vendas e serviços prestados	57.568	3.550	2.704	1.547	51.757	3.460	2.353	11,2%	2,6%	14,9%
Subsídios à exploração	128	910	852	0	342	218	457	-62,7%	316,6%	86,4%
Trabalhos p/ a própria entidade	314	12	31	24	571	0	0	-45,1%	-	-
Out. rendimentos operacionais	922	1	1	2	772	37	0	19,5%	-97,2%	310,0%
Rendimentos operacionais	58.932	4.473	3.588	1.572	53.441	3.715	2.810	10,3%	20,4%	27,7%
Consumos de materiais	-1.786	-23	-19	-98	-1.826	-29	-22	-2,2%	-20,4%	-11,1%
FSE	-13.545	-2.149	-3.287	-581	-11.034	-1.393	-2.227	22,8%	54,3%	47,6%
Gastos com o pessoal	-15.600	-1.761	-613	-275	-14.288	-1.627	-560	9,2%	8,2%	9,6%
Outros gastos operacionais	-2.780	-250	-78	-5	-3.013	-760	-1.302	-7,7%	-67,2%	-94,0%
Gastos operacionais	-33.712	-4.181	-3.999	-958	-30.161	-3.809	-4.111	11,8%	9,8%	-2,7%
EBITDA Ajustado	25.220	292	-411	615	23.280	-93	-1.301	8,3%	-412,0%	-68,4%
Depreciações e amortizações	-25.052	-2.876	-2.840	-12	-21.278	-2.865	-2.842	17,7%	0,4%	-0,1%
Imparidade de investimentos	357	1.059	1.518	0	-9	1.586	685	-4183,6%	-33,3%	121,5%
Rendimentos diferidos	11.191	988	781	0	9.993	1.263	2.958	12,0%	-21,7%	-73,6%
Provisões	-73	45	-1	0	-483	0	-1	-84,8%	-	0,3%
EBIT	11.643	-493	-954	603	11.504	-109	-500	1,2%	351,0%	90,8%
Gastos de financiamento	-1.896	0	0	0	-38	0	0	4935,8%	-	-
Resultado antes de impostos	9.747	-493	-954	603	11.466	-109	-500	-15,0%	351,0%	90,8%

5.1.1. Vendas e serviços prestados

Unid: €1000

TOTAL APDL				
	2023	2022	Δ €	Δ %
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	19.799	17.334	2.465	14,2%
TUP - Navio	5.557	4.789	767	16,0%
Serviço de Pilotagem	3.771	3.318	454	13,7%
Serviço de Reboque	4.662	3.704	958	25,9%
Uso de Equipamento Marítimo	392	143	249	174,1%
Serviço de Amarração	1.282	1.155	127	11,0%
Outros	4.136	4.225	-89	-2,1%
SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA	4.504	2.735	1.769	64,7%
Tarifa ISPS	1.471	1.484	-12	-0,8%
Tráfego de passageiros	414	274	139	50,7%
Terminal Ferroviário de Mercadorias	1.483	0	1.483	
Outros	1.136	977	159	16,3%
CONCESSÕES	29.150	27.393	1.756	6,4%
Terminal Petroleiro	3.726	3.458	268	7,8%
Terminal de Contentores	19.552	18.522	1.030	5,6%
Terminal de Carga Geral e Granéis	2.921	2.761	160	5,8%
Terminal de Cimentos	1.095	1.084	11	1,0%
Outras concessões	1.856	1.570	286	18,2%
PLATAFORMA LOGÍSTICA	3.205	2.516	689	27,4%
USO DOMINIAL	2.186	1.713	473	27,6%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	6.526	5.878	648	11,0%
Total	65.370	57.570	7.800	13,5%

Unid: €1000

Porto de Leixões				
	2023	2022	Δ €	Δ %
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	16.779	14.370	2.410	16,8%
TUP - Navio	5.162	4.243	920	21,7%
Serviço de Pilotagem	3.460	3.006	454	15,1%
Serviço de Reboque	4.651	3.704	947	25,6%
Uso de Equipamento Marítimo	353	127	226	177,7%
Serviço de Amarração	1.190	1.073	117	10,9%
Outros	1.963	2.217	-254	-11,5%
SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA	2.794	2.460	333	13,6%
Tarifa ISPS	1.471	1.484	-12	-0,8%
Tráfego de passageiros	413	274	139	50,7%
Outros	909	702	207	29,4%
CONCESSÕES	27.671	26.040	1.630	6,3%
Terminal Petroléiro	3.726	3.458	268	7,8%
Terminal de Contentores	19.552	18.522	1.030	5,6%
Terminal de Carga Geral e Granéis	2.921	2.761	160	5,8%
Terminal de Cimentos	705	665	41	6,1%
Outras concessões	766	635	131	20,7%
PLATAFORMA LOGÍSTICA	3.205	2.516	689	27,4%
USO DOMINIAL	1.291	1.001	289	28,9%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	5.829	5.369	460	8,6%
Total	57.568	51.757	5.812	11,2%

Apesar do decréscimo de 1,8% ao nível do número de navios que escalaram o porto de Leixões, o crescimento de 3,5% ao nível da arqueação bruta e, sobretudo, a atualização mais expressiva do Regulamento de Tarifas de 2023 - face a uma inflação acentuada no ano de 2022 -, motivaram o incremento da receita de **Serviços prestados ao navio**.

A receita com o tráfego de passageiros aumentou na sequência do máximo histórico do número de passageiros que escalaram o porto em navios de cruzeiro. Além disso, o aumento do tráfego de passageiros deu lugar a um acréscimo de 64 mil euros da receita proveniente da taxa de carbono. Por sua vez, o protocolo assinado com o TCL em 2022 relativo à prestação das atividades de apoio às inspeções de contentores – o qual vigorará apenas até à data do início da atividade do novo Centro Inspetivo do Porto de Leixões - originou uma receita de 444 mil euros, face aos 312 mil euros faturados em 2022, resultando no aumento global da receita com os **Serviços prestados à carga**.

Ao nível das **Concessões**, o efeito preço acabou por ter um peso superior ao efeito quantidade. Ora, apesar da diminuição da carga movimentada face ao ano anterior - conforme mencionado no capítulo introdutório do presente relatório, a atualização de preço das rendas das concessões determinou o acréscimo de receita das Concessões.

Conforme mencionado no capítulo 1.6 do presente relatório, a **Plataforma Logística** do Porto de Leixões apresentou em 2023 um índice de ocupação de 75,04%, o que representa um crescimento de 4,3 p.p. face a 2022, dando origem a um aumento de 27,04% ao nível da receita.

A atribuição de um novo alvará de licença com uma contrapartida fixa mensal de 29.500€, com efeitos a partir de julho de 2023, contribuiu, sobremaneira, para o aumento da receita registada na rubrica **Uso Dominial**.

A receita dos **Fornecimentos e Serviços Diversos** aumentou por via do acréscimo de 44% ao nível do fornecimento de energia elétrica (+752 mil euros) e da diminuição de 22% ao nível das vendas de gasóleo (-289 mil euros), em função das variações dos respetivos preços face ao ano transato. Estas variações fizeram sentir-se não só na receita, como nos respetivos gastos.

Unid: €1000

Porto de Viana do Castelo				
	2023	2022	Δ €	Δ %
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	877	1.020	-143	-14,0%
TUP - Navio	392	538	-146	-27,2%
Serviço de Pilotagem	297	302	-5	-1,6%
Uso de Equipamento Marítimo	28	16	12	74,8%
Serviço de Amarração	92	82	10	11,7%
Outros	68	81	-13	-16,0%
SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA	227	275	-47	-17,2%
Tarifa Armazenagem	5	13	-7	-59,1%
Uso de Equipamento Guindastes	88	89	-1	-1,1%
Tarifa Uso de infraestruturas	134	173	-39	-22,5%
CONCESSÕES	1.479	1.353	126	9,3%
Terminal de Cimentos	390	419	-29	-7,0%
Outras concessões	1.089	934	155	16,6%
USO DOMINIAL	324	311	13	4,3%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	642	501	141	28,1%
TOTAL	3.550	3.460	90	2,6%

A diminuição da receita dos **Serviços prestados ao navio** no porto de Viana do Castelo deveu-se, sobretudo, ao decréscimo da TUP Navio, em função das quedas de 7,8% em número de navios e 13,8% em GT, enquanto a quebra de 25% ao nível do movimento global de mercadorias conduziu à redução de receita com os **Serviços prestados à carga**.

O incremento da receita das **Concessões** justificou-se, sobretudo, pelo terceiro aditamento ao contrato de subconcessão de uma utilização privativa do domínio público, o qual estabeleceu um acréscimo da renda fixa de 250 mil euros anuais, com efeitos a partir de 18/02/2022. Em 2023, esse efeito foi sentido, pela primeira vez, na totalidade do ano, além do efeito da atualização de preço processada em função da inflação.

Por último, a variação dos **Fornecimentos e Serviços Diversos** deveu-se, essencialmente, ao acréscimo de receita de cerca de 86 mil euros com a ocupação de espaços portuários.

Unid: €1000

Via Navegável do Douro				
	2023	2022	Δ €	Δ %
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	2.143	1.944	198	10,2%
TUP-Navio	2	8	-6	-71,5%
Serviço de Pilotagem	15	10	5	52,0%
Serviço de Reboque	10	0	10	
Uso de Equipamento Marítimo	11	0	11	
Tarifa de Circulação	792	721	71	9,8%
Tarifa de Acostagem	350	360	-9	-2,6%
Tarifa Utilização da Via	320	332	-12	-3,6%
Tarifa de Recolha de Resíduos	591	460	131	28,4%
Outros	50	53	-3	-4,9%
USO DOMINIAL	507	400	106	26,5%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	55	8	47	571,4%
Total	2.704	2.353	351	14,9%

O aumento de cerca de 119 mil passageiros (+10,5%) movimentados na Via Navegável do Douro deu lugar a acréscimos de receita com a Tarifa de Circulação e Recolha de Resíduos, ditando a evolução positiva dos **Serviços prestados ao navio** nesta unidade de negócio. Adicionalmente, a atribuição de novos alvarás de licença originou um acréscimo de receita na rubrica **Uso Dominial**.

Unid: €1000

Ferrovia		
	2023	2022
SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA	1.483	0
Serviço de Movimentação	1.307	0
Serviço de Parqueamento	103	0
Serviços Complementares	73	0
USO DOMINIAL	64	0
Total	1.547	0

5.1.2. Subsídios à exploração

O subsídio OE PIDDAC atribuído à APDL foi reforçado em 500 mil euros em 2023 e teve uma maior afetação a custos com dragagens de manutenção (2023: 1,4 milhões de euros; 2022: 340 mil euros).

5.1.3. Outros rendimentos operacionais

A variação positiva desta rubrica resulta do aumento das prestações de serviços suplementares, destacando-se o aluguer de espaços e eventos no edifício do Terminal de Cruzeiros.

5.1.4. Fornecimentos e serviços externos, Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e Gastos com o pessoal

Unid: €1000

TOTAL APDL				
GASTOS E PERDAS	2023	2022	Δ €	Δ %
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	19.562	14.655	4.907	33,5%
Subcontratos	2.112	1.672	440	26,3%
Serviços especializados	10.291	7.345	2.945	40,1%
Material	105	97	8	8,4%
Energia e outros fluidos	4.654	3.373	1.280	38,0%
Deslocações e estadas	64	63	2	2,6%
Serviços diversos	2.336	2.105	231	11,0%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.926	1.876	50	2,6%
Mercadorias	1.199	1.294	-95	-7,3%
Matérias subsidiárias e de consumo	726	582	144	24,7%
GASTOS COM PESSOAL	18.249	16.475	1.774	10,8%
Remunerações dos órgãos sociais	374	325	48	14,9%
Remunerações do pessoal	13.537	12.266	1.270	10,4%
Benefícios pós-emprego e pensões	204	102	101	98,8%
Encargos sobre remunerações	3.161	2.971	190	6,4%
Outros gastos com o pessoal	974	810	164	20,3%
TOTAL	39.736	33.006	6.730	20,4%

As secções seguintes apresentam uma análise dos Fornecimentos e Serviços Externos, Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas e Gastos com o Pessoal por unidade de negócio.

Tal como indicado no capítulo 2 do presente relatório, o aumento dos gastos com o pessoal resulta, essencialmente, das contratações de pessoal concretizadas em 2023, do aumento da tabela salarial e das normais valorizações remuneratórias resultantes das progressões nas carreiras profissionais de acordo com os Instrumentos de Regulamentação Coletiva do Trabalho, designadamente, o previsto no Anexo IV à Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro.

Unid: €1000

Porto de Leixões				
GASTOS E PERDAS	2023	2022	Δ €	Δ %
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	13.692	11.035	2.657	24,1%
Subcontratos	1.212	1.182	30	2,5%
Serviços especializados	6.592	5.320	1.272	23,9%
Energia e outros fluidos	3.863	2.692	1.171	43,5%
Outros FSE	2.025	1.841	184	10,0%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.786	1.826	-40	-2,2%
Mercadorias	1.089	1.283	-194	-15,1%
Matérias subsidiárias e de consumo	697	543	154	28,4%
GASTOS COM PESSOAL	15.600	14.291	1.309	9,2%
Remunerações dos órgãos sociais	374	328	46	14,0%
Remunerações do pessoal	11.415	10.502	913	8,7%
Benefícios pós-emprego e pensões	204	102	102	100,0%
Encargos sobre remunerações	2.680	2.555	125	4,9%
Outros gastos com o pessoal	928	804	124	15,4%
TOTAL	31.079	27.152	3.927	14,5%

O aumento dos gastos com **Serviços especializados** no porto de Leixões deveu-se, essencialmente, aos incrementos registados nas rubricas de conservação e reparação com informática (+126 mil euros; +26,2%), dragagens (+358 mil euros; +138,6%) - perante o efeito combinado do aumento dos metros cúbicos dragados (+68 mil m3) e do preço por metro cúbico dragado (+0,73 €/m3) - e outros (+523 mil euros; +54,2%).

O aumento do preço da energia resultou num acréscimo significativo ao nível dos gastos de **Energia e outros fluidos**.

Unid: €1000

Porto de Viana do Castelo				
GASTOS E PERDAS	2023	2022	Δ €	Δ %
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2.149	1.392	756	54,4%
Subcontratos	68	66	2	3,0%
Serviços especializados	1.439	785	654	83,3%
Energia e outros fluidos	457	382	75	19,6%
Outros FSE	185	159	25	16,4%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	23	29	-6	-20,7%
GASTOS COM PESSOAL	1.761	1.624	130	8,4%
Remunerações do pessoal	1.425	1.311	115	8,7%
Encargos sobre remunerações	336	313	15	7,3%
TOTAL	3.932	3.045	887	29,1%

O crescimento dos gastos com **Fornecimentos e Serviços Externos** no porto de Viana do Castelo deveu-se, sobretudo, ao aumento dos gastos com dragagens de

manutenção (+647 mil euros; +173,2%), perante o efeito combinado do aumento dos metros cúbicos dragados (+204 mil m³) e do preço por metro cúbico dragado (+0,71 €/m³).

Unid: €1000

Via Navegável do Douro				
GASTOS E PERDAS	2023	2022	Δ €	Δ %
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	3.287	2.227	1.060	47,6%
Subcontratos	626	425	201	47,3%
Serviços especializados	2.066	1.240	826	66,6%
Energia e outros fluidos	332	300	32	10,7%
Outros FSE	263	262	1	0,4%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	19	22	-3	-13,6%
GASTOS COM PESSOAL	614	560	54	9,6%
Remunerações do pessoal	469	454	15	3,3%
Encargos e outros	145	106	39	36,8%
TOTAL	3.920	2.809	1.111	39,6%

No que respeita à Via Navegável do Douro, o incremento da rubrica de **subcontratos** refere-se, na totalidade, ao acréscimo dos encargos com a subcontratação da recolha de resíduos.

De qualquer forma, o aumento dos gastos com **serviços especializados** foi a principal causa do acréscimo dos Fornecimentos e Serviços Externos, sobretudo por via dos incrementos registados ao nível das dragagens de manutenção (+470 mil euros) - as quais não tiveram qualquer realização em 2022 - e outras conservações e reparações (+292 mil euros; +96,1%).

Unid: €1000

Ferrovias

GASTOS E PERDAS	2023	2022
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	433	0
Subcontratos	206	0
Serviços especializados	194	0
Materiais	2	0
Energia e outros fluidos	2	0
Deslocações e estadas	2	0
Serviços diversos	27	0
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	98	0
Mercadorias	97	0
Matérias subsidiárias e de consumo	0	0
GASTOS COM PESSOAL	275	0
Remunerações dos órgãos sociais	0	0
Remunerações do pessoal	227	0
Benefícios pós-emprego e pensões	0	0
Encargos sobre remunerações	50	0
Outros gastos com o pessoal	-3	0
TOTAL	806	0

5.1.5. Outros gastos operacionais

Os **Outros gastos operacionais** registaram uma diminuição de 70 mil euros.

OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

	2023	2022	Δ (€)	Δ (%)
Imparidade dívidas a receber	-205.197	74.660	-279.857	-374,84%
Outros gastos e perdas	5.209.992	5.000.544	209.448	4,19%
Impostos	2.750.693	2.705.993	44.700	1,65%
Perdas em inventários	3.081	10.893	-7.812	-71,72%
Donativos	132.520	123.845	8.675	7,00%
Quotizações	126.168	95.496	30.672	32,12%
Multas e penalidades	470	746	-276	-37,00%
Outros gastos e perdas	2.197.060	2.063.571	133.489	6,47%
Total	5.004.795	5.075.204	-70.409	-1,39%

Os Impostos aumentam por via da comparticipação relativa a DGRM/AMT, mas são afetados pela diminuição do valor de acréscimo de IVA (que no ano 2022 teve uma retificação em virtude de termos efetuado uma correção relativa ao direito de superfície – lotes da plataforma logística).

Em outros gastos e perdas assistimos a um aumento do valor, quando comparado com o ano 2022, uma vez que as reversões de imparidades de subsídios ao investimento foram superiores, assim como os outros gastos.

5.1.6. Depreciações e amortizações

As **Depreciações e amortizações** sofrem um aumento de 3,8 milhões de euros (+14,2%) face ao ano anterior. O aumento deve-se ao início de período de utilização da obra em Acessibilidades ao Porto de Leixões (2 milhões de euros), à recarga de tetrápodes no Porto de Leixões (832 mil euros) e às revisões periódicas obrigatórias da frota naval (313 mil euros).

5.1.7. Imparidade de Investimentos

As unidades geradoras de caixa PVC e VND apresentam uma recuperação das respetivas perdas por imparidade em 2023 (PVC -1 milhão de euros e VND -1,8 milhões de euros). A variação resulta de menores dispêndios de investimento em novos ativos e do volume de ativos em utilização.

5.1.8. Rendimentos diferidos

Os rendimentos dos ativos das concessões continua a sua evolução ascendente atingindo 7,3 milhões de euros em 2023 (em 2022: 6,5 milhões de euros). A variação reflete o reconhecimento de ativos a reverter nos exercícios recentes (em 2023: 7,7 milhões de euros; 2022: 6,4 milhões de euros e 2021: 23 milhões de euros).

A imputação de subsídios ao investimento beneficia do início do período de amortização do subsídio da obra de Acessibilidades marítimas ao Porto de Leixões (400 mil euros).

5.1.9. Provisões

As provisões registaram uma diminuição de 455 mil de euros, face a 2022, fixando o valor de 2023 em cerca de 30 mil euros.

A variação deve-se ao registo da reversão da provisão relativamente ao cliente Douro Cais (170 mil euros) e ao facto de, em 2022, se ter registado uma regularização do Titan, relativa a lucros cessantes, no valor de 350 mil euros. Os processos judiciais e os juros contabilizados prefizeram cerca de 200 mil euros no ano 2023.

5.2. Situação Patrimonial e Financeira

O balanço apresentado de seguida espelha a evolução ocorrida na situação patrimonial e financeira da APDL:

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Un.: 1000 Euros

	2023		2022		Δ €	Δ %
ATIVO NÃO CORRENTE	582.288	93,12%	552.239	92,93%	30.049	5,44%
Ativos fixos tangíveis	477.386	76,34%	458.086	77,09%	19.300	4,21%
Ativos por impostos diferidos	19.479	3,11%	23.377	3,93%	-3.898	-16,67%
Outros ativos não correntes	85.422	13,66%	70.776	11,91%	14.646	20,69%
ATIVO CORRENTE	43.052	6,88%	42.006	7,07%	1046	2,49%
Clientes	6.892	1,10%	6.544	1,10%	348	5,32%
Outras contas a receber	13.695	2,19%	15.749	2,65%	-2.054	-13,04%
Caixa e depósitos bancários	18.379	2,94%	16.034	2,70%	2.345	14,63%
Outros ativos correntes	4.086	0,65%	3.679	0,62%	407	11,06%
Total do ativo	625.340	100,00%	594.245	100,00%	31.095	5,23%
CAPITAL PRÓPRIO	428.677	68,55%	411.738	69,29%	16.939	4,11%
PASSIVO NÃO CORRENTE	152.325	24,36%	142.285	23,94%	10.040	7,06%
Financiamentos obtidos	72.083	11,53%	64.053	10,78%	8.030	12,54%
Resp. p/ benef. pós-emprego	4.337	0,69%	4.550	0,77%	-213	-4,68%
Outras contas a pagar	75.905	12,14%	73.682	12,40%	2.223	3,02%
PASSIVO CORRENTE	44.338	7,09%	40.222	6,77%	4116	10,23%
Fornecedores	2.669	0,43%	2.003	0,34%	666	33,25%
Estado e outros entes públicos	2.056	0,33%	1.248	0,21%	808	64,74%
Outras contas a pagar	39.613	6,33%	36.971	6,22%	2.642	7,15%
Total do capital próprio e passivo	625.340	100,00%	594.245	100,00%	31.095	5,23%

O **Ativo** cresceu 5.23% (+ 31 milhões de euros) por via do aumento do **Ativo não corrente** (+ 30 milhões de euros), com especial ênfase na rubrica Ativos fixos tangíveis (+19 milhões de euros) e pela reversão dos ativos da concessão do Cais de Gaia valorizada em 10,3 milhões de euros.

Apesar do recebimento de 12,5 milhões de euros do novo financiamento do BEI, da redução de pagamentos a fornecedores de investimento (em 2023: 52 milhões de euros; em 2022: 102 milhões de euros) e do aumento de 6,8 milhões de euros dos fluxos de caixa operacionais, o saldo de caixa aumentou apenas 2,3 milhões de euros para 18,4 milhões de euros em 2023.

O efetivo recebimento de subsídios reconhecidos em períodos anteriores resultou na redução desta rubrica do ativo corrente em 2 milhões de euros. O saldo destes eventos resulta numa ligeira variação do ativo corrente em 1 milhão de euros.

O **Capital próprio** continua o seu reforço pela incorporação dos resultados líquidos e do reconhecimento dos subsídios ao investimento. Em 2023 destaca-se a distribuição de dividendos relativa ao resultado de 2022 (2,3 milhões de euros) e a reversão dos ativos da concessão Cais de Gaia (7,7 milhões de euros após ajustamento por imposto corrente).

O agravamento do **Passivo** (+14 milhões de euros) reflete o recurso ao financiamento bancário que aumentou para 76,5 milhões de euros (+9 milhões de euros). Este aumento do passivo incorpora ainda o imposto sobre o rendimento a

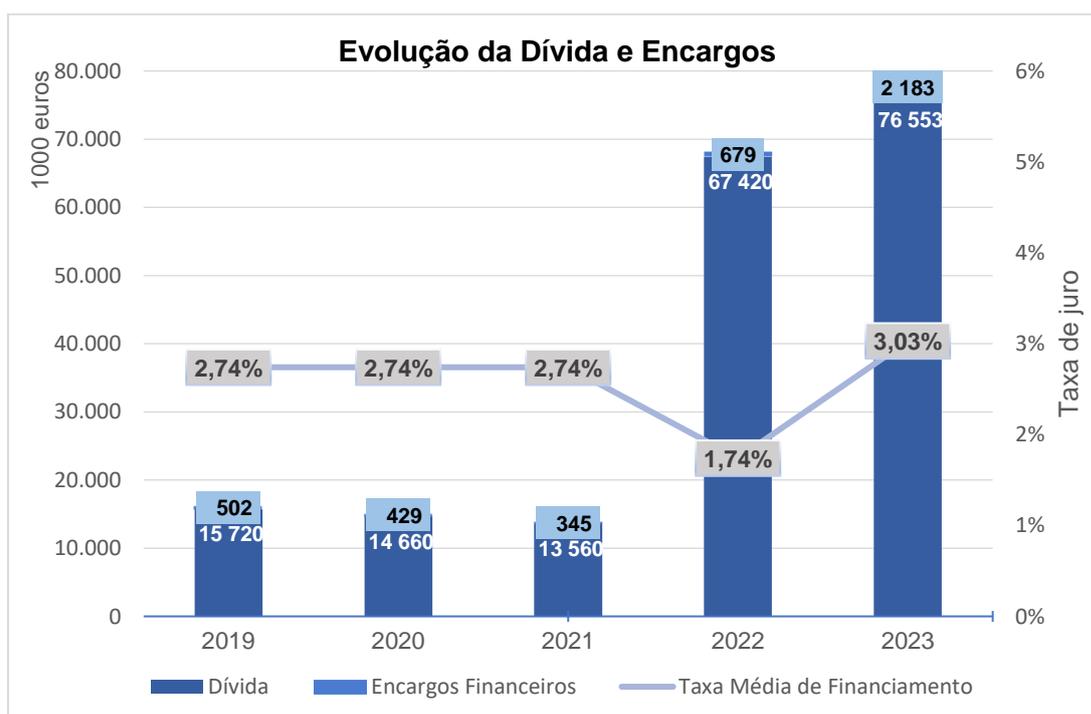
pagar em 2023 (553 mil euros), o reforço do passivo por imposto diferido (1 milhão de euros) e a estimativa de subsídios a receber (6,7 milhões de euros). De sinal contrário regista-se a redução das dívidas a fornecedores de investimentos (-8,2 milhões de euros) refletindo o menor volume de dispêndios de investimento.

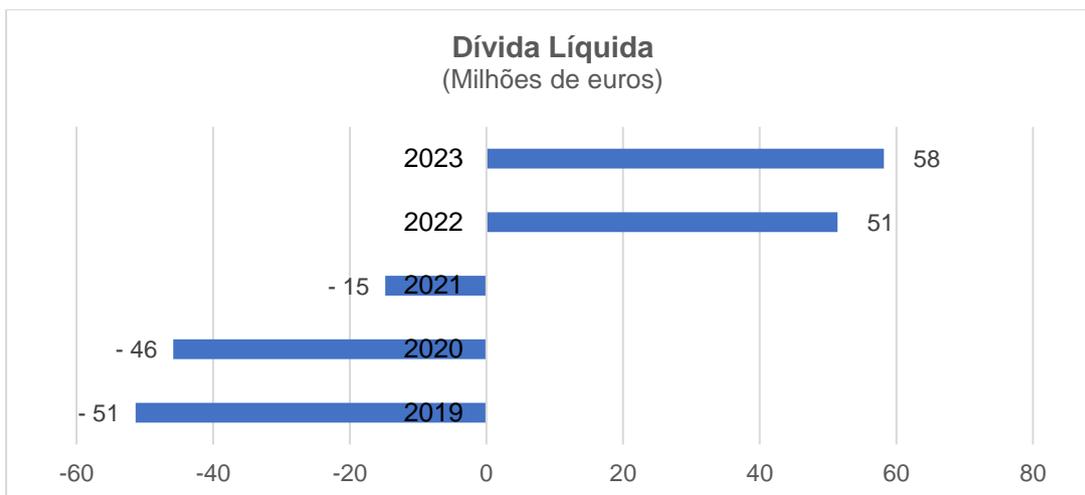
5.3. Endividamento

O investimento do Prolongamento do Quebra-mar e Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao porto de Leixões conduziu à necessidade de financiamento bancário no montante de 55 milhões de euros, em 2022, contratualizados com o BPI, como complemento aos fundos comunitários do CEF - Connecting Europe Facility, Blending, Call 2017, com participação de comunitária de 20% (17,4 milhões de euros) e do COMPETE 2020, com uma taxa de participação comunitária de 51,71% (31,1 milhões de euros).

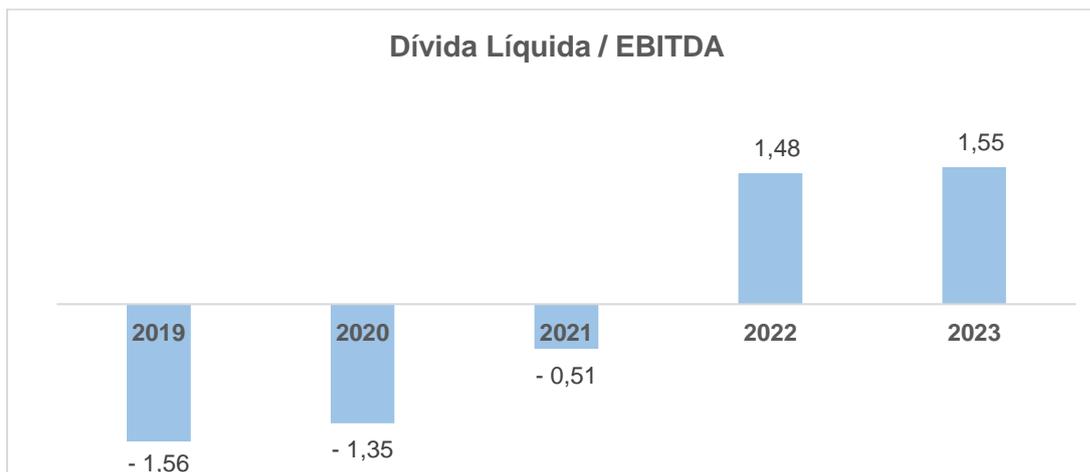
Contudo, no decorrer do ano de 2022, perante os efeitos da guerra na Ucrânia, com a escalada de preços dos materiais, justificando a subida da inflação, este investimento adjudicado por 130 milhões de euros sofreu uma revisão para 182 milhões de euros, decorrente da revisão de preços da empreitada. Este aumento de custos exigiu o recurso a uma linha de crédito adicional de 60 milhões de euros, contratualizada com o BEI em maio de 2023. O acréscimo da dívida verificado em 2023 deve-se ao primeiro desembolso de 12,5 milhões de euros do empréstimo do BEI, ocorrido em agosto de 2023, registando-se cerca de 3,4 milhões de euros de amortização de capital.

Relativamente aos encargos financeiros, registou-se uma variação significativa face a 2022, considerando que no ano de 2023 se verificou o pagamento de juros relativos a um ano completo, para além da subida da taxa de juro variável associada ao financiamento bancário do BPI.





Em 2023, o rácio Dívida Líquida/EBITDA registou uma subida, proveniente do desembolso de 12,5 milhões de euros do empréstimo do BEI.



Apresenta-se, de seguida, a evolução do endividamento líquido do investimento, bem como os rácios de endividamento:

Unid.:€1000

Rubrica	2019	2020	2021	2022	2023
Dívida	15.720	14.660	13.560	67.420	76.553
Investimento	13.418	28.861	52.367	120.041	44.329
Endividamento líquido do investimento	2.302	-14.201	-38.807	-52.621	32.224

Rátios de Endividamento	2019	2020	2021	2022	2023
Endividamento (Passivo/Ativo)	0,21	0,21	0,24	0,31	0,31
Endividamento corrente (Passivo Corrente/Ativo)	0,04	0,07	0,06	0,07	0,07

5.4. Contributos para a receita fiscal do Estado

No decurso da sua atividade económica, a APDL suporta e entrega ao Estado e outras entidades públicas, taxas e impostos. Além destes tributos suportados, a APDL cobra e administra por conta do Estado, taxas e impostos devidos por terceiros pela via da retenção a trabalhadores, clientes e fornecedores.

Para o rigoroso e integral cumprimento das obrigações fiscais a APDL incorre em custos com recursos humanos (formação e remunerações), equipamentos (sistemas de informação) e recorre ainda a consultores especializados para as questões de maior complexidade.

Assim, o volume global da contribuição para a receita fiscal do Estado que se apresenta na tabela abaixo refere-se apenas às entregas efetuadas:

Taxas e impostos	2023
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado	4.671.710
Contribuições para a Segurança Social	2.946.824
Entidades FUP (*)	2.892.765
Comparticipação para a DGRM	1.503.938
Outras taxas e impostos	288.380
Total	12.303.617

(*) Entidades FUP – Fatura Única Portuária

As entidades beneficiárias são:

- AM: Autoridade Marítima
- GNR: Guarda Nacional Republicana
- ULS: Unidade Local de Saúde
- ISN: Instituto de Socorros a Náufragos

Indicadores Financeiros

Tendo por base o DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, as orientações estratégicas para o Setor Empresarial do Estado definidas através da Lei do Orçamento de Estado e as orientações emitidas pelo acionista, apresenta-se um conjunto de indicadores financeiros ilustrativos do desempenho da APDL nos últimos 2 anos:

	2023	2022	Δ %
Indicadores de Eficiência			
Gastos operacionais/ Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	1,23	1,14	7,9%
Gastos com o pessoal/ Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	0,49	0,48	2,1%
Gastos FSE/Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	0,52	0,42	23,8%
Indicadores de Comportabilidade de Investimentos e Capacidade de Endividamento			
Dívida/ Capital próprio	0,19	0,17	11,8%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos / Juros líquidos	19,74	918,43	-97,9%
Autonomia Financeira (Capital próprio/ Ativo)	0,69	0,69	0,0%
Solvabilidade (Capital próprio/ Passivo)	2,18	2,26	-3,5%
Liquidez (Ativo corrente/ Passivo corrente)	0,97	1,04	-6,7%
Prazos Médios			
Prazo Médio de Pagamento	48	49	-2,0%
Prazo Médio de Recebimento	45	43	4,7%
Indicadores de Rentabilidade e Crescimento			
Margem do Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	0,57	0,60	-5,0%
Margem do Resultado operacional	0,17	0,19	-10,5%
Indicadores de Remuneração do Capital Investido			
Resultado líquido/ Capital investido	0,01	0,02	-50,0%
Resultado líquido/ Capital próprio	0,01	0,02	-50,0%

Da análise dos resultados, destacámos os seguintes pontos:

- O maior Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos face ao ano anterior, fez melhorar os indicadores de eficiência;
- A APDL continua a revelar uma autonomia financeira sólida;
- O prazo médio de pagamento diminuiu para os 48 dias, enquanto o prazo médio de recebimento se fixou nos 45 dias em 2023.

6. Perspetivas futuras

De acordo com a projeção efetuada aquando do Plano de Atividades e Orçamento 2024-2026 da APDL, prevêem-se evoluções distintas do movimento portuário nas diferentes unidades de negócio, conforme o quadro seguinte:

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2024-2026				
MOVIMENTO	2023	2024	2025	2026
	(Real)	(Previsão)	(Previsão)	(Previsão)
PORTO DE LEIXÕES				
MERCADORIAS (toneladas)	14 669 660	15 250 000	15 630 000	16 010 000
» Carga Geral Fracionada	1 390 537	1 280 000	1 310 000	1 340 000
» Graneis Sólidos	2 504 412	2 740 000	2 800 000	2 850 000
» Granéis Líquidos	2 456 579	2 720 000	2 720 000	2 720 000
» Ro-Ro	1 325 182	1 490 000	1 640 000	1 800 000
» Carga Contentorizada	6 992 950	7 020 000	7 160 000	7 300 000
CONTENTORES				
» Número	420 893	429 000	438 000	446 000
» TEU	701 755	715 000	729 000	743 000
PASSAGEIROS				
» Número	148 889	228 000	228 000	228 000
PORTO DE VIANA DO CASTELO				
MERCADORIAS (toneladas)	306 814	499 150	549 200	599 250
» Geral fracionada	155 357	260 000	288 000	317 000
» Granéis sólidos	124 934	194 000	216 000	237 000
» Granéis líquidos	26 344	45 000	45 000	45 000
» Ro-Ro	179	150	200	250
VIA NAVEGÁVEL DO DOURO				
MERCADORIAS (toneladas)	9 463	30 000	40 000	50 000
PASSAGEIROS (ENTRE ALBUFEIRAS)				
» Número	286 868	350 000	367 500	385 875
INTERMODALIDADE FERROVIÁRIA				
TERMINAL FERROVIÁRIO DE LEIXÕES				
» Número de comboios	1614	1 683	1 717	1 751
» Movimento de contentores	45124	46 818	47 754	48 709
TERMINAL FERROVIÁRIO DA GUARDA				
» Número de comboios	0	26	106	108
» Movimento de contentores	0	801	3 270	3 335

Para Leixões estima-se um crescimento ligeiro contínuo no movimento de mercadorias nos próximos três anos ultrapassando 16 milhões de toneladas em 2026. O crescimento mais acentuado prevê-se que ocorra na carga ro-ro com um crescimento de 35,8% até 2026, enquanto o segmento dos cruzeiros deverá conhecer um forte aumento do número de passageiros (+53,1%). Os restantes segmentos de carga deverão registar um crescimento moderado, com a exceção da carga fracionada que, após um ano de 2023 excepcional, prevê-se uma quebra ligeira.

Para Viana do Castelo, projeta-se que a atividade venha a conhecer um crescimento acentuado até 2026 (+95,3%), com a perspetiva de os operadores portuários captarem novas cargas para aquele porto. Além disso, é expectável a intensificação da dinâmica positiva do porto essencialmente através dos estaleiros navais, da melhoria e reabilitação das Infraestruturas Portuárias e Equipamentos, e do desenvolvimento do cluster das energias renováveis.

Na Via Navegável do Douro, espera-se um crescimento significativo do movimento de passageiros, perspetivando-se a entrada em operação de novas embarcações. Existe também a expectativa de expansão do volume de carga movimentada nos portos comerciais.

Quanto à Intermodalidade Ferroviária, com a passagem em fevereiro de 2023 do Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões para a gestão da APDL, atingiu-se um movimento de cerca de 45 mil contentores nesse ano, prevendo-se um crescimento moderado no próximo triénio. Quanto ao Terminal Ferroviário de Mercadorias da Guarda, espera-se o arranque das operações no último trimestre de 2024, perspetivando-se que atinja um movimento de 108 comboios em 2026.

Nos próximos anos será essencial uma gestão prudente e criteriosa, tendo em conta a continuidade do ambicioso plano de investimentos que se tem levado a cabo e a redução nos últimos anos do nível da atividade, por forma a não colocar em causa o equilíbrio económico-financeiro da empresa. Por outro lado, será ainda necessário prosseguir com a estratégia de ajustamento económico das áreas de negócio deficitárias e de adoção de uma política de retenção de resultados que assegure a parcela de fundos próprios necessária à concretização desses mesmos investimentos.

O Plano de Atividades e Orçamento proposto pela APDL para o horizonte temporal 2024-2026 engloba investimentos orçamentados no valor de 148,262 milhões de euros, dos quais 126,403 milhões de euros são referentes ao Porto de Leixões, 5,352 milhões de euros ao Porto de Viana do Castelo, 7,384 milhões de euros à Via Navegável do Douro e 9,122 milhões de euros nos terminais ferroviários de mercadorias da Guarda e de Leixões.

O maior esforço de investimento persiste na esfera do Porto de Leixões, especificamente ao nível do investimento em curso associado ao Prolongamento do Quebra-mar Exterior em 300 metros e no Aprofundamento do Anteporto para -16,85 metros e da Bacia de Rotação do porto de Leixões para -15,5 metros. Trata-se de um investimento contemplado na EACP, no âmbito da criação do Novo Terminal do Porto de Leixões com fundos a -14 metros, com um valor de investimento previsto no triénio 2024-2026 de 22,5 milhões de euros. Este investimento é essencial para o incremento da segurança operacional e da competitividade do Porto de Leixões e da economia nacional.

Também de elevada relevância financeira surge o investimento associado à Reabilitação da Doca 1 Norte do Porto de Leixões, orçamentado em 25,5 milhões de euros, tendo sido aprovada em 2023, a comparticipação comunitária de 50% do valor de investimento. Este investimento para além de consistir na substituição do atual Cais, permitirá o respetivo alinhamento e uma frente acostável contínua no lado norte

do Porto de Leixões, o alargamento da “boca” da rampa Ro-Ro contígua e o reforço da capacidade do terraço de apoio ao cais, ditando-se como uma das intervenções mais relevantes a executar no Porto de Leixões. O investimento permitirá a reposição das condições necessárias para a sua utilização e a recuperação de um importante ativo para a operacionalidade, diversificação do negócio e aumento da capacidade de receção de navios de maiores dimensões.

Os investimentos a realizar no Porto de Viana do Castelo e na Via Navegável do Douro revelam-se essenciais para garantir as condições de operacionalidade e segurança das respetivas infraestruturas e equipamentos. Uma vez que se trata de duas unidades de negócio integradas na APDL desde 2015 ainda deficitárias, existem investimentos de reabilitação e de infraestruturização cuja realização será antecipada, em caso de obtenção de financiamento comunitário e/ou financiamento suplementar do Orçamento de Estado.

Também de elevada relevância, surgem os investimentos previstos para a vertente da intermodalidade, nomeadamente, no Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões e da Guarda. Com a transferência de ambos os terminais ferroviários para a responsabilidade de gestão da APDL, foi possível identificar um conjunto de oportunidades de requalificação e melhoria de áreas e infraestruturas, quer ao nível do desempenho operacional, quer ao nível das condições de segurança. As intervenções estimadas para estas duas infraestruturas, os quais ascendem a 9,1 milhões de euros, permitirão aumentar a capacidade dos terminais na movimentação de contentores, a operacionalidade, a integração e eficiência da cadeia logística, assim como contribuirão para o fomento do transporte de carga por via ferroviária, potenciando o desenvolvimento da intermodalidade ferro-marítima, o aumento da quota da ferrovia e a conseqüente descarbonização do transporte de mercadorias.

Prevê-se que os investimentos a realizar pela APDL sejam suportados, maioritariamente, através de financiamento comunitário e fundos próprios, sem embargo de o Orçamento de Estado e o financiamento bancário representarem igualmente uma componente decisiva no financiamento do desenvolvimento dos investimentos da empresa.

Por último, é importante salientar que, no contexto atual que a empresa vivencia, o Conselho de Administração tem como pressuposto a não distribuição de dividendos ao Acionista no horizonte temporal em perspetiva, por força do elevado esforço financeiro exigido para a concretização do Plano de Investimentos em curso.

7. Informações adicionais

7.1. Participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização

De acordo com as obrigações de comunicação previstas nos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais, comunica-se que o capital social é detido a 100% pela Direção Geral do Tesouro.

7.2. Conselho de Administração - mandato 2023-2025

O atual Conselho de Administração da APDL foi eleito por Deliberação Social Unânime por Escrito de 27 de fevereiro de 2023, com produção de efeitos nessa mesma data, e é composto por um presidente e dois vogais, em conformidade com o artigo 9.º dos Estatutos, eleito para o mandato 2023 – 2025.

8. Proposta de aplicação do resultado

Em conformidade com o previsto no artigo 17.º dos Estatutos da Sociedade e no artigo 294.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2023, no montante de **6.104.032 euros**:

Reserva para Investimento	3.481.415 euros
Reserva Ativos das Concessões	2.622.617 euros

A presente proposta de aplicação de resultados tem subjacentes os seguintes aspetos:

- A APDL pretende desenvolver no médio prazo, um plano de investimentos que excede os 336 milhões de euros, dos quais 148 milhões de euros a desenvolver entre 2024 e 2026. Deste plano, financiado em grande parte por fundos próprios, salientam-se, entre outros:
 - (1) A continuação do investimento público na empreitada de **Prolongamento do Quebra-mar do Porto de Leixões**, no valor previsto de **23 milhões de euros**, no âmbito da construção do Novo Terminal com fundos a -14 metros ZH do Porto de Leixões, a desenvolver até 2026;
 - (2) A concretização, até 2026, do investimento público associado à **Reabilitação do Cais da Doca 1 Norte do Porto de Leixões**, no valor previsto de 25,6 milhões de euros, que dotará o Porto de Leixões com o aumento da capacidade de receção de navios de dimensão superior e de todos os segmentos de mercado, assim como da garantia dos requisitos de mobilidade militar, acréscimo da agilidade e da capacidade operacional. Este projeto beneficiará de comparticipação comunitária de 12,8 milhões de euros sob o programa *CEF Transport*, cabendo à APDL a responsabilidade de financiar os restantes 12,8 milhões de euros correspondentes à contrapartida nacional;
 - (3) A existência de outras necessidades de investimento, designadamente a **Construção da Subestação de Alta Tensão e a Remodelação da Rede de Média Tensão**, no valor previsto de 12,1 milhões de euros, a **Implementação do Centro Inspetivo do Porto de Leixões** estimado em 10,1 milhões de euros, e a **construção do Data Center TIER III** no valor de 9 milhões de euros. Para estes projetos está estimada a comparticipação através de financiamento comunitário pelo programa *Portugal 2030*, cuja taxa máxima de comparticipação poderá ascender a 85%.
- O objetivo de minimizar o recurso a capital alheio no financiamento do plano de investimentos da empresa, de modo garantir a manutenção de uma estrutura financeira sustentável, aconselhando o reforço da Reserva para Investimento no valor de 3.481.415 euros, para assegurar os fundos próprios necessários à concretização dos projetos previstos.
- A **não distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2023**, perante o **nível de endividamento da APDL, que ultrapassará em 2025 os 100 milhões de euros**, de forma a financiar o investimento na Melhoria das Acessibilidades Marítimas e Prolongamento do Quebra-mar do Porto de

Leixões, tendo a APDL recorrido à banca comercial em 55 milhões de euros e tendo contratualizado com o BEI um empréstimo de 60 milhões de euros, prevendo a totalidade do desembolso ao longo de 2024. O esforço financeiro que a APDL atravessa encontra-se bem patente no plano de pagamentos em cinco anos, fixado pela tutela financeira, para pagamento do montante 950 mil euros relativos a dividendos do exercício de 2020, tendo igualmente não se procedido à distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2021.

- As duas unidades de negócio, Porto de Viana do Castelo e Via Navegável do Douro, que continuam a exigir um esforço financeiro adicional da empresa para suportar o desenvolvimento corrente das suas atividades, o que justifica a retenção na empresa dos resultados gerados essencialmente pela exploração do Porto de Leixões.
- Os impactos económicos negativos associados à crise geopolítica internacional, às tensões inflacionistas e conseqüente incremento dos custos de financiamento.

Leça da Palmeira, maio de 2024

O Conselho de Administração,

Eng.º João Pedro Moura Castro Neves

Dr.ª Cláudia de Amorim Castro Soutinho

Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Balanço em 31 de dezembro de 2023

Unid: Euros

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	477.386.467	458.086.215
Propriedades de investimento	6	10.780.384	685.949
Ativos intangíveis	7	74.597.756	70.052.374
Outros investimentos financeiros	9	43.987	37.480
Ativos por impostos diferidos	21.1	19.479.632	23.376.916
		582.288.226	552.238.934
Ativo corrente:			
Inventários	15	932.216	840.178
Clientes	11.1	6.891.907	6.543.596
Estado e outros entes públicos	16.1	30.516	78.248
Outros créditos a receber	11.2	13.694.550	15.748.780
Diferimentos	17.1	3.124.320	2.760.427
Caixa e depósitos bancários	10	18.378.618	16.034.376
		43.052.127	42.005.605
Total do ativo		625.340.353	594.244.539

RUBRICAS	No- tas	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito	22	51.035.000	51.035.000
Reservas legais	23	11.122.456	11.122.456
Outras reservas	24	198.273.324	186.809.439
Resultados transitados	25	67.533.694	72.006.610
Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	26	94.608.240	81.716.992
		422.572.714	402.690.497
Resultado líquido do período	25.1	6.104.032	9.047.339
Total do capital próprio		428.676.746	411.737.836
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões	18	4.166.765	4.137.171
Financiamentos obtidos	14	72.083.333	64.052.500
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	4.337.292	4.550.353
Passivos por impostos diferidos	21.2	5.233.788	4.222.833
Outras dívidas a pagar	13.2	22.978.574	21.058.412
Diferimentos	17.2	43.525.570	44.263.594
		152.325.322	142.284.863
Passivo corrente:			
Fornecedores	13.1	2.668.739	2.003.098
Estado e outros entes públicos	16.2	2.056.532	1.248.203
Financiamentos obtidos	14	4.469.167	3.367.500
Outras dívidas a pagar	13.2	26.201.363	25.760.749
Diferimentos	17.2	8.942.484	7.842.290
		44.338.285	40.221.840
Total do passivo		196.663.607	182.506.703
Total do capital próprio e do passivo		625.340.353	594.244.539

Demonstração dos resultados por naturezas

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

Demonstração dos resultados por naturezas para o período findo em 31 de dezembro de 2023

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	28.1.1	65.369.739	57.569.824
Subsídios à exploração	27.2	1.889.241	1.017.484
Trabalhos para a própria entidade	28.2	380.141	570.670
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	15.2	(1.925.605)	(1.876.048)
Fornecimentos e serviços externos	29.1	(19.561.882)	(14.653.734)
Gastos com o pessoal	29.2	(18.248.786)	(16.475.122)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	205.197	(74.660)
Provisões (aumentos/reduções)	18.1	(29.594)	(484.668)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	8	(1.202.416)	(1.000.260)
Aumentos/reduções de justo valor	9	1.810	(3.132)
Outros rendimentos	28.3	15.776.819	15.025.779
Outros gastos	29.3	(5.209.994)	(5.000.544)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		37.444.670	34.615.589
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	29.4	(30.781.164)	(26.984.486)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	8	4.136.333	3.263.199
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		10.799.839	10.894.302
Juros e gastos similares suportados	14.4	(1.897.190)	(37.690)
Resultado antes de impostos		8.902.649	10.856.612
Imposto sobre o rendimento do período	20, 21	(2.798.617)	(1.809.273)
Resultado líquido do período		6.104.032	9.047.339
Resultado por ação básico		0,60	0,89

Demonstração das alterações no capital próprio

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2023

Unid: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA						
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Em 1 de janeiro de 2023	1	51.035.000	11.122.456	186.809.439	72.006.610	81.716.992	9.047.339	411.737.836
Alterações no período:								
Realização das reservas	25	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	(4.223)	(66.596)	-	(70.819)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	25	-	-	4.678.381	(4.468.693)	12.957.844	-	13.167.532
Aplicação do resultado líquido	25	-	-	6.785.504	2.261.835	-	(9.047.339)	-
	2	-	-	11.463.885	(2.211.081)	12.891.248	(9.047.339)	13.096.713
Resultado líquido do período	3						6.104.032	6.104.032
Resultado integral	4=2+3						19.200.745	19.200.745
Operações com detentores de capital próprio:								
Distribuições (dividendos)	5	-	-	-	(2.261.835)	-	-	(2.261.835)
	5	-	-	-	(2.261.835)	-	-	(2.261.835)
Em 31 de dezembro de 2023	6=1+2+3	51.035.000	11.122.456	198.273.324	67.533.694	94.608.240	6.104.032	428.676.746

**APDL**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS
DOURO • LEIXÕES • VIANA

Relatório de Gestão – Exercício de 2023

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Demonstração das alterações no capital próprio no período findo em

Unid: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA						
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Em 1 de janeiro de 2022	1	51.035.000	11.122.456	186.595.377	66.008.375	61.395.582	6.069.477	382.226.267
Alterações no período:								
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	104.990	(609.773)	-	(504.783)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	25	-	-	802.579	(764.749)	20.931.183	-	20.969.013
Aplicação do resultado líquido	25	-	-	-	6.069.477	-	(6.069.477)	-
	2	-	-	214.062	5.998.235	20.321.410	(6.069.477)	20.464.230
Resultado líquido do período	3						9.047.339	9.047.339
Resultado integral	4=2+3						29.511.569	29.511.569
Operações com detentores de capital próprio:								
Distribuições (dividendos)		-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	6=1+2+3	51.035.000	11.122.456	186.809.439	72.006.610	81.716.992	9.047.339	411.737.836

Demonstração de fluxos de caixa

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Demonstração de fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2023

Unid: Euros

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2023	2022
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes		77.590.729	65.679.613
Pagamentos a fornecedores		(25.536.877)	(23.475.070)
Pagamentos ao pessoal		(14.271.302)	(13.309.565)
Caixa gerada pelas operações		37.782.550	28.894.978
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	20.5	(7.739)	452.850
Outros recebimentos/pagamentos		(10.462.164)	(8.878.769)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		27.312.647	20.469.059
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(50.707.643)	(101.637.789)
Ativos intangíveis		(1.836.037)	(496.973)
Investimentos financeiros	9	(4.373)	(11.529)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		2.160	101.527
Outros ativos		11.273	11.603
Subsídios ao investimento		20.627.349	16.244.841
Juros e rendimentos similares	10.2	1.000	36
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(31.906.271)	(85.788.173)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	14.2	12.500.000	55.000.000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	14.2	(3.367.500)	(1.140.000)
Juros e gastos similares	14.4	(2.004.634)	(671.675)
Dividendos	13.2	(190.000)	(190.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		6.937.866	52.998.325
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		2.344.242	(12.320.789)
Caixa e seus equivalentes no início do período		16.034.376	28.355.165
Caixa e seus equivalentes no fim do período		18.378.618	16.034.376

Notas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Identificação da entidade

Denominação social: APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

Natureza jurídica: Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

Sede: Avenida da Liberdade, 4450-718 Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos.

Número de pessoa coletiva: 501449752

A APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., adiante designada por “APDL” ou “Empresa”, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que tem por objeto a administração dos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo e da via navegável do rio Douro, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento, abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

1.1. Áreas de jurisdição

Porto de Leixões

A área de jurisdição abrange a faixa marginal do domínio público marítimo desde o enfiamento do eixo da Rua da Bélgica, na Praia de Lavadores, até ao paralelo do farol da Boa Nova, ao Norte do Porto de Leixões e compreende, além disso, as duas zonas seguintes:

- Zona do Porto do Douro, que inclui todo o estuário do Rio Douro desde 200 metros a montante da Ponte Luís I até à Foz com todas as suas margens, ancoradouros, cais, docas e terraplenos existentes ou que venham a ser construídos;
- Zona do Porto de Leixões que abrange os quebra-mares, a área molhada por eles circunscrita e as docas existentes ou a construir; o curso do Rio Leça até à antiga ponte dos moinhos de Guifões e a área terrestre delimitada pelo domínio público respetivo.

Porto de Viana do Castelo

A área de jurisdição é constituída pelos terrenos do domínio público marítimo e fluvial delimitados pelos contornos e linhas definidos na planta anexa ao Decreto-Lei n.º 211/2008 de 3 de novembro.

Via Navegável do Douro

As atribuições e competências referidas são prosseguidas e exercidas nas áreas situadas dentro do domínio público hídrico e nas zonas marítimas, fluvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração e gestão da via navegável do rio Douro e à execução e conservação das obras nelas existentes ou em curso.

- Todo o leito e as parcelas das margens diretamente associadas e necessárias às infraestruturas e equipamentos, existentes ou que venham a ser construídos, de apoio à navegação da via navegável do rio Douro e as águas do rio Douro, desde a foz do rio Águeda, afluente da margem esquerda do rio Douro, até à respetiva barra, bem como os afluentes deste troço do rio Douro até ao perfil em que o leito desse afluente se encontre a cota igual à cota máxima de retenção normal da albufeira do rio Douro em que esse afluente desagua, incluindo as eclusas e os cais de acostagem;
- Os acessos fluviais aos cais de acostagem e às zonas de manobra, os terraplenos adjacentes às zonas portuárias e os acessos terrestres inseridos nestas áreas de ligação às vias municipais e nacionais.

1.2. Áreas de atuação

- a) Fomentar e promover a atividade portuária nos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo;
- b) Assegurar o regular funcionamento dos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo nas suas vertentes de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária;
- c) Atribuir licenças ou concessões nas áreas sob a sua jurisdição;
- d) Licenciar o exercício da atividade portuária e a concessão de serviços públicos portuários;
- e) Regulamentar as taxas a cobrar pela utilização dos portos e respetivos serviços;
- f) Supervisionar e fiscalizar o uso público dos serviços inerentes à atividade portuária;
- g) Expropriar, por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários ou ferroviários;
- h) Promover e incentivar a navegação na via navegável do rio Douro;

- i) Promover e incentivar as atividades relacionadas com a navegação, divulgando a sua imagem junto dos agentes económicos, gerindo os recursos e contribuindo para o desenvolvimento da região do Douro;
- j) Desenvolver e conservar as infraestruturas e os equipamentos destinados a assegurar a circulação na via navegável do rio Douro e a utilização das instalações portuárias;
- k) Administrar os bens integrados na sua área de jurisdição;
- l) Coordenar as intervenções de outras entidades públicas ou privadas com impacto na via navegável do rio Douro.

1.3. Serviços prestados

- a) Ajudas à navegação;
- b) Gestão de postos de acostagem;
- c) Controlo de tráfego marítimo;
- d) Prestação dos serviços de amarração, guindagem, armazenagem, aguada, recolha de resíduos, energia elétrica, rebocadores e pilotagem;
- e) Manutenção dos canais de acesso;
- f) Utilização da via navegável do Rio Douro;
- g) Prevenção e combate à poluição no mar;
- h) Sistemas de segurança;
- i) Construção e manutenção de acessibilidades terrestres ao porto;
- j) Manutenção de equipamentos, cais e terraplenos;
- k) Limpeza da área portuária;
- l) Utilização do terminal ferroviário;
- m) Atribuição de licenças no âmbito da sua área de jurisdição (praias, terraplenos, "pipelines", entre outros) e;
- n) Atribuição de concessões (Granéis Líquidos, Contentores, Granéis Sólidos, Carga Geral Fracionada, Doca de Recreio, Porto de Pesca, Cais de Gaia, Cais Comercial da Sardoura, Cais Comercial da Várzea do Douro).

No âmbito das orientações da política comum de transportes e da política nacional para o setor marítimo-portuário, a Empresa tem vindo a alterar o modelo de gestão de autoridade portuária através do acionamento dos processos de concessão ao setor privado das operações e infraestruturas portuárias com o conseqüente afastamento da APDL da área operacional (cada vez mais "Landlord Port" e menos "Tool Port") e

acentuando as funções de controlo e fiscalização e de autoridade portuária. Os prazos das concessões são, na sua generalidade, de 25 anos.

A APDL foi inicialmente constituída com um capital social de 20.854.740 euros, tendo este subsequentemente sido aumentado para 48.000.000 euros. Este reforço foi determinado em função da estrutura dos capitais próprios, das responsabilidades e das reservas subjacentes ao valor de avaliação dos ativos integrados nas contas aquando da sua constituição.

Em 28 de março de 2008, por deliberação unânime do Acionista, o capital social foi aumentado no montante de 3.035.000 euros, realizado em dinheiro e totalmente subscrito pelo acionista único (DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças, representante do Estado Português). Após o referido aumento, o capital social foi fixado em 51.035.000 euros e passou a ser constituído por 10.207.000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada.

No final do exercício de 2014 foi elaborado um projeto de fusão da APVC - Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. com a APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., na modalidade prevista na alínea a) do n.º 4.º do artigo 97.º do Código das Sociedades Comerciais (fusão por incorporação). O registo definitivo da fusão ocorreu por escritura realizada em 7 de janeiro de 2015 produzindo efeitos fiscais e contabilísticos a partir de 1 de janeiro de 2015. A transmissão dos valores patrimoniais ativos e passivos foi efetuada pelos valores inscritos na contabilidade da APVC tendo-se aplicado, conseqüentemente, o regime especial de neutralidade fiscal previsto nos artigos 74.º e seguintes do Código do Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (CIRC).

Com o registo definitivo da fusão, a APVC foi extinta, pelo que a universalidade dos seus bens, direitos e obrigações ficaram na esfera da APDL, na qualidade de Sociedade Incorporante.

Em 21 de maio de 2015, foi publicado o Decreto-Lei n.º 83/2015, que procedeu à atribuição à APDL da jurisdição portuária direta nas zonas marítimas, fluvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração da via navegável do rio Douro, anteriormente atribuída ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM, I.P.), cuja gestão transitória, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 44/2014, de 20 de março, e 77/2014, de 14 de maio, foi cometida ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT, I.P.), transmitindo também a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integram a esfera jurídica do IPTM, I.P., afetos a essa jurisdição. Esta integração reportou-se a 1 de janeiro de 2015.

Em função do referido acima, os Estatutos foram alterados, passando a Empresa a designar-se APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, SA.

Em 4 de março de 2022, através do Decreto-Lei n.º 24/2022, foram atribuídas à APDL as competências de gestor de infraestruturas ferroviárias no terminal ferroviário da Guarda. Este diploma inclui ainda na área de jurisdição portuária da APDL, as responsabilidades

atribuídas ao Estado relativamente ao terminal ferroviário de mercadorias da Guarda, que integra o domínio público ferroviário, nos termos do Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro. A APDL, expande assim as suas competências acrescentando aquelas respeitantes ao estatuto de gestora de infraestruturas ferroviárias.

O Decreto-Lei n.º 55/2022, de 17 de agosto, transfere da Infraestruturas de Portugal, S.A. para a APDL a gestão do Terminal Ferroviário de Leixões, incluindo na área de jurisdição portuária o domínio público ferroviário.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 26 de abril de 2024. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (Unid.: €1), salvo indicação explícita em contrário, e foram elaboradas de acordo com as disposições das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor à data de 1 de janeiro de 2023. Foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos registos contabilísticos da Empresa.

2.1. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória

Nota não aplicável.

4. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas encontram-se na respetiva nota do anexo. As políticas contabilísticas comuns ou genéricas a várias notas encontram-se nesta nota.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação

das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de relato.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos acontecimentos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas em que os pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras, são apresentadas na Nota 4.3.

4.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras têm por base o custo histórico com a exceção dos itens do ativo fixo tangível referidos na Nota 5.

4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

4.2.1. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos e recebimentos das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos e transações.

4.2.2. Classificação no balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras são classificados no balanço, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

4.2.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

Os ativos e passivos financeiros não são compensados entre si, exceto se houver condições contratuais ou legais que assim o permitam.

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado menos imparidade ou ao justo valor através de resultados e classificam-se como:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Dívidas de clientes e outros créditos a receber;
- Investimentos financeiros;

- Instrumento de capital próprio de outra entidade.

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado e classificam-se como:

- Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros;
- Empréstimos obtidos.

Os gastos ou rendimentos apurados no exercício são reconhecidos nas seguintes rubricas da demonstração de resultados por naturezas:

- Imparidades: Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)
- Justo valor: Aumentos/reduções de justo valor
- Outros rendimentos ou Outros gastos

4.2.4. Gestão do risco financeiro

Risco da taxa de juro

A APDL não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão do risco da taxa de juro.

A eventual subida das taxas de juro dos financiamentos obtidos com taxas variáveis, aumentará os encargos de financiamento e as respetivas saídas de caixa.

Risco de liquidez

O caixa e equivalentes são depositados, na sua quase totalidade, no IGCP, em depósitos à ordem ou em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC). A APDL não tem quaisquer aplicações financeiras sujeitas a cotação ou com risco de reembolso.

As disponibilidades financeiras imediatas são estimadas de modo a minimizar a probabilidade de incumprimento de quaisquer pagamentos.

Sempre que o caixa e equivalentes excedem os montantes a pagar são aplicados em CEDIC, aumentando assim a eficiência financeira e reduzindo o custo de detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Risco da taxa de câmbio

As vendas e prestações de serviços realizadas pela APDL são faturadas e recebidas totalmente em euros pelo que considerámos inexistente o risco cambial nas dívidas dos clientes.

A aquisição de bens e serviços é feita maioritariamente no mercado nacional e também no mercado da União Europeia. Uma quantidade residual e pontual é feita em moeda diferente do euro e com pagamento imediato ou a muito curto prazo. Assim, entendemos que o risco cambial nas dívidas a fornecedores e outros credores é nulo.

A APDL, pelos motivos apresentados, não recorre a instrumentos de cobertura do risco cambial.

Risco de crédito

A exposição da APDL ao risco de crédito está associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. A APDL tenta assegurar a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos contratados. Para o bom cumprimento das cobranças, a APDL realiza uma análise económica e financeira aos seus atuais e potenciais clientes, obrigando em determinadas situações, à entrega de garantias bancárias, depósitos ou seguros de caução antes da realização de quaisquer contratos. No âmbito dos seus poderes de autoridade, a APDL recorre à execução fiscal para recuperação dos seus créditos em mora.

A quantia relativa a clientes e outros créditos a receber encontra-se líquida de imparidades e representa a máxima exposição da APDL ao risco de crédito.

4.3. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento materialmente relevante no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos exercícios posteriores são as que seguem:

4.3.1. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos de depreciação e amortização a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional e as tabelas fiscais em vigor.

4.3.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser espoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas à APDL.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes

indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto, vidas úteis esperadas e valores residuais.

4.3.3. Imparidade das contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são avaliadas em cada data de relato e consideram a antiguidade dos saldos, a informação histórica do devedor e outros fatores tais como a conjuntura económica ou tendências setoriais.

A avaliação feita pela Empresa pode divergir do risco efetivo.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela gestão de acordo com os riscos estimados de cobrança existentes na data de relato os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

4.3.4. Provisões para contingências

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.3.5. Pressupostos atuariais

A estimativa das responsabilidades por benefícios pós-emprego utiliza pressupostos de natureza demográfica e financeira. A sua variação pode afetar significativamente o montante dessas responsabilidades assim como o resultado líquido do período. São estimadas as taxas de juro, taxas de inflação e recorre-se a tábuas de mortalidade para a realização das estimativas.

4.3.6. Imposto sobre o rendimento

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

A Empresa reconhece ativos por impostos diferidos quando tem uma convicção razoável de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização das diferenças temporárias ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão ocorrerá nos exercícios em que os ativos serão revertidos. A avaliação dos ativos por imposto diferido é efetuada pela Empresa em cada data de relato considerando o desempenho futuro esperado.

4.4. Principais fontes de incerteza de estimativas

A gestão considera que as principais fontes de incerteza de estimativas que contêm um risco significativo de provocar ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas de ativos e passivos no exercício seguinte são:

- Alteração das taxas de juro que servem de referência aos financiamentos obtidos;
- Expetativa de desfecho dos processos judiciais em curso;
- Taxas dos impostos sobre o rendimento aplicável aos ativos e passivos por imposto diferido.

Investimentos

5. Ativos fixos tangíveis

Políticas contabilísticas

Os ativos fixos tangíveis (incluindo os bens construídos em terrenos do domínio público) integrados à data de constituição da Empresa foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente. A avaliação abrangeu parte significativa dos bens integrados e reportou-se à data de 2 de dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do Valor em Uso Continuado (VUC). Estes ativos estão escriturados pelo seu valor de avaliação deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis do porto de Viana do Castelo, integrados à data de constituição da APVC, foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 2009, tendo sido utilizado o método do VUC.

No que se refere aos ativos fixos tangíveis da Via Navegável do Douro, integrados na APDL na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 2015, tendo sido utilizado o método do VUC (ver Nota 23).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos subsequentemente encontram-se valorizados pelo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, os impostos não dedutíveis, despesas de transporte, de montagem e preparação do ativo até que se encontre em condições de utilização.

Os custos subsequentes incorridos que aumentem a vida útil, a capacidade ou melhorem o desempenho dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com as reparações e a manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que ocorrem. As reparações periódicas obrigatórias que aumentam a utilidade económica dos ativos fixos tangíveis (equipamentos) são reconhecidas como itens de ativo fixo tangível e depreciados durante o período de duração das mesmas.

Os gastos de depreciação são calculados, sobre o valor de aquisição ou avaliado, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Decreto Regulamentar n.º 25/2009), as que permitam a depreciação do ativo, durante a sua vida útil estimada. Os bens objeto do processo de avaliação patrimonial acima referido são depreciados em função do período de vida útil atribuído naquele processo.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas médias, em anos:

	Vida útil média
Edifícios e outras construções	20 – 80
Equipamento básico	5 – 15
Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento administrativo	4 – 8
Outras imobilizações corpóreas	4 – 10

Os terrenos não são objeto de depreciação.

Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de depreciação são revistos periodicamente e ajustados, se apropriado, à data do balanço, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. As alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O abate ou alienação dos ativos fixos tangíveis gera rendimentos ou gastos que são o resultado da diferença entre o valor escriturado e o valor de realização. O valor de realização compreende a contrapartida recebida pela venda, troca de ativos ou indemnizações recebidas por sinistros. Os rendimentos ou gastos gerados são registados na demonstração dos resultados do período nas rubricas, respetivamente, *Outros rendimentos* ou *Outros gastos*.

5.1. Quantias escrituradas

Os *Ativos fixos tangíveis*, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tem a seguinte composição:

2023	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	84.588.373	-	(422.939)	84.165.434
Edifícios e outras construções	707.948.732	(344.983.230)	(78.698.036)	284.267.466
Equipamento básico	42.986.394	(20.364.305)	(315.551)	22.306.538
Equipamento de transporte	814.664	(433.037)	-	381.627
Equipamento administrativo	8.673.229	(6.885.028)	(233.513)	1.554.688
Outros ativos fixos tangíveis	9.371.999	(4.906.181)	(1.033.397)	3.432.421
Ativos fixos tangíveis em curso	80.184.618	-	(2.862.138)	77.322.480
Adiantamentos	3.955.813	-	-	3.955.813
Total	938.523.822	(377.571.781)	(83.565.574)	477.386.467

2022	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	84.236.736	-	(422.939)	83.813.797
Edifícios e outras construções	618.470.789	(323.870.751)	(81.819.262)	212.780.776
Equipamento básico	43.171.577	(19.160.925)	(340.655)	23.669.997
Equipamento de transporte	847.086	(384.032)	-	463.054
Equipamento administrativo	8.144.286	(6.133.522)	(277.391)	1.733.373
Outros ativos fixos tangíveis	8.977.338	(4.165.719)	(1.213.321)	3.598.298
Ativos fixos tangíveis em curso	129.545.711	-	(2.045.718)	127.499.993
Total	897.920.450	(353.714.949)	(86.119.286)	458.086.215

5.2. Movimentos no exercício

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:

2023	Saldo inicial	Adições (vide 5.2.1)	Transfe-rências e outros	Depre-ciações	Impari-dades (vide 5.2.2)	Saldo final
Terrenos e recursos nat.	83.813.797	317.021	2.116	-	32.500	84.165.434
Edifícios e outras const.	212.780.776	1.878.508	87.312.123	(21.112.479)	3.408.538	284.267.466
Equipamento básico	23.669.997	795.901	202.268	(2.443.916)	82.288	22.306.538
Equip. de transporte	463.054	-	-	(81.427)	-	381.627
Equip. administrativo	1.733.373	371.082	160.029	(753.674)	43.878	1.554.688
Outros ativos fixos tang.	3.598.298	204.853	197.452	(748.106)	179.924	3.432.421
Investimentos em curso	127.499.993	39.820.434	(88.763.031)	-	(1.234.916)	77.322.480
Adiantamentos (vide 5.2.3)	4.526.927	-	(571.114)	-	-	3.955.813
Total	458.086.215	43.387.799	(1.460.157)	(25.139.602)	2.512.212	477.386.467



2022	Saldo inicial	Adições	Alienações e abates	Transferências e outros	Depreciações	Imparidades (vide 5.2.2)	Saldo final
Terrenos e recursos nat.	83.787.734	23.107	-	2.956	-	-	83.813.797
Edifícios e outras const.	215.469.002	7.231.803	(55.601)	5.699.284	(17.951.178)	2.387.466	212.780.776
Equipamento básico	11.667.001	2.336.026	-	11.748.371	(2.138.339)	56.938	23.669.997
Equip. de transporte	75.231	415.100	-	-	(27.277)	-	463.054
Equip. administrativo	2.109.571	260.160	(42)	347	(753.231)	116.568	1.733.373
Outros ativos fixos tang.	3.288.673	719.063	-	135.100	(656.956)	112.418	3.598.298
Investimentos em curso	37.935.267	108.334.346	-	(17.769.360)	-	(1.000.260)	127.499.993
Adiantamentos (vide 5.2.3)	11.683.841	-	-	(7.156.914)	-	-	4.526.927
Total	366.016.320	119.319.605	(55.643)	(7.340.216)	(21.526.981)	1.673.130	458.086.215

(i) Ver Nota 8 Imparidades dos investimentos.

5.2.1. Adições

As adições de ativos fixos tangíveis mais relevantes ocorridas em 2023 foram as seguintes:

Descrição	Montante
Prolongamento do quebra-mar do Porto de Leixões	35.903.461
Cais e fluvinas da Via Navegável do Douro	1.241.573
Radar (VTS)	1.085.155
Cais e terraplenos do Porto de Leixões	799.401
Frota naval	683.629
Molhes do Porto de Leixões	629.185
Cais e terraplenos do Porto de Viana do Castelo	567.855
Outras adições	2.477.540
Total	43.387.799

A tabela seguinte apresenta a forma de realização das adições dos ativos fixos tangíveis:

	2023	2022
Aquisições de bens e serviços	42.785.927	118.330.844
Trabalhos para a própria entidade (ver Nota 28.2)	316.187	347.276
Custos de financiamento (ver Nota 14.4)	285.685	641.485
Total	43.387.799	119.319.605

5.2.2. Perdas por imparidade

Determinados investimentos realizados em Viana do Castelo e na Via Navegável do Douro revelam-se necessários para garantir as condições mínimas de operacionalidade e segurança das respetivas infraestruturas e equipamentos, no cumprimento das

competências atribuídas à empresa (Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio). Estes investimentos encontram-se inscritos na Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária no Horizonte 2026 constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 227, de 24 de novembro (EACP), dando assim a empresa cumprimento às orientações da tutela setorial. De acordo com as regras contabilísticas, e para efeitos da determinação de eventuais perdas por imparidade, foram levados a cabo estudos com vista à determinação do valor do negócio destas unidades e, conseqüentemente, à necessidade de reconhecer perdas por imparidades sobre os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis ainda em curso (ver Nota 8).

5.2.3. Adiantamentos

Os adiantamentos referem-se à empreitada Prolongamento do quebra-mar do Porto de Leixões e à Empreitada de Avanço de todo o Cais Norte da Doca n.º 1 e alargamento da sua rampa Ro-Ro.

5.3. Bens construídos em terrenos de domínio público

O ativo fixo tangível inclui itens construídos em terrenos do domínio público afeto à APDL. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as quantias escrituradas dos bens construídos em terrenos do domínio público, por unidade de negócio, eram as seguintes:

	2023	2022
Porto de Leixões (PL)	289.999.367	256.597.337
Porto de Viana do Castelo (PVC)	21.578.600	22.118.060
Total	311.577.967	278.715.397

5.4. Compromissos contratuais assumidos

A APDL tinha em 31 de dezembro de 2023 assumido os seguintes compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis:

Descrição	Montante
Prolongamento do Quebra-mar	18.915.062
Cais da Doca 1 Norte do Porto de Leixões	14.310.466
Via de Cintura Portuária	1.944.927
Defensas	1.553.074
Terraplano do Porto de Viana do Castelo	813.483
Terminal Ferroviário	565.281
Centro de Dados	359.400
Cais fluviais	248.806
Molhes Douro	160.000
Acessibilidades Marítimas ao PVC	143.952
Outros compromissos	116.870
Total	72.042.728

6. Propriedades de investimento

Políticas contabilísticas

As propriedades de investimento, integradas à data de constituição da Empresa foram registadas com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente. A avaliação reportou-se à data de 2 de dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do VUC.

As depreciações são calculadas, sobre o valor de aquisição ou avaliado, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Decreto Regulamentar n.º 25/2009), as que permitam a depreciação da propriedade, durante a sua vida útil estimada. Os terrenos classificados nesta categoria não são sujeitos a depreciações.

As propriedades de investimento estão escrituradas de acordo com o modelo do custo, ou seja, pelo seu valor de avaliação deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. É convicção da Administração que a quantia escriturada das propriedades de investimento representa uma estimativa fiável do seu justo valor.

Os encargos com as reparações e a manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As intervenções que aumentam a utilidade económica das propriedades são depreciadas durante o período de duração das mesmas.

O abate ou alienação das propriedades de investimento gera ganhos ou perdas que são o resultado da diferença entre o valor escriturado e o valor de realização. O valor de realização compreende a contrapartida recebida pela venda, troca de ativos ou indemnizações recebidas por sinistros. Os rendimentos ou gastos gerados são registados na demonstração dos resultados do período nas rubricas, respetivamente, *Outros rendimentos* ou *Outros gastos*.

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:

	2023	2022
Saldo inicial		
Quantia bruta	783.216	783.216
Depreciações acumuladas	(97.267)	(93.215)
Quantia escriturada	685.949	690.001
Movimentos no período:		
Adições	10.328.000	-
Gastos de depreciação	(233.565)	(4.052)
	10.094.435	(4.052)
Saldo final:		
Quantia bruta	11.111.216	783.216
Depreciações acumuladas	(330.832)	(97.267)
Quantia escriturada	10.780.384	685.949

Adições

Em 9 de maio de 2023, a APDL tomou posse administrativa dos bens afetos à concessão denominada Cais de Gaia. Os bens revertidos são constituídos por edifícios afetos a atividades de hotelaria e um parque de estacionamento e foram avaliados por peritos externos independentes.

7. Ativos intangíveis

Políticas contabilísticas

Os ativos intangíveis compreendem ativos adquiridos ou construídos por concessionários, licenças de utilização de aplicações informáticas, de projetos e programas de computador desenvolvidos internamente. As políticas contabilísticas aplicáveis são as seguintes:

1. Outros ativos intangíveis (exclui ativos adquiridos ou construídos por concessionários)

Os ativos intangíveis (exceto os apresentados no ponto seguinte) são registados pelo seu valor de aquisição, acrescido de todos os custos incorridos até à data da sua entrada em

utilização. Os custos compreendem os serviços prestados por fornecedores, impostos não dedutíveis, custos com mão-de-obra interna e consumos de materiais.

O valor escriturado corresponde ao custo de aquisição menos as amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos são amortizados pelo método das quotas constantes, em duodécimos, durante um período de 3 a 6 anos.

Os custos com a manutenção dos ativos intangíveis são reconhecidos como gastos do período na rubrica *Fornecimentos e serviços externos*.

2. Ativos adquiridos ou construídos por concessionários de serviços públicos e de uso privativo, que revertam para a APDL no final dos respetivos contratos

As Administrações Portuárias (AP), sob a égide da APP acordaram em 20 de março de 2012 a política contabilística a aplicar no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A decisão teve em consideração a ponderação entre o custo e o benefício e a adoção de critérios objetivos na preparação das demonstrações financeiras. Procurou-se a minimização de custos na identificação de ativos, na sua mensuração inicial e subsequente e, objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as AP. A política contabilística adotada é descrita nos parágrafos abaixo.

Reconhecimento

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que a APDL beneficia de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, será incorporada no ativo intangível da APDL a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias que serão incorporadas no ativo tangível da APDL. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo deverá ser amortizado ou depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela APDL, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos serão reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão.

As quantias correspondentes à diferença entre os gastos de amortização ou depreciação do ativo e o rendimento do período, incluídos nos resultados líquidos anuais, serão transferidas, no período posterior para a conta de capital próprio *Reservas não distribuíveis – Concessões*.

No momento do exercício contratual da reversão, haverá lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos. O ativo tangível será depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela APDL. O saldo respetivo da conta *Reservas não distribuíveis – Concessões* será transferido para a conta *Outras variações no capital próprio – Concessões*.

Mensuração

A mensuração inicial será realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário será obtido com base em informação contabilística a fornecer pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão serão incorporados nos períodos da sua realização.

Notas adicionais

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o não reconhecimento de ativos nas contas da concedente. Exemplificando, as concessões de serviço público que impliquem o pagamento de indemnizações à concessionária pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato.

No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da conta 432 – *Edifícios e outras construções* por contrapartida da conta *Outros rendimentos*.

Proceder-se-á ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja, no final do contrato de concessão.

7.1. Quantias escrituradas

As quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 eram como segue:

2023	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Projetos de desenvolvimento	3.794.381	(2.981.579)	-	812.802
Programas de computador	18.068.250	(16.134.541)	(713.670)	1.220.039
Propriedade industrial	87.259	(86.640)	-	619
Ativos das concessões	106.901.469	(35.576.025)	-	71.325.444
Investimentos em curso	1.238.852	-	-	1.238.852
Quantia escriturada	130.090.211	(54.778.785)	(713.670)	74.597.756

2022	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Projetos de desenvolvimento	2.946.837	(2.602.407)	(51.945)	292.485
Programas de computador	17.157.570	(14.806.788)	(1.041.930)	1.308.852
Propriedade industrial	87.259	(84.165)	-	3.094
Ativos das concessões	99.200.196	(31.877.428)	-	67.322.768
Investimentos em curso	1.125.175	-	-	1.125.175
Quantia escriturada	120.517.037	(49.370.788)	(1.093.875)	70.052.374

7.2. Movimentos no exercício

2023	Saldo inicial	Adições (vide 7.2.1)	Transfe-rências	Amorti-zações	Impari-dades (i)	Total
Proj. de desenvolvimento	292.485	-	847.544	(379.172)	51.945	812.802
Programas de computador	1.308.852	737.796	131.384	(1.327.753)	369.760	1.220.039
Propriedade industrial	3.094	-	-	(2.475)	-	619
Ativos das concessões	67.322.768	7.701.273	-	(3.698.597)	-	71.325.444
Intangíveis em curso	1.125.175	203.560	(89.883)	-	-	1.238.852
Total	70.052.374	8.642.629	889.045	(5.407.997)	421.705	74.597.756

2022	Saldo inicial	Adições	Amorti-zações	Impari-dades (i)	Total
Projetos de desenvolvimento	624.541	-	(428.512)	96.456	292.485
Programas de computador	1.894.911	316.370	(1.395.782)	493.353	1.308.852
Propriedade industrial	5.568	-	(2.474)	-	3.094
Ativos das concessões	64.516.165	6.433.288	(3.626.685)	-	67.322.768
Intangíveis em curso	721.179	403.996	-	-	1.125.175
Total	67.762.364	7.153.654	(5.453.453)	589.809	70.052.374

(i) Ver Nota 8 Imparidades dos investimentos.

7.2.1. Adições

As adições na rubrica Programas de computador referem-se a licenciamento de aplicações informáticas (590 mil euros) e a desenvolvimentos das aplicações informáticas da APDL (351 mil euros).

As adições de ativos das concessões são relativas aos contratos de concessão, TCL – Terminal de Contentores de Leixões e TCGL – Terminal de Carga Geral e de Granéis de Leixões.

Concessão	Adições
Terminal de Contentores	7.252.633
Terminal de Carga Geral e de Granéis	448.640
Total	7.701.273

As adições incluem o montante de 58.109 euros relativo a trabalhos para a própria entidade (ver Nota 28.2).

7.3. Compromissos contratuais assumidos

A APDL tinha em 31 de dezembro de 2023 assumido compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis no montante de 506.174 euros.

8. Imparidades dos investimentos

Políticas contabilísticas

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que a quantia pela qual o ativo ou a unidade geradora de caixa se encontra reconhecido no balanço não seja recuperável, é estimada a quantia recuperável do ativo.

Caso a quantia pela qual o ativo se encontra escriturado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade registada na demonstração dos resultados numa das seguintes rubricas:

- Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).
- Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).

Os investimentos não depreciáveis são os terrenos e os investimentos em curso.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os fluxos de caixa futuros são estimados para o ativo na condição corrente pelo que não consideram quaisquer entradas ou saídas de caixa resultantes de:

- i. Reestruturação futuras com a qual a Empresa ainda não se comprometeu;
- ii. Aumentos ou melhorias no desempenho do ativo.

As estimativas dos fluxos de caixa futuro não incluem quaisquer fluxos provenientes das atividades de funcionamento e de recebimentos ou pagamentos de impostos sobre o rendimento.

As reversões das perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores são registadas quando:

- i. se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram;
- ii. de acordo com as depreciações ou amortizações praticadas sobre os itens de ativo em imparidade;

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados nas rubricas acima referidas e é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida das amortizações ou depreciações acumuladas) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

Relativamente à estimativa da quantia recuperável dos ativos de investimento, deve ter-se em consideração as seguintes condições:

- i. as atividades desenvolvidas nas unidades geradoras de caixa (UGC), Porto de Viana do Castelo (PVC) e Via Navegável do Douro (VND) tem natureza de serviço público; e,
- ii. a maioria dos edifícios, infraestruturas, equipamentos e instalações foram construídos ou estão implantados em terrenos do domínio público e como tal não podem ser transacionados;

O valor recuperável dos itens de investimento com as qualidades acima descritas corresponde ao seu valor de uso. O valor de uso é a quantia descontada dos fluxos de caixa futuros que serão gerados pelo ativo durante a sua vida útil residual esperada.

A UGC PVC é constituída por todos os ativos afetos ao porto de Viana do Castelo, exceto aqueles afetos à concessão West-Sea. A UGC VND é constituída pelos ativos afetos à gestão e operação da Via Navegável do Douro, construídos ou instalados em propriedades da Empresa ou na área de jurisdição referida na Nota 1.1.

Pelo facto dos estudos levados a cabo com vista à determinação do valor do negócio e, conseqüentemente, da imparidade a reconhecer sobre os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis em uso por estas UGC ter levado em consideração:

- i. os investimentos em curso e a realizar a médio prazo, e;
- ii. que a realização de tais investimentos apenas será possível caso os mesmos venham a ser financiados por subsídios não reembolsáveis;

- iii. os investimentos realizados nestas duas unidades de negócio revelam-se necessários para garantir as condições mínimas de operacionalidade e segurança das respetivas infraestruturas e equipamentos, no cumprimento das competências atribuídas à empresa (Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio). Estes investimentos encontram-se inscritos na Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária no Horizonte 2026 constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 227, de 24 de novembro (EACP), dando assim a Empresa cumprimento às orientações da tutela setorial.

a perda por imparidade encontra-se, também, a ser imputada aos ativos fixos tangíveis e intangíveis que na data de relato financeiro se encontram em curso.

8.1. Pressupostos das estimativas

Em 31.12.2019, a APDL estimou a quantia recuperável dos ativos de investimento afetos às UGC, PVC e VND, com recurso a peritos externos independentes. As estimativas das quantias recuperáveis com referência a 31 de dezembro de 2023 foram realizadas internamente sendo que os resultados obtidos apresentam fluxos de caixa futuros negativos e a gestão da Empresa entendeu que não ocorreram factos que provocassem qualquer melhoria na atividade das UGC;

As estimativas realizadas com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, assentaram nos seguintes pressupostos:

	2023	2022
Taxas de crescimento:		
PVC	9,60%	5,08%
VND	5,00%	5,00%
Taxa de inflação	2,9% - 1,0%	2,43%
Fator de crescimento para a perpetuidade	1,2%	1,20%
Custo médio ponderado do capital (WACC)	4,20%	5,67%

A quantia escriturada dos ativos afetos às UGC corresponde ao justo valor deduzido dos custos de venda, baseados em transações recentes, pelo facto do resultado de avaliação dos fluxos de caixa futuros ser inferior. Assim, a imparidade não é imputada aos ativos cuja quantia recuperável é assente no seu justo valor. Estes ativos são terrenos e edifícios implantados em terrenos de domínio privado, viaturas automóveis e embarcações.

8.2. Movimentos no exercício

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os movimentos relativos às perdas por imparidade dos ativos de investimento do Porto de Viana do Castelo e da Via



Navegável do Douro, apresentados na demonstração de resultados por naturezas, foram os seguintes:

2023	Ativos fixos tangíveis	Ativos intangíveis	Total
Investimentos não depreciáveis:			
Reforço	1.246.158	-	1.246.158
Reversão	(43.742)	-	(43.742)
Soma (A)	1.202.416	-	1.202.416
Investimentos depreciáveis:			
Reforço	797.625	133.038	930.663
Reversão	(4.512.253)	(554.743)	(5.066.996)
Soma (B)	(3.714.628)	(421.705)	(4.136.333)
Total (A+B)	(2.512.212)	(421.705)	(2.933.917)

2022	Ativos fixos tangíveis	Ativos intangíveis	Total
Investimentos não depreciáveis:			
Reforço	1.000.260	-	1.000.260
Reversão	-	-	-
Soma (A)	1.000.260	-	1.000.260
Investimentos depreciáveis:			
Reforço	1.383.433	12.950	1.396.383
Reversão	(4.056.823)	(602.759)	(4.659.582)
Soma (B)	(2.673.390)	(589.809)	(3.263.199)
Total (A+B)	(1.673.130)	(589.809)	(2.262.939)

As perdas por imparidade por unidade geradora de caixa são as seguintes:

	PVC	VND	Total
Em 1 de janeiro de 2022	44.349.360	47.912.777	92.262.137
Movimentos:			
Reforço	534.560	1.862.083	2.396.643
Reversão	(2.112.161)	(2.547.421)	(4.659.582)
	(1.577.601)	(685.338)	(2.262.939)
Reclassificação	(2.786.037)	-	(2.786.037)
Em 31 de dezembro de 2022	39.985.722	47.227.439	87.213.161
Movimentos:			
Reforço	1.038.438	1.138.384	2.176.822
Reversão	(2.123.075)	(2.987.664)	(5.110.739)
	(1.084.637)	(1.849.280)	(2.933.917)
Em 31 de dezembro de 2023	38.901.085	45.378.159	84.279.244

Ativos e passivos financeiros

9. Outros investimentos financeiros

Políticas contabilísticas

A rubrica é constituída por ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados (ver Nota 4.2.3).

O detalhe das quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e dos movimentos ocorridos nos períodos é o seguinte:

	2023	2022
Saldo inicial	37.480	28.828
Reforços	4.697	11.898
Diminuições	-	(111)
Gastos e rendimentos:		
Rendimentos / (gastos)	-	(3)
Aumentos/ (reduções) de justo valor	1.810	(3.132)
Saldo final	43.987	37.480

As quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 respeitam na globalidade à participação no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

O FCT é um fundo autónomo dotado de personalidade jurídica e foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto. As entregas obrigatórias para o fundo

terminaram em abril de 2023. O DL 115/2023, de 15 de dezembro, alterou profundamente o regime jurídico, a sua natureza e finalidades.

Mantém-se a finalidade do Fundo em assegurar o reembolso de compensações até 50% da compensação devida por cessação do contrato de trabalho dos trabalhadores incluídos no FCT, mas a esta finalidade juntam-se o financiamento da qualificação e formação certificada dos trabalhadores, o apoio aos custos e investimentos com habitação dos trabalhadores e ainda o apoio a outros investimentos de interesse mútuo para empregador e trabalhadores, designadamente refeitórios e creches.

A quantia escriturada é estimada de acordo com o valor unitário das unidades de participação em 31 de dezembro de cada exercício.

10. Caixa e equivalentes de caixa

Políticas contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à ordem, os depósitos a prazo e os títulos negociáveis com elevada liquidez. São considerados de elevada liquidez os depósitos e títulos que possam ser liquidados até três meses. Os descobertos bancários são reconhecidos na rubrica do passivo Financiamentos obtidos e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

- **Caixa**

Compreende as notas, moedas e cheques não depositados. Os valores em moeda estrangeira são valorizados pela cotação no último dia útil do ano. A diferença, positiva ou negativa é reconhecida nos resultados do período.

- **Depósitos a prazo**

Os depósitos a prazo nesta rubrica são mobilizáveis num prazo inferior a três meses. Os juros auferidos são reconhecidos como rendimento do período a que se refere independentemente do seu recebimento posterior.

10.1. Quantias reconhecidas em caixa e depósitos bancários

O Caixa e equivalentes de caixa apresenta o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Descrição	2023	2022
Caixa:		
Numerário	8.212	6.932
Depósitos bancários:		
Depósitos à ordem	8.120.406	6.027.444
Depósitos a prazo	10.250.000	10.000.000
Total	18.378.618	16.034.376

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a totalidade dos excedentes de tesouraria da Empresa, estavam aplicados em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), com maturidades até 12 meses. Os mesmos são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como um equivalente de caixa pelo facto de poderem ser desmobilizados num período inferior a três meses.

10.2. Juros obtidos dos excedentes de tesouraria

Os juros dos excedentes de tesouraria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:

	2023	2022
Juros de depósitos a prazo	1.000	36
Total	1.000	36

11. Clientes e outros créditos a receber

Políticas contabilísticas

As rubricas do balanço, *Clientes* e *Outros créditos a receber* são constituídas por ativos financeiros (ver Nota 4.2.3) reconhecidos ao custo amortizado deduzido de quaisquer perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados na rubrica *Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)*, sendo subsequentemente revertidas na mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

11.1. Clientes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica *Clientes* tem a seguinte composição:

	2023	2022
Clientes conta corrente	6.895.587	6.538.465
Clientes de cobrança duvidosa	6.629.219	6.880.960
Perdas por imparidade acumuladas (ver Nota 12)	(6.632.899)	(6.875.829)
Quantia escriturada	6.891.907	6.543.596

As dívidas de clientes são constituídas pelo valor das vendas e serviços prestados, impostos (IVA) e quantias devidas a outras entidades portuárias (Entidades FUP, ver Nota 16.2). São mensuradas ao custo amortizado deduzido das perdas por imparidade. As perdas por imparidade (ver Nota 12) são reconhecidas, sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

11.2. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a composição da rubrica *Outros créditos a receber*, é como segue:

	Notas	2023	2022
Pessoal:			
Adiantamentos ao pessoal	(1)	25.874	20.162
Beneficiários das Obras Sociais	(2)	259.148	256.795
	1	285.022	276.957
Devedores diversos:			
Subsídios a receber (ver Nota 27.3)		11.644.188	14.317.602
Cauções a terceiros		28.442	23.442
Outros devedores diversos	(3)	481.830	689.547
	2	12.154.460	15.030.591
Devedores por acréscimos de rendimentos:			
Prestações de serviços	(4)	1.557.612	706.846
Outros acréscimos		29.768	53.790
	3	1.587.380	760.636
Perdas por imparidade (ver Nota 12)	4	(332.312)	(319.404)
d	Total = 1+2+3+4	13.694.550	15.748.780

(1) Adiantamentos ao pessoal

As dívidas do pessoal referem-se à venda de refeições da cantina aos colaboradores e a adiantamentos para despesas em deslocações.

(2) Beneficiários das Obras Sociais

As dívidas dos beneficiários das Obras Sociais são relativas à parte das despesas não comparticipadas pelas prestações de serviços médicos e pela aquisição de medicamentos cujo custo é suportado pela APDL e posteriormente debitado aos beneficiários.

(3) Outros devedores diversos

Inclui a quantia de 285.943 euros relativa a despesas debitadas à Alfândega do Porto, relacionadas com a Cimeira Ibero – Americana realizada em 2004. Pelo facto de se considerar improvável a recuperação deste montante, encontra-se reconhecida uma perda por imparidade de igual montante.

(4) Prestações de serviços

Serviços prestados no exercício cuja faturação foi emitida em exercício posterior.

12. Perdas por imparidade em ativos financeiros

Os movimentos das perdas por imparidade em ativos financeiros ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:

2023	Clientes	Outros devedores	Total
Em 1 de janeiro de 2023	6.875.829	319.404	7.195.233
Utilizações	-	-	-
Gastos e rendimentos:			
Constituições e reforços	2.671	12.908	15.579
Reversões	(220.776)	-	(220.776)
Desreconhecimento	(24.825)	-	(24.825)
Em 31 de dezembro de 2023	6.632.899	332.312	6.965.211

2022	Clientes	Outros devedores	Total
Em 1 de janeiro de 2022	6.807.294	319.102	7.126.396
Utilizações	(5.823)	-	(5.823)
Gastos e rendimentos:			
Constituições e reforços	74.360	302	74.662
Reversões	(2)	-	(2)
Em 31 de dezembro de 2022	6.875.829	319.404	7.195.233

12.1. Perdas por imparidade de clientes

As perdas por imparidade acumuladas incluem 5,9 milhões de euros relativo às rendas debitadas à entidade que foi concessionária do Cais de Gaia.

12.2. Perdas por imparidade de outros devedores

As perdas por imparidade relativas a outros créditos a receber referem-se a:

- Dívidas dos beneficiários das Obras Sociais, e;
- Despesas debitadas à Alfândega do Porto relacionadas com a Cimeira Ibero Americana realizada em 2004.

13. Fornecedores e outras dívidas a pagar

Políticas contabilísticas

As rubricas do balanço *Fornecedores* e *Outras dívidas a pagar* são constituídas por passivos financeiros (ver Nota 4.2.3) reconhecidos ao custo amortizado.

13.1. Fornecedores

O detalhe da rubrica *Fornecedores*, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, era o seguinte:

	2023	2022
Fornecedores – conta corrente	1.902.818	1.981.029
Faturas em receção e conferência	765.921	22.069
Total	2.668.739	2.003.098

13.2. Outras dívidas a pagar

As *Outras dívidas a pagar*, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentam o seguinte detalhe:

	No- tas	2023		2022	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores de investimentos		6.439.444	-	14.641.095	-
Acionista	(1)	2.451.835	380.000	190.000	570.000
Outras dívidas a pagar		72.987	-	51.680	-
Acréscimos de gastos	(2)	9.822.545	-	8.224.310	-
Subsídios ao investimento (ver Nota 26.4)		6.084.705	22.598.574	1.492.835	20.488.412
Cauções e retenções de garantias		1.329.847	-	1.160.829	-
Total		26.201.363	22.978.574	25.760.749	21.058.412

(1) Acionista

Dívida ao acionista relativa ao dividendo do exercício de 2020, no montante de 950 mil euros. O pagamento anual de 190 mil euros é feito no mês de julho e decorrerá até 2026. O saldo final de 2023 inclui ainda o dividendo no montante de 2.261.835 euros relativo à aplicação do resultado do exercício de 2022 (ver Nota 25).

(2) Acréscimos de gastos

		2023	2022
Remunerações e encargos sociais	(i)	2.107.514	1.949.550
Comparticipação p/ entidade reguladora	(ii)	6.339.465	5.314.808
Gastos de financiamento		172.811	2.070
Manutenção das eclusas		397.066	354.911
Água, eletricidade, gás		400.935	325.393
Impostos		101.620	88.903
Outros acréscimos de gastos		303.134	188.675
Total		9.822.545	8.224.310

(i) Remunerações e encargos sociais

Estimativa dos gastos relativos ao direito ao subsídio de férias, aos dias de férias e aos respetivos encargos sociais obrigatórios, adquiridos pelos trabalhadores em 31 de dezembro de 2023 e 2022, cujo pagamento ocorrerá em 2024.

(ii) Comparticipação para a entidade reguladora

Refere-se à comparticipação estimada de 2% das receitas de exploração portuárias, excluindo a receita do serviço de pilotagem. Trata-se da estimativa da quantia devida à AMT, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio. A APDL não efetuou o pagamento pelo facto de não terem sido publicados os despachos conjuntos que definem a taxa de comparticipação para os exercícios de 2017 a 2023.

14. Financiamentos obtidos

Políticas contabilísticas

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e de montagem incorridos. Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os custos com juros e outros encargos com financiamentos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, são considerados como parte do custo desse ativo. Outros custos de financiamento são reconhecidos na rubrica *Juros e gastos similares suportados* da demonstração dos resultados por naturezas.

14.1. Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentam o seguinte detalhe:

		2023		2022	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Banco Europeu de Investimento 1	(1)	1.240.000	10.000.000	1.180.000	11.240.000
Banco Europeu de Investimento 2	(2)	-	12.500.000	-	-
Empréstimo BPI 1	(3)	2.187.500	13.125.000	2.187.500	15.312.500
Empréstimo BPI 2	(3)	1.041.667	36.458.333	-	37.500.000
Total		4.469.167	72.083.333	3.367.500	64.052.500

(1) Financiamento BEI 1

Financiamento obtido junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de 20 milhões de euros que se encontra a ser amortizado semestralmente até maio de 2031. O financiamento está coberto por aval do Estado.

(2) Financiamento BEI 2

Financiamento obtido junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de 12,5 milhões de euros para financiamento do investimento Prolongamento do quebra-mar do Porto de Leixões. O empréstimo iniciará a sua amortização em 2028 e terminará em 2043. A taxa de juro é fixa até 2028, ano em que será revista. O financiamento está coberto por aval do Estado.

(3) Financiamentos BPI

Em 2022 APDL obteve dois empréstimos do BPI no montante global de 55 milhões de euros que serão amortizados semestralmente até 2030 e 2042, respetivamente. Os empréstimos pagam taxas variáveis indexadas às taxas Euribor 6 meses e 12 meses, respetivamente.

Os empréstimos obtidos destinam-se ao financiamento do investimento da ação Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões, no âmbito da candidatura comunitária “Action Number 2017-PT_TM-0134-W Improvement of the Maritime Accessibilities to the Port of Leixões”.

14.2. Movimentos no período

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	67.420.000	13.560.000
Recebimentos	12.500.000	55.000.000
Amortizações de capital	(3.367.500)	(1.140.000)
Saldo final	76.552.500	67.420.000

14.3. Perfil de amortização dos financiamentos

O plano de amortização dos financiamentos em 31 de dezembro de 2023 é o seguinte:

	2023
2024	4.469.167
2025	5.590.833
2026	5.670.834
2027	5.750.833
2028	6.612.084
2029	6.692.083
2030 e seguintes	41.766.666
	76.552.500

14.4. Custos de financiamento

Os custos de financiamento incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram os seguintes:

	Notas	2023	2022
Juros de financiamentos obtidos		2.151.312	295.885
Comissões bancárias		7.500	354.660
Comissão sobre o aval do Estado	(i)	24.063	28.630
Total dos custos de financiamento		2.182.875	679.175
Custos capitalizados	(ii)	(285.685)	(641.485)
Gastos de financiamento	(iii)	1.897.190	37.690

(i) Comissão sobre o aval do Estado

Custos com o aval do Estado Português aos financiamentos do BEI (0,2% sobre o montante do capital em dívida).

(ii) Custos capitalizados

Os custos de financiamento são capitalizados no investimento em curso Prolongamento do quebra-mar (ver Nota 5.2.1).

(iii) Gastos de financiamento

Os gastos de financiamento reconhecidos no exercício referem-se aos juros suportados relativos aos montantes de financiamento utilizados no investimento Acessibilidades ao Porto de Leixões com início de utilização em janeiro de 2023

14.5. Taxa de capitalização dos custos de financiamento

O custo médio do financiamento capitalizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	2023	2022
Custo médio do financiamento capitalizado	3,12%	3,07%

Outros ativos e passivos

15. Inventários

Políticas contabilísticas

Os inventários são constituídos pelos materiais ou consumíveis aplicados nas prestações de serviços e nas atividades internas de manutenção e conservação. São reconhecidas

inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, transportes e impostos não dedutíveis.

O valor escriturado é o mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. Se o valor realizável líquido for inferior ao valor escriturado então o valor dos materiais será ajustado pelo reconhecimento de gastos na rubrica *Imparidade de inventários (perdas/reversões)* da demonstração dos resultados. O ajustamento será revertido se se deixar de verificar as circunstâncias que determinaram esse ajustamento.

Os consumos de materiais são determinados com base no método do custo médio ponderado.

15.1. Quantias escrituradas

As quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 eram as seguintes:

	2023	2022
Mercadorias	115.396	60.564
Matérias subsidiárias e de consumo	816.820	779.614
	932.216	840.178

15.2. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Os gastos com inventários reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:

2023	Merca- dorias	Matérias subsidiárias e outras	Totais
Em 1 de janeiro de 2023	60.564	779.614	840.178
Compras	1.254.113	766.611	2.020.724
Regularizações:			
Perdas	-	(3.081)	(3.081)
Em 31 de dezembro de 2023	(115.396)	(816.820)	(932.216)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.199.281	726.324	1.925.605

2022	Mercadorias	Matérias subsidiárias e outras	Totais
Em 1 de janeiro de 2022	90.318	696.639	786.957
Compras	1.264.041	676.121	1.940.162
Regularizações:			
Perdas	-	(10.893)	(10.893)
Ganhos	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	(60.564)	(779.614)	(840.178)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.293.795	582.253	1.876.048

16. Estado e outros entes públicos

16.1. Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os créditos a receber do *Estado e outros entes públicos* eram os seguintes:

	Notas	2023	2022
Imposto sobre o rendimento (ver Nota 20.6)		-	29.837
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	(i)	30.516	48.411
Total		30.516	78.248

(i) Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

A quantia a receber da rubrica Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) é relativa ao imposto suportado e ao saldo devedor de imposto apurado no mês de dezembro a deduzir no período posterior.

16.2. Passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as dívidas a pagar ao *Estado e outros entes públicos* eram as seguintes:

	Notas	2023	2022
Impostos sobre o rendimento (ver Nota 20.6)		553.431	29.474
Retenção de impostos sobre o rendimento	(i)	320.019	303.002
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(ii)	322.648	95.100
Contribuições sociais (CGA, ADSE, Segurança Social)	(iii)	381.137	395.130
Comparticipação financeira para a DGRM	(iv)	148.962	115.953
Entidades FUP	(v)	330.335	309.544
Total		2.056.532	1.248.203

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a APDL não tinha quaisquer dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos.

(i) Retenção de impostos sobre o rendimento

Montantes das retenções na fonte feitas sobre os pagamentos de rendimentos efetuados no mês de dezembro de 2023 e 2022.

(ii) Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

A APDL é um sujeito passivo de IVA no regime da afetação real e regime de tributação normal mensal. A Empresa liquida imposto sobre a generalidade das suas transmissões de bens e prestações de serviços, exceto sobre as operações isentas de acordo com o artigo 14.º do CIVA (isenções nas exportações, operações assimiladas e transportes internacionais).

(iii) Contribuições sociais

Encargos sociais suportados pela Empresa e encargos retidos aos trabalhadores relativos ao último mês do exercício a entregar às seguintes entidades: CGA, ADSE e Segurança Social.

(iv) Participação financeira para a DGRM

Refere-se à taxa de 5% sobre as receitas de exploração portuária reconhecidas na conta 72 Prestações de Serviços (excluindo a receita do serviço de pilotagem). As quantias apuradas devem ser pagas às seguintes entidades:

- Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT): taxa máxima de 2%. A taxa é fixada anualmente por despacho dos membros do Governo responsáveis;
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), na percentagem de 3%, de acordo com o artigo 7.º da Portaria n.º 342/2015, de 12 de outubro.

As quantias em dívida em 31 de dezembro de 2023 e 2022 respeitam apenas à DGRM atendendo ao facto de ainda não terem sido publicados os despachos conjuntos que definem as taxas de participação a favor da AMT para os exercícios de 2017 a 2023.

(v) Entidades FUP

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2016, de 16 de março, determinou a criação da Fatura Única Portuária (FUP) como o sistema que agrega a faturação de todas as entidades públicas, nomeadamente a Autoridade Marítima, a Autoridade Aduaneira, a Autoridade Sanitária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, prestadoras de serviços aos navios no ato de despacho de largada, para cada escala de navio.

A FUP entrou em vigor em 1 de janeiro de 2017 sendo emitida pela Autoridade Portuária e integra as quantias cobradas pelas referidas entidades. Os montantes faturados em nome e por conta das outras entidades são registados na rubrica do balanço *Estado e outros entes públicos*, sendo entregues após a cobrança da fatura ao cliente.

17. Diferimentos

17.1. Ativos

Os diferimentos no ativo referem-se aos gastos a reconhecer no exercício posterior relativos a contratos de manutenção de equipamentos ou sistemas informáticos e a prémios de seguros, cujos períodos de prestação dos serviços ou período coberto ainda não ocorreram.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica *Diferimentos* do ativo apresenta o seguinte detalhe:

	Notas	2023	2022
Acessos rodoviários ao PVC	(i)	1.844.953	1.966.403
Scanner (AT)	(ii)	372.624	425.856
Licenciamento de aplicações informáticas		462.060	20.815
Seguros		294.958	231.500
Manutenção de equipamentos		57.734	21.287
Comissão BEI		58.125	65.625
Outros gastos diferidos		33.866	28.941
Total		3.124.320	2.760.427

(i) Acessos rodoviários ao PVC

Inclui a quantia escriturada de 1.935.814 euros relativa à comparticipação da APDL para a construção dos acessos rodoviários ao Porto de Viana do Castelo que será reconhecida nos gastos em 20 anos.

(ii) Scanner (AT)

Comparticipação da APDL na aquisição de um scanner para a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), a funcionar no Porto de Leixões (425.856 euros em 31 de dezembro de 2023). Este custo será reconhecido nos gastos durante o seu período de utilização esperado (10 anos). A aquisição de um *scanner* para o Porto de Leixões resulta de um protocolo celebrado entre a APDL e a AT. De acordo com este protocolo, a APDL participa a aquisição deste equipamento que funcionará exclusivamente no Porto de Leixões e é imprescindível para a realização da atividade portuária.

17.2. Passivos

Os diferimentos no passivo referem-se aos rendimentos a reconhecer no exercício posterior relativo a rendas faturadas antecipadamente e aos rendimentos relativos aos ativos das concessões que revertem gratuitamente para a Empresa no final dos contratos de concessão.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos *Diferimentos* do passivo era o seguinte:

	Notas	2023		2022	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Rendas antecipadas		667.049	-	742.764	-
Ativos das concessões:	17.2.1	8.275.435	43.525.570	7.099.526	44.263.594
		8.942.484	43.525.570	7.842.290	44.263.594

17.2.1. Rendimentos dos ativos das concessões

Os rendimentos dos ativos das concessões (vide Nota 7) são reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais próxima em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão.

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	51.363.120	51.408.116
Adições	7.701.273	6.433.287
Imputação a rendimentos (ver Nota 27.2)	(7.263.388)	(6.478.283)
Saldo final	51.801.005	51.363.120

A rubrica Adições regista o reconhecimento de novos ativos reversíveis no exercício (ver Nota 7.2.1).

18. Provisões e passivos contingentes

Políticas contabilísticas

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (compromisso legal, contratual ou decorrente de uma decisão formal da gestão) resultante de eventos passados e que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e a quantia da obrigação possa ser estimada com razoável fiabilidade.

A provisão é mensurada pelo valor presente e é atualizada de acordo com a taxa de desconto aplicável. O aumento da provisão decorrente da passagem do tempo é reconhecido na demonstração dos resultados.

Se o motivo da constituição da provisão diminuir ou for extinto, então a provisão será revertida na mesma proporção. A reversão é reconhecida na demonstração de resultados do período.

Caso a obrigação presente não satisfaça o critério de reconhecimento da provisão, a Empresa divulga essa obrigação como um passivo contingente.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que uma saída de benefícios económicos futuros será exigida para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certa a ocorrência futura de um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

18.1. Provisões

As quantias escrituradas e os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

2023	Processos judiciais em curso
Em 1 de janeiro de 2023	4.137.171
Reforço pelo efeito temporal	199.941
Reversões	(170.347)
Em 31 de dezembro de 2023	4.166.765

2022	Processos judiciais em curso
Em 1 de janeiro de 2022	3.656.052
Utilização	(3.549)
Constituições e reforços	21.271
Reforço pelo efeito temporal	463.397
Em 31 de dezembro de 2022	4.137.171

18.1.1. Provisões para processos judiciais em curso

Das provisões para processos judiciais em curso, destacam-se os processos judiciais:

1. Guindaste Titan

Sinistro ocorrido no Molhe Sul do Porto de Leixões, durante a desmontagem do guindaste Titan no dia 12 de abril de 2012. O acidente originou uma explosão, seguida de incêndio, causando danos humanos e materiais, tendo espoletado processos judiciais por entidades envolvidas ou afetadas pela ocorrência.

2. Contratos de concessões de domínio público

Provisões constituídas para fazer face a reclamações relativas a obras realizadas e a processos concursais de adjudicação de utilização privativa do domínio público.

18.2. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2023 a Empresa tinha responsabilidades contingentes relativas a processos judiciais em curso no montante de 1.147.729 euros. Os processos judiciais respeitam a reclamações de taxas municipais e a indemnizações por obras realizadas em imóveis.

19. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Políticas contabilísticas

A APDL assume responsabilidades por benefícios pós-emprego relativas a:

- Pensões de reforma;
- Assistência médica-medicamentosa e assistência hospitalar;
- Prémios escolares e subsídios para creches.

As responsabilidades assumidas são de benefício definido pelo que a obrigação de financiamento e os riscos atuariais recaem na Empresa.

As responsabilidades com o pagamento dos benefícios são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de “rating” elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

Os gastos com juros e os gastos com os serviços correntes são reconhecidos no resultado do período, na rubrica *Gastos com o pessoal*.

Os desvios atuariais são registados na rubrica do capital próprio *Outras variações no capital próprio*.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do balanço juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

19.1. Quantias escrituradas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica *Responsabilidades por benefícios pós-emprego* tinha a seguinte composição:

	2023	2022
Plano médico	3.306.059	3.560.937
Subsídios de creche, de estudo	2.615	4.192
Fundo de Pensões ex-INPP	1.028.618	985.224
Total	4.337.292	4.550.353

19.2. Movimentos ocorridos no exercício

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

	Plano médico	Subsídios de creche e estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
Em 1 de janeiro de 2023	3.560.937	4.192	985.224	4.550.353
Gastos do período:				
Juros	141.804	148	35.988	177.940
Serviços correntes	7.766	-	-	7.766
	149.570	148	35.988	185.706
Benefícios pagos	(212.094)	(750)	(197.159)	(410.003)
(Ganhos)/ Perdas atuariais	(192.354)	(975)	204.565	11.236
Em 31 de dezembro de 2023	3.306.059	2.615	1.028.618	4.337.292

	Plano médico	Subsídios de creche e estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
Em 1 de janeiro de 2022	5.511.315	16.694	1.487.028	7.015.037
Gastos do período:				
Juros	58.703	103	9.696	68.502
Serviços correntes	16.784	-	-	16.784
	75.487	103	9.696	85.286
Benefícios pagos	(242.277)	(1.080)	(191.009)	(434.366)
(Ganhos)/ Perdas atuariais	(1.783.588)	(11.525)	(320.491)	(2.115.604)
Em 31 de dezembro de 2022	3.560.937	4.192	985.224	4.550.353

19.3. Ganhos e perdas atuariais acumulados

Os ganhos e perdas atuariais acumulados são reconhecidos na rubrica do capital próprio *Ajustamentos e outras variações no capital próprio*.



Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as quantias escrituradas eram as seguintes:

	Plano médico	Subsídios de creche e estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
Em 1 de janeiro de 2022	(12.030.116)	(8.435)	210.358	(11.828.193)
(Ganhos)/ Perdas do exercício	(1.783.588)	(11.525)	(320.491)	(2.115.604)
Em 31 de dezembro de 2022	(13.813.704)	(19.960)	(110.133)	(13.943.797)
(Ganhos)/ Perdas do exercício	(192.354)	(975)	204.565	11.236
Em 31 de dezembro de 2023	(14.006.058)	(20.935)	94.432	(13.932.561)

19.4. Pressupostos atuariais

Os estudos atuariais com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, para efeitos de apuramento, nessas datas, das responsabilidades acumuladas tiveram por base os seguintes pressupostos e beneficiários dos planos de benefícios:

Beneficiários por plano de benefícios:

	2023	2022
Plano médico	1.507	1.551
Subsídios de creche e estudo	3	4
Fundo de Pensões ex-INPP	8	8

Pressupostos atuariais:

	2023	2022
Tábua de mortalidade	TV 88/90	
Tábua de invalidez	EVK 80	
Idade normal de reforma	67	
Percentagem de casados:		
População ativa	75%	
População inativa	Real	
Diferença de idades entre cônjuges	3 anos (homem mais velho)	
Taxas de desconto:		
Plano médico	3,47%	4,16%
Fundo de Pensões e Subsídio de creche e estudos	3,37%	4,01%
Pensões:		
Crescimento	1,00%	1,00%
Inflação	2,00%	2,00%
Crescimento dos custos médicos:		
Inflação médica	3,00%	3,00%
Crescimento por idade	2,00%	2,00%

19.5. Análise de sensibilidade à variação da taxa de juro

O impacto da variação positiva ou negativa de 1 p.p. na taxa de juro assumida para a estimativa da responsabilidade do Plano Médico, é o seguinte:

Responsabilidade em 31.12.2023	Responsabilidade		Variação	
	+ 1 pp	-1 pp	+ 1 pp	-1 pp
3.306.059	3.631.762	3.022.283	325.703	(283.776)

19.6. Descrição dos planos de benefícios definidos

Plano Médico

Até ao exercício de 2009 a Empresa tinha como responsabilidade o pagamento da assistência médica-medicamentosa e hospitalar, não só aos colaboradores que integravam os quadros da Empresa até 2 de dezembro 1998, como também aos seus cônjuges e filhos até à idade legal do benefício. Contudo, durante o exercício de 2009, todos os trabalhadores, subscritores da Caixa Geral de Aposentações, foram inscritos na ADSE – Assistência na Doença aos Servidores Cíveis do Estado, atual Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I. P. (ADSE, I.P.), incluindo cônjuges e filhos que reuniam as necessárias condições, assim como a generalidade dos aposentados, e respetivo agregado familiar. As Obras Sociais, como um sistema complementar de saúde para todos os beneficiários, continuaram a manter as suas valências disponíveis no Centro de Assistência.

As responsabilidades assumidas referentes à assistência médica constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

Subsídios de creche, de estudo e prémios escolares

Quantias atribuídas pela Empresa aos filhos dos trabalhadores para subsidiar gastos com creches, escolas e para a atribuição de prémios escolares para incentivar o melhor aproveitamento escolar.

As responsabilidades assumidas referentes aos subsídios de creche, de estudo e prémios escolares constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

Fundo de Pensões ex-INPP

A APDL ficou obrigada a contribuir, em conjunto com outras Administrações Portuárias, para a manutenção do fundo de aposentações do Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP), criado pelo Decreto-Lei nº 188/89, de 3 de junho, relativamente aos aposentados que integravam o ex-departamento de pilotagem.

As responsabilidades assumidas referentes ao fundo de pensões constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

20. Imposto corrente

Políticas contabilísticas

O imposto corrente é apurado pela aplicação das taxas de imposto sobre a matéria coletável. A matéria coletável corresponde ao resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal vigente à data das demonstrações financeiras. Os ajustamentos fiscais referem-se a gastos não deduzidos no exercício ou rendimentos não tributados no exercício e ainda a outros movimentos não refletidos no resultado do exercício.

Na eventualidade destes ajustamentos serem passíveis de dedução ou tenham de ser liquidados em exercícios posteriores, denominam-se diferenças temporárias e são reconhecidos no balanço, respetivamente, nas rubricas Ativos por imposto diferido ou Passivo por imposto diferido.

O imposto corrente pode ainda ser corrigido pela dedução de prejuízos fiscais de exercícios anteriores e pela dedução de créditos de imposto do exercício corrente ou anteriores.

O imposto corrente apurado no exercício a pagar ou a recuperar no exercício posterior, será reconhecido no ativo ou passivo corrente do balanço, na rubrica Estado e outros entes públicos.

Revisão fiscal das estimativas de imposto

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa de que não haverá correções significativas ao imposto sobre o rendimento registado nas demonstrações financeiras.

20.1. Imposto apurado no exercício

O imposto sobre o rendimento apurado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi o seguinte:

2023	Nota	Base do imposto	Imposto corrente	Capital próprio	Total do imposto
Resultado antes de impostos		8.902.649	2.236.051		2.236.051
Variações patrimoniais	26.1	10.328.000	-	2.594.052	2.594.052
Diferenças permanentes	20.3	239.842	60.241		60.241
Diferenças temporárias	20.4	(11.204.677)	(2.814.244)		(2.814.244)
Matéria coletável		8.265.814	(517.952)	2.594.052	2.076.100
Recuperação do prejuízo fiscal de 2021		(153.969)	(32.334)		(32.334)
Recuperação de créditos de imposto			(1.518.516)		(1.518.516)
Tributações autónomas			30.000		30.000
Imposto sobre o rendimento		8.111.845	(2.038.802)	2.594.052	555.250
Pagamentos antecipados e retenções					(1.819)
Imposto a pagar/ (a receber)					553.431

2022	Nota	Base do imposto	Imposto corrente	Capital próprio	Total do imposto
Resultado antes de impostos		10.856.612	2.442.738		2.442.738
Variações patrimoniais		-	-	-	-
Diferenças permanentes	20.3	133.538	30.046		30.046
Diferenças temporárias	20.4	(10.773.800)	(2.424.105)		(2.424.105)
Matéria coletável		216.350	48.679	-	48.679
Recuperação do prejuízo fiscal de 2021		(173.080)	(36.347)		(36.347)
Recuperação de créditos de imposto			(9.087)		(9.087)
Tributações autónomas			50.000		50.000
Imposto sobre o rendimento		43.270	53.245	-	53.245
Pagamentos antecipados e retenções					(23.772)
Imposto a pagar/ (a receber)					29.473

20.2. Taxa de imposto corrente

A taxa de imposto corrente apurada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi a seguinte:

	2023	2022
Resultado antes de impostos	8.902.649	10.856.612
Ajustamentos à matéria coletável	(636.835)	(10.640.262)
Resultado fiscal (RF)	8.265.814	216.350
Impostos sobre o rendimento (IR) (exclui Tributação autónoma)	2.076.100	48.679
Taxa de imposto corrente (IR / RF)	25,12%	22,50%

As taxas de imposto sobre o rendimento em vigor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são as seguintes:

	2023	2022
IRC	21,00%	21,00%
Derrama municipal (sobre o lucro tributável)	1,50%	1,50%
Derrama estadual (sobre o lucro tributável):		
até 1,5 m€	0,00%	0,00%
entre 1,5 m€ e 7,5 m€	3,00%	3,00%
entre 7,5 m€ e 35 m€	5,00%	5,00%
superior a 35 m€	9,00%	9,00%

20.3. Diferenças permanentes

As diferenças permanentes tributadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram as seguintes:

	2023		2022	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Taxa de imposto corrente		25,12%		22,50%
Donativos	63.020	15.829	44.845	10.090
Mais-valias	-	-	(46.714)	(10.511)
Benefícios fiscais	(54.371)	(13.656)	(69.922)	(15.732)
Outros ajustamentos	231.193	58.068	205.329	46.199
Total	239.842	60.241	133.538	30.046

20.4. Diferenças temporárias

As diferenças temporárias tributadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram as seguintes:

	2023		2022	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Taxa de imposto corrente		25,12%		22,50%
Reserva Fiscal DL 66/2016	(5.051.438)	(1.268.754)	(5.247.610)	(1.180.712)
Ativos das concessões	(3.564.791)	(895.358)	(2.851.599)	(641.610)
Imparidades dos investimentos	(2.428.885)	(610.055)	(2.262.939)	(509.161)
Benefícios pós-emprego	(224.303)	(56.337)	(349.080)	(78.543)
Outros ajustamentos	64.740	16.260	(62.572)	(14.079)
Total	(11.204.677)	(2.814.244)	(10.773.800)	(2.424.105)

20.5. Pagamentos e recebimentos do imposto

Os montantes de imposto pago ou recebido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram os seguintes:

	2023	2022
Retenções na fonte	1.819	23.772
Pagamento de IRC de períodos anteriores	35.757	-
Reembolso de IRC de períodos anteriores	(29.837)	(476.622)
Pagamento/ (recebimento) de imposto	7.739	(452.850)

20.6. Quantias de imposto corrente escrituradas no balanço

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as quantias reconhecidas no ativo corrente e passivo corrente eram as seguintes:

2023	2023		2021	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Imposto s/ rendimento de 2022	-	553.431	-	29.474
Imposto s/ rendimento de 2020	-	-	29.837	-
Total	-	553.431	29.837	29.474

21. Impostos diferidos

Políticas contabilísticas

Ativos por imposto diferido

Os ativos por imposto diferido referem-se a diferenças temporárias resultantes de ajustamentos à matéria coletável, prejuízos fiscais e créditos de imposto.

Ajustamentos à matéria coletável

A Empresa reconhece estes ativos na condição de que existam expetativas razoáveis de dedução a lucros tributáveis futuros ou pela dedução a passivos por imposto diferido.

Prejuízos fiscais

Os prejuízos fiscais são reconhecidos nos ativos por impostos diferidos quando existem expetativas de que sejam recuperados pela dedução a lucros tributáveis futuros. Os prejuízos fiscais podem ser deduzidos até 65% do lucro tributável ou 75% caso respeitem a prejuízos reconhecidos em 2020 ou 2021.

Créditos de imposto

Os créditos de imposto são reconhecidos nos ativos por impostos diferidos quando existem expetativas de que sejam recuperados pela dedução a coletas de imposto futuras.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

A Empresa efetua julgamentos e estimativas significativas para apuramento dos montantes dos passivos de imposto a liquidar e da recuperabilidade futura dos ativos por imposto diferido.

As estimativas são realizadas anualmente na data de relato tendo em conta os seguintes fatores:

- as leis fiscais em vigor e as regras de apuramento do resultado fiscal na data de aprovação das contas;
- os planos de atividade e orçamento da Empresa;
- os períodos de recuperação dos ativos e de liquidação dos passivos por impostos diferidos.

Ajustamento à estimativa

As alterações dos montantes de ativos e passivos resultantes da revisão anual da estimativa são apresentadas nos mapas com a designação *Ajustamento à estimativa*.

21.1. Ativos por imposto diferido

O montante de ativos por imposto diferido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

	2023	2022
Ajustamentos à matéria coletável	19.479.632	22.342.567
Prejuízos fiscais	-	31.071
Créditos de imposto	-	1.003.278
Total	19.479.632	23.376.916

21.1.1. Ajustamentos à matéria coletável

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos por imposto diferido relativos a diferenças temporárias resultantes de ajustamentos fiscais ao resultado, eram os seguintes:

2023	Imparidade em ativos fixos	Reavaliação fiscal DL 66/2016	Benefícios pós-emprego	Imparidade em contas a receber	Total
	(i)	(ii)	(iii)	(iv)	
Saldo inicial	17.719.998	3.491.743	1.122.571	8.255	22.342.567
Recuperação	(809.003)	(1.232.453)	(103.034)	-	(2.144.490)
Constituição ou reforço	187.085	-	43.957	3.055	234.097
Redução do ativo	-	-	-	-	-
Reversão de reduções	-	-	-	-	-
Ajustamento da estimativa (ver 21.3)	(671.280)	(244.070)	(39.518)	(334)	(955.202)
Alteração por resultados	(1.293.198)	(1.476.523)	(98.595)	2.721	(2.865.595)
Alteração por capital próprio	-	-	2.660	-	2.660
Saldo final	16.426.800	2.015.220	1.026.636	10.976	19.479.632

2022	Imparidade em ativos fixos	Reavaliação fiscal DL 66/2016	Benefícios pós-emprego	Imparidade em contas a receber	Total
	(i)	(ii)	(iii)	(iv)	
Saldo inicial	17.700.326	4.360.282	1.673.787	9.431	23.743.826
Recuperação	(633.694)	(1.101.998)	(97.732)	(1.519)	(1.834.943)
Constituição ou reforço	113.591	-	21.040	74	134.705
Redução do ativo	-	-	-	-	-
Reversão de reduções	-	-	-	-	-
Ajustamento da estimativa (ver 21.3)	539.775	233.459	30.259	269	803.762
Alteração por resultados	19.672	(868.539)	(46.433)	(1.176)	(896.476)
Alteração por capital próprio	-	-	(504.783)	-	(504.783)
Saldo final	17.719.998	3.491.743	1.122.571	8.255	22.342.567

(i) Imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis

O ativo por imposto diferido relativo às perdas por imparidade em ativos de investimento das unidades geradoras de caixa PVC e VND (ver Nota 8).

(ii) Reavaliação fiscal DL 66/2016

Ativo por imposto diferido relativo à reserva de reavaliação fiscal do Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro, cuja amortização fiscal se iniciou no exercício de 2018 e terminará em 2025 (ver Nota 23).

(iii) Benefícios pós-emprego

Os gastos com benefícios pós-empregos são reconhecidos nas contas com base nas estimativas efetuadas por atuários independentes e não são dedutíveis fiscalmente. A respetiva dedução fiscal ocorre no exercício do seu efetivo pagamento. Pela diferença temporária, a APDL reconhece o ativo por imposto diferido.

A redução ou aumento da responsabilidade pelo reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, reflete-se no ativo por imposto diferido por contrapartida da rubrica do capital próprio *Outras variações no capital próprio*.

(iv) Imparidade em contas a receber

De acordo com o disposto no CIRC, as imparidades em contas a receber não são totalmente dedutíveis no exercício em que são reconhecidas em gastos, pelo que se constituiu o correspondente ativo por imposto diferido.

21.1.2. Prejuízos fiscais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento dos ativos por prejuízos fiscais foi o seguinte:

	2023	2022
Saldo inicial	31.071	70.459
Recuperação	(31.071)	(39.388)
Saldo final	-	31.071

Recuperação

O prejuízo fiscal recuperado respeita ao exercício de 2021.

21.1.3. Créditos de imposto

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento dos ativos por créditos fiscais foi o seguinte:

	2023	2022
Saldo inicial	1.003.278	938.721
Recuperação	(1.003.278)	(8.341)
Constituição	-	72.898
Saldo final	-	1.003.278

(i) SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial

SIFIDE 2020

Em 2020, a APDL suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), elegíveis para efeitos do SIFIDE, tendo sido reconhecido o crédito fiscal no montante de 102.734,86 euros. O crédito fiscal foi recuperado nos exercícios de 2022 e 2023.

SIFIDE 2021

Em 2021, a APDL suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), elegíveis para efeitos do SIFIDE, tendo sido reconhecido o crédito fiscal no montante de 522.361,35 euros. O crédito fiscal foi recuperado em 2023.

SIFIDE 2022

Relativamente ao exercício de 2022, a APDL suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), elegíveis para efeitos do SIFIDE, tendo submetido o devido requerimento que se encontra em fase de apuramento.

SIFIDE 2023

Relativamente ao exercício de 2023, a APDL suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), elegíveis para efeitos do SIFIDE. O processo está em fase de apuramento.

(ii) CFEI II - Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II

O Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II), previsto no artigo 16.º da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, concede um benefício fiscal correspondente a uma dedução à coleta de IRC no montante de 20% das despesas de investimento em ativos afetos à exploração. A dedução à coleta tem o limite de um milhão de euros e pode ser deduzida até à concorrência de 70% da coleta de imposto. O saldo remanescente foi recuperado no exercício de 2023.

21.2. Passivos por imposto diferido

Os movimentos ocorridos na rubrica de passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram os seguintes:

2023	Subsídios a terrenos (i)	Ativos das concessões (ii)	Total
Saldo inicial	4.223	4.218.610	4.222.833
Reforço/ (Reversão) por resultados:			
Liquidação	(4.223)	-	(4.223)
Constituição e reforço	-	942.174	942.174
Ajustamento da estimativa	-	(475)	(475)
Soma	(4.223)	941.699	937.476
Alteração por capital próprio	73.479	-	73.479
Saldo final	73.479	5.160.309	5.233.788



2022	Subsídios a terrenos (i)	Ativos das concessões (ii)	Justo valor	Total
Saldo inicial	12.178	3.325.512	423	3.338.113
Reforço/ (Reversão) por resultados:				
Liquidação	(8.236)	-	(423)	(8.659)
Constituição e reforço	-	753.762	-	753.762
Ajustamento da estimativa	281	139.336	-	139.617
Soma	(7.955)	893.098	(423)	884.720
Saldo final	4.223	4.218.610	-	4.222.833

(i) Subsídios ao investimento

Passivo por imposto diferido relativo a subsídios ao investimento para a aquisição de terrenos cuja amortização fiscal decorre durante 10 anos.

(ii) Ativos das concessões

De acordo com a política contabilista aplicável aos ativos das concessões que reverterão para a APDL (ver Nota 7), são anualmente reconhecidos gastos e rendimentos. O apuramento anual do resultado decorre da aplicação do justo valor. A efetiva tributação ocorrerá no exercício de término do contrato de concessão.

De acordo com as condições em vigor dos contratos de concessão, o término dos contratos ocorrerá nos anos de 2030 a 2032.

21.3. Ajustamento da estimativa

Das estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2023, a Empresa apurou as seguintes taxas de imposto diferido:

	2023	2022
Ativos por imposto diferido:		
Imparidade em investimentos	23,67%	24,67%
Reserva de reavaliação DL 66/2016	21,00%	24,08%
Benefícios pós-emprego	23,67%	24,67%
Imparidade em contas a receber de clientes	23,67%	22,50%
Imparidade Outras dívidas a receber	23,67%	24,67%
Passivos por imposto diferido:		
Subsídios a terrenos	23,41%	22,50%
Ativos das concessões	26,43%	26,43%

21.4. Sensibilidade à variação da taxa de imposto

A tabela seguinte apresenta o impacto nas contas pela alteração em $\pm 1\%$ na taxa de imposto dos ativos e passivos por imposto diferido:

Bases de imposto	Resultados
Ativos	83.379.186
Passivos	(19.838.291)
Total da base	63.540.895
Variação de +1% na taxa de imposto	635.409
Variação de -1% na taxa de imposto	(635.409)

Capital e reservas

22. Capital

Políticas contabilísticas

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Conforme previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, que transformou a APDL em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, o capital social foi fixado, por ajustamento, em 48.900.900 euros, no seguimento da avaliação patrimonial realizada em 1999.

Assim, o capital inicial de 4.181.900 contos fixado na data de constituição da Sociedade foi alterado por incorporação de parte da Reserva de Avaliação e redenominado em euros, por Deliberação Unânime do Acionista em 21 de março de 2901.

O capital social era então constituído por 9.690.900 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 28 de março de 2008, por Deliberação unânime do Acionista, o capital social foi aumentado no montante de 3 035 900 euros, realizado em dinheiro e totalmente subscrito pelo Acionista único (DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças, representante do Estado Português).

Após o referido aumento, o capital social foi fixado em 51.035.900 euros e passou a ser constituído por 10.207.900 ações.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital é detido na sua totalidade pela Direção Geral do Tesouro e Finanças e está totalmente realizado.

23. Reservas legais

De acordo com a legislação vigente e com os Estatutos da Empresa (artigo 20.º, n.º 1, a)), anualmente deverá ser transferido para a rubrica *Reserva legal*, pelo menos 10% do lucro apurado em cada período até que a mesma atinja pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não pode ser distribuída ao Acionista a não ser em caso de liquidação da Empresa. A reserva legal pode ser utilizada para incorporação no capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Reserva legal apresenta um saldo de 11.122.456 euros e não registou qualquer movimento nos exercícios.

24. Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a composição da rubrica *Outras reservas* é a seguinte:

	Notas	2023	2022
Avaliação patrimonial do Porto de Leixões	(i)	123.821.252	123.821.252
Integração dos ativos:			
Porto de Viana do Castelo	(ii)	1.615.391	1.615.391
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	(iii)	3.195.668	3.195.668
Via Navegável do Douro	(iv)	8.237.842	8.237.842
Reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016	(v)	3.505.623	4.094.140
Ativos das concessões	(vi)	11.741.037	9.782.536
Reserva de Investimento	(vii)	46.156.511	36.062.610
Total		198.273.324	186.809.439

(i) Avaliação patrimonial do Porto de Leixões

Reserva constituída pela avaliação referida na Nota 5 (ativos dos portos do Douro e Leixões), aquando da constituição da Empresa em 1998.

(ii) Integração de Viana do Castelo

No final do exercício de 2014 foi elaborado um projeto de fusão da Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. (APVC) com a APDL, na modalidade prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 97.º do Código das Sociedades Comerciais (fusão por incorporação). O registo definitivo da fusão ocorreu por escritura realizada em 7 de janeiro de 2015, produzindo efeitos fiscais e contabilísticos a 1 de janeiro de 2015. A APVC era uma subsidiária cujo capital era detido na totalidade pela APDL. Pelo facto da referida participação financeira se encontrar registada nas demonstrações financeiras da Empresa pelo método da equivalência patrimonial a referida fusão não teve impacto no capital próprio da APDL.

(iii) Integração dos ativos dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo

O Decreto-Lei n.º 98/2013, de 24 de julho, procedeu à afetação à APVC de determinadas parcelas de terreno que integram o património do Estado, assim como dos edifícios, infraestruturas e equipamentos neles implantados, tendo redefinido a área referente à concessão dominial atribuída à Sociedade Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. (ENVC) e autorizou a alteração ao contrato de concessão, incluindo a autorização para a efetivação de uma nova subconcessão. Assim, em 10 de janeiro de 2014, foi celebrado um contrato de subconcessão da utilização privativa do domínio público e das áreas afetas à concessão dominial atribuída à sociedade ENVC com a West Sea – Estaleiros Navais, Lda. (West Sea). A subconcessão tem por objeto a utilização privativa de uma parcela de terreno que integra a área da concessão dominial, concessionada aos ENVC. De acordo com o referido contrato, revertem gratuitamente para a concedente, sem direito a indemnização, todos os bens que integram o estabelecimento da subconcessão.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, relativo à incorporação da Via Navegável do Douro na Empresa, incorporou, também, as alterações decorrentes do processo de fusão, por incorporação da APVC na APDL, ocorrido nos termos do Código das Sociedades Comerciais, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015. De acordo com o n.º 4 do artigo 3.º do referido decreto-lei, pertence à APDL a universalidade dos bens e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integravam a esfera jurídica da APVC, afetos ou que dizem respeito ao porto de Viana do Castelo, designadamente os imóveis constantes da relação que constitui o Anexo I do supra decreto-lei, nomeadamente os bens afetos à concessão aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A..

Em 1 de setembro de 2015, o contrato de subconcessão referido acima foi alterado, em consequência da dissolução dos ENVC, pelo que a relação concessionária no tocante a todos os direitos e obrigações de ambas as partes, passou a ser estabelecida entre a APDL e a West Sea.

Em função do referido acima, a APDL reconheceu nas suas demonstrações financeiras os ativos fixos tangíveis dos ENVC, por contrapartida da rubrica do capital próprio. Esta avaliação foi efetuada na ótica do rendimento por um perito independente e credenciado para o efeito.

(iv) Integração da Via Navegável do Douro

O Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, procedeu à atribuição à APDL da jurisdição portuária direta nas zonas marítimas, fluvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração da via navegável do rio Douro, anteriormente atribuída ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM), cuja gestão transitória, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 44/2014, de 20 de março, e 77/2014, de 14 de maio, foi cometida ao Instituto da Mobilidade e Transportes, I.P. (IMT), transmitindo também para aquela sociedade a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integram a esfera jurídica do IPTM, I.P., afetos a essa jurisdição.

Entre outros, o referido decreto-lei estabelece o seguinte:

- No prazo de seis meses, a contar da data de entrada em vigor, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e pela atividade portuária e do mar, deverão emitir despacho a identificar os bens que serão integrados na esfera jurídica da APDL; e
- No prazo de um ano, a contar da data de entrada em vigor, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da atividade portuária, deverão aprovar, através de despacho, a avaliação do património que, por força deste diploma, será integrado na APDL.

Para o registo dos ativos fixos tangíveis foram solicitadas avaliações dos mesmos a um avaliador independente devidamente acreditado. Foi utilizado como método de avaliação o custo de substituição depreciado.

Conforme previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, a avaliação do património transferido do IPTM para a APDL aguarda aprovação pelos responsáveis pelas áreas das finanças e da atividade portuária através de despacho.

Os ativos de investimento foram sujeitos a testes de imparidade como uma unidade geradora de caixa (UGC). Os testes foram realizados por um perito externo independente tendo-se concluído que se encontrava em situação de imparidade total à data da integração. A perda por imparidade apurada foi registada por contrapartida da reserva de integração assim como o respetivo ativo por imposto diferido.

(v) Reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016

Reserva constituída pela adesão ao regime de reavaliação fiscal consagrado no Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro (ver Nota 21).

A reserva ficará disponível após a sua realização (a terminar no exercício de 2025) acrescida do período de revisão fiscal em vigor nesse exercício (o período atual de revisão fiscal é de 4 anos).

(vi) Ativos das concessões

A quantia escriturada refere-se ao rendimento reconhecido deduzido das amortizações praticadas pela APDL até ao final do exercício precedente ao das demonstrações financeiras do exercício em análise, na sequência da adoção da política contabilística relativa ao reconhecimento de ativos por reversão gratuita no final dos contratos de concessão de serviço público ou de uso privativo de bens dominiais afetos à atividade portuária (ver Nota 7).

Esta reserva não se encontra disponível para distribuição e a quantia escriturada é o montante líquido do correspondente imposto diferido passivo (ver Nota 21.2).

(vii) Reserva de Investimento

A necessidade de manter uma estrutura financeira sustentável na APDL, pela contenção do nível de recurso a capital alheio no financiamento do arrojado plano de investimentos, conduz ao reforço da Reserva de Investimento.

Esta reserva foi constituída com base na proposta de aplicação de resultados do exercício de 2014 e tem sido reforçada anualmente pela aplicação dos resultados desses exercícios.

25. Resultados transitados

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 analisam-se como segue:

	Notas	2023	2022
Saldo inicial		72.006.610	66.008.375
Transferência do resultado líquido do exercício anterior		9.047.339	6.069.477
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior:			
Distribuição de dividendos	(i)	(2.261.835)	-
Reforço da reserva de Investimento (ver Nota 23)		(4.827.003)	-
Reforço da reserva Ativos das concessões (ver Nota 23)		(1.958.501)	(802.579)
Realização da reserva DL 66/2016	(ii)	588.517	588.517
Ajustamentos por impostos diferidos		(4.223)	104.990
Reforço da reserva de Investimento		(5.266.898)	-
Realização de ativos de concessões revertidos (ver Nota 26.1)		209.665	37.830
Saldo final		67.533.671	72.006.610

(i) Distribuição de dividendos

Na assembleia geral decorrida em setembro de 2023, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e deliberada a respetiva aplicação do resultado que incluiu o dividendo.

(ii) Realização da reserva DL 66/2016

A reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016 é transferida para Resultados transitados após o decurso do período de revisão fiscal (4anos) do exercício em que foi deduzida ao lucro tributável.

25.1. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração da APDL elaborou a seguinte proposta de aplicação do resultado apurado no exercício de 2023:

Resultado líquido do exercício	6.104.031,52
Aplicação do resultado:	
Reserva Ativos das Concessões	2.622.617,26
Reserva de Investimento	3.481.414,26

26. Ajustamentos e outras variações no capital próprio

As quantias registadas nesta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são as seguintes:

	Notas	2023	2022
Subsídios ao investimento	26	75.973.305	70.528.485
Ganhos atuariais	0	13.932.561	13.943.797
Ativos revertidos de contratos de concessão	26.1	8.213.128	688.868
Soma (A)		98.118.994	85.161.150
Ajustamento por impostos diferidos:			
Subsídios ao investimento	21.2	(73.479)	(4.223)
Ganhos atuariais		(3.437.275)	(3.439.935)
Soma (B)		(3.510.754)	(3.444.158)
Total (A+B)		94.608.240	81.716.992

26.1. Ativos revertidos de contratos de concessão

A APDL tomou posse administrativa dos imóveis afetos à concessão Cais de Gaia em 9 de maio de 2023 que foram sujeitos a avaliação efetuada por peritos independentes.

Os imóveis foram reconhecidos no património da Empresa na rubrica do balanço Propriedades de investimento. Esta variação patrimonial foi sujeita a imposto sobre o rendimento pelo que foi ainda reconhecido um ajustamento por imposto sobre o rendimento no montante de 2,6 milhões de euros.

A variação patrimonial ficará disponível para distribuição de acordo com a depreciação dos respetivos ativos de investimento.

	2023	2022
Saldo inicial	688.868	726.697
Reversão dos ativos da concessão Cais de Gaia:		
Valor de avaliação dos imóveis	10.328.000	-
Imposto sobre o rendimento (ver Nota 20.1)	(2.594.052)	-
Realização (transferência p/ Resultados transitados)	(209.688)	(37.830)
Saldo final	8.213.128	688.868

27. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Políticas contabilísticas

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou de outras entidades apenas quando existir segurança de que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos.

A APDL entende que cumpriu as condições e que existe segurança para o reconhecimento do subsídio quando a entidade concedente aprova a lista de despesas e determina o montante de subsídio.

Subsídios ao investimento não reembolsáveis

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica do capital próprio *Outras variações no capital próprio* sendo subsequentemente imputados aos rendimentos do período na rubrica *Outros rendimentos* de acordo com os gastos de depreciação e amortização dos ativos a que estão associados.

Imparidade

Pelo facto de ter sido reconhecida uma perda por imparidade nos ativos fixos tangíveis e intangíveis das UGC, PVC e VND (ver Nota 8), foi também reconhecido no exercício um rendimento proporcional à perda por imparidade. Pela reversão da perda por imparidade destes ativos é reconhecido um gasto proporcional aos subsídios alocados a esses ativos.

Ajustamentos em subsídios

O reconhecimento dos subsídios ao investimento é ajustado pelo reconhecimento de um passivo por imposto sobre o rendimento que lhe está associado. O imposto será liquidado de acordo com a imputação do subsídio a rendimentos do exercício.

O efeito fiscal futuro dos subsídios ao investimento em ativos depreciáveis ou amortizáveis é deduzido ao montante de subsídios evidenciado nos capitais próprios, por contrapartida de um passivo registado na rubrica *Outras dívidas a pagar* (ver Nota 13.2 e 26.4).

Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados quando existir segurança de que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos e após a realização dos gastos associados.

27.1. Subsídios ao investimento não reembolsáveis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica *Subsídios e outros apoios das entidades públicas* tem a seguinte composição:

	2023	2022
Subsídios reconhecidos	114.412.699	107.365.300
Imparidade	(14.880.006)	(15.385.038)
Ajustamentos em subsídios	(23.559.388)	(21.451.777)
Total	75.973.305	70.528.485

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram os seguintes:

	2023	2022
Saldo inicial	70.528.485	51.675.077
Reconhecimento de subsídios	13.249.404	31.770.494
Regularização	-	(186.432)
Imputação a rendimentos	(6.202.005)	(5.799.517)
Perdas por imparidade:		
Reversões	1.891.467	1.838.213
Reforço	(1.386.435)	(1.936.203)
Ajustamento por imposto diferido	(2.107.611)	(6.833.147)
Saldo final	75.973.305	70.528.485

O detalhe dos subsídios reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

	2023	2022
Quebra-mar Compete 2020	10.327.504	14.024.442
Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões (CEF)	-	14.376.548
Outros subsídios comunitários	194.139	76.950
Orçamento do Estado - PIDDAC	2.727.761	3.292.554
Total	13.249.404	31.770.494

27.2. Subsídios à exploração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa reconheceu os seguintes subsídios à exploração:

	2023	2022
Orçamento de Estado – PIDDAC:		
Porto de Viana do Castelo	909.516	349.683
Via Navegável do Douro	852.123	486.223
Soma	1.761.639	835.906
União Europeia:		
Co-Logistics	57	118.094
Métis	37.192	25.274
EALING	31.923	6.481
PORTOS	26.608	2.467
Outros subsídios	31.822	29.262
Soma	127.602	181.578
Total	1.889.241	1.017.484

27.3. Ativos por subsídios a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa reconhece no ativo corrente, na rubrica *Outros créditos a receber* (ver Nota 11.2), as seguintes quantias relativas a subsídios reconhecidos mas ainda não recebidos:

	2023	2022
CEF Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões	9.277.805	9.494.517
Compete Quebra-mar	1.433.420	3.827.378
Orçamento do Estado - PIDDAC	917.371	917.371
Outros subsídios a receber	15.592	78.336
Total	11.644.188	14.317.602

27.4. Passivos por subsídios recebidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa reconhece no passivo, na rubrica *Outras dívidas a pagar* (ver Nota 13.2), as seguintes quantias relativas a subsídios:

	2022		2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Subsídios sem despesa atribuída (i)	5.123.891	-	529.470	-
Ajustamento por imposto diferido	960.814	22.598.574	963.365	20.488.412
Total	6.084.705	22.598.574	1.492.835	20.488.412

(i) Subsídios sem despesa atribuída

O detalhe das quantias relativas a subsídios recebidos antecipadamente ou sem despesa reconhecida é como segue:

	2023	2022
D1N CINEA	4.285.861	-
H2 Driven	395.423	-
RENEW	183.261	183.261
SSDEV	122.262	122.262
Métis (CEF)	81.113	118.305
Bugwright 2	52.530	50.181
Outros subsídios	3.441	55.461
Total	5.123.891	529.470

D1N CINEA

O subsídio D1N CINEA tem por objetivo o reforço da Doca 1 Norte do Porto de Leixões e foi concedido por European Climate, Infrastructure And Environment Executive Agency (CINEA).

28. Rendimentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os rendimentos reconhecidos no resultado foram os seguintes:

	Nota	2023	2022
Vendas e serviços prestados	28.1.1	65.369.739	57.569.824
Subsídios à exploração	27.2	1.889.241	1.017.484
Trabalhos para a própria entidade		380.141	570.670
Outros rendimentos	28.3	15.776.819	15.025.779
Total		83.415.940	74.183.757

28.1. Rédito

Políticas contabilísticas

O rédito corresponde aos rendimentos obtidos pela venda de materiais, prestações de serviços, rendas ou juros obtidos. Os rendimentos correspondem ao justo valor do montante recebido ou a receber, líquido de quaisquer impostos e descontos concedidos.

O rédito é reconhecido na data de entrega dos materiais ou na data de conclusão dos serviços prestados:

- Os serviços portuários são faturados por escala e o rédito é reconhecido na data de saída do navio.

- O rédito dos contratos de concessão, licenças e direitos de ocupação e outros serviços prestados de forma continuada é reconhecido mensalmente.

O rédito reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	Nota	2023	2022
Vendas e prestações de serviços	27.1.1	65.369.739	57.569.824
Rendimentos suplementares	27.1.2	753.758	651.520
Rendimentos das propriedades de investimento	28.2	11.273	11.603
Juros e rendimentos similares obtidos	10.2	1.000	36
Total		66.135.770	58.232.983

28.1.1. Vendas e serviços prestados

As vendas e prestações de serviços estão relacionadas com as atribuições da Empresa, as quais se encontram descritas na Introdução a este anexo (Nota 1).

	2023	2022
Serviços ao navio	19.936.813	17.478.932
Serviços à carga	3.021.093	2.735.048
Concessões	29.149.599	27.393.470
Fornecimentos e serviços diversos	6.388.427	5.733.324
Gestão dominial	2.185.557	1.712.578
Plataforma logística	3.205.133	2.516.472
Terminal ferroviário	1.483.117	-
Total	65.369.739	57.569.824

A APDL iniciou a operação do Terminal Ferroviário de Leixões pela APDL em 1 de fevereiro de 2023.

28.1.2. Rendimentos suplementares

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os rendimentos suplementares apresentam a seguinte composição:

	2023	2022
Serviços sociais	87.812	83.546
Outros rendimentos suplementares	665.946	567.974
Total	753.758	651.520

(1) Serviços sociais

Rendimentos obtidos da Cantina e Obras Sociais.

(2) Outros rendimentos suplementares

Rendimentos obtidos pelo aluguer de equipamentos, cedência de espaços para ações de formação, consultórios médicos e outros eventos.

28.2. Trabalhos para a própria entidade

Custos com benefícios de empregados realizados no desenvolvimento de ativos de investimento:

	2023	2022
Ativos fixos tangíveis	316.187	347.276
Ativos intangíveis	58.109	223.394
Gastos diferidos	5.845	-
Total	380.141	570.670

28.3. Outros rendimentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Rendimentos suplementares (ver Nota 28.1.2)	753.758	651.520
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Rendas das propriedades de investimento	11.273	11.603
Ganhos com a alienação de ativos fixos tangíveis	2.009	101.270
Subsídios ao investimento (ver Nota 27.1)	6.202.005	5.799.517
Subsídios ao investimento – Imparidade (ver Nota 27.1)	1.386.435	1.936.203
Ativos das concessões (ver Nota 17.2.1)	7.263.388	6.478.283
Outros rendimentos	157.951	47.383
Total	15.776.819	15.025.779

29. Gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os gastos reconhecidos no resultado foram os seguintes:

GASTOS	Notas	2023	2022
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15	1.925.605	1.876.048
Fornecimentos e serviços externos	28.1	19.561.882	14.653.734
Gastos com o pessoal	28.2	18.248.786	16.475.122
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(205.197)	74.660
Provisões (aumentos/reduções)	18	29.594	484.668
Aumentos/reduções de justo valor	9	(1.810)	3.132
Outros gastos	28.3	5.209.994	5.000.544
Gastos de depreciação e de amortização	28.4	30.781.164	26.984.486
Imparidade de investimentos	8	(2.933.917)	(2.262.939)
Juros e gastos similares suportados	14.3	1.897.190	37.690
		74.513.291	63.327.145

29.1. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos realizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	2023	2022
Subcontratos	2.062.514	1.671.925
Serviços especializados	10.340.559	7.345.406
Materiais	105.219	97.071
Energia e fluidos	4.653.501	3.372.394
Deslocações e estadas	64.492	62.827
Serviços diversos	2.335.597	2.104.111
Total	19.561.882	14.653.734

O detalhe da rubrica Serviços especializados é o seguinte:

	2023	2022
Trabalhos especializados	291.658	370.579
Publicidade e propaganda	268.662	249.998
Vigilância e segurança	2.243.473	1.999.324
Honorários	582.825	497.233
Comissões	1.612	1.519
Conservação e reparação	3.553.345	2.439.150
Dragagens	2.107.976	632.076
Serviços bancários	16.345	14.515
Outros serviços especializados	1.274.663	1.141.012
Total	10.340.559	7.345.406

29.2. Gastos com o pessoal

O número médio de trabalhadores da APDL nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, era o seguinte:

	2023	2022
Número médio de trabalhadores	280	280

O quadro abaixo resume os gastos com o pessoal:

	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	373.796	325.397
Remunerações do pessoal	13.536.601	12.266.227
Benefícios pós-emprego	185.706	85.286
Pensões	185.706	85.286
Indemnizações	38.852	-
Encargos sobre remunerações	3.160.819	2.971.197
Seguros	228.567	196.423
Gastos de ação social	502.478	454.856
Outros gastos	204.063	158.604
Total	18.248.786	16.475.122

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os gastos com o pessoal de gestão e fiscalização foram os seguintes:

	2023	2022
Conselho de Administração	323.604	273.763
Conselho Fiscal	48.872	48.987
Revisor Oficial de Contas	15.600	15.600
Mesa da Assembleia Geral	931	-
Total	389.007	338.350

29.3. Outros gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica *Outros gastos* apresenta a seguinte composição:

	Notas	2023	2022
Comparticipação AMT/DGRM	(i)	2.561.605	2.440.048
Impostos e taxas	(ii)	189.088	265.945
Perdas em investimentos		-	9.557
Correções relativas a períodos anteriores		88.966	13.976
Donativos		132.520	123.845
Quotizações		132.452	151.086
Imparidade dos subsídios de investimento	(iii)	1.891.467	1.838.213
Outros gastos		213.896	157.874
Total		5.209.994	5.000.544

(i) Participação para a AMT e DGRM

Comparticipação de 5% das receitas de exploração portuária, exceto serviços de pilotagem, a favor das entidades referidas e na seguinte forma:

- 3% a favor da DGRM – Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, de acordo com o estipulado na Portaria n.º 184/2013, de 16 de maio, e;
- 2% a favor da AMT - Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, em conformidade com o previsto no Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio.

(ii) Impostos e taxas

Os *Impostos e taxas* são constituídos pelos seguintes itens:

- Imposto Único de Circulação (IUC);
- IVA não dedutível;
- Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI);
- Outras taxas aplicadas por entidades públicas.

(iii) Imparidade dos subsídios de investimento

Quantia relativa à reversão da imparidade dos subsídios de acordo com a imputação do subsídio a resultados (ver Nota 27).

29.4. Gastos de depreciação e de amortização

A rubrica *Gastos/reversões de depreciação e de amortização* tem a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Notas	2023	2022
Ativos fixos tangíveis	5	25.139.602	21.526.981
Propriedades de investimento	6	233.565	4.052
Ativos intangíveis	7	5.407.997	5.453.453
Total		30.781.164	26.984.486

Outras notas

30. Encargos de caráter ambiental

Políticas contabilísticas

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A Empresa incorre em dispêndios e assume passivos de caráter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis, desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade da Empresa, e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa.

Em relação aos encargos de caráter ambiental a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, incorre em diversos encargos de caráter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um gasto nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de caráter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados.

30.1. Movimentos no exercício

Os dispêndios de carácter ambiental, capitalizados ou imputados a resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:

	2023		2022	
	Gastos do período	Dispêndios capitalizados	Gastos do período	Dispêndios capitalizados
Monitorização do ar, água e ruído	42.977	-	68.119	-
Cortina arbórea	-	-	-	13.451
Redução das emissões de carbono	-	226.533	-	-
Outros materiais e serviços	23.362	-	-	-
Depreciações de equipamentos	177.888	-	159.318	-
Total	244.227	226.533	227.437	13.451

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental, nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem nessa data obrigações ou contingências, legais ou construtivas, provenientes de acontecimentos passados, de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

31. Locações

Políticas contabilísticas

As locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a APDL detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica *Financiamentos obtidos*. Os encargos financeiros incluídos na renda e o gasto de depreciação dos ativos locados são reconhecidos na demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período da locação.

31.1. Gastos reconhecidos no exercício

Os gastos com locações operacionais reconhecidos na rubrica *Fornecimentos e serviços externos* da demonstração dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram os seguintes:

	2023	2022
Gastos do exercício	185.455	176.214

As locações operacionais respeitam a contratos de aluguer operacional de viaturas automóveis.

O montante dos futuros pagamentos mínimos nas locações operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 eram os seguintes:

	2023	2022
Até 1 ano	164.142	142.194
Entre 1 e 5 anos	187.842	192.785
Total	351.984	334.979

32. Responsabilidades por garantias prestadas

32.1. Garantias bancárias prestadas a terceiros

A APDL garante o cumprimento das suas obrigações perante as Instituições do Estado prestando as garantias bancárias que lhe são exigidas no âmbito de processos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a APDL tinha as seguintes garantias:

	2023	2022
Garantia bancária a favor do Juiz de Direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Matosinhos para caucionar o fundo indispensável ao pagamento de indemnização de parcelas de terreno expropriadas, no âmbito da empreitada de construção da VILPL – Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões	64.355	64.355
Garantia bancária a favor da Caixa Geral de Aposentações para garantir o pagamento do valor remanescente da dívida	275.900	275.900
Garantia bancária a favor do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	9.129	9.129
Garantia bancária a favor do Juiz de Direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Matosinhos para caucionar o fundo indispensável ao pagamento de indemnização de parcelas de terreno expropriadas, no âmbito da Ligação Rodoviária da Plataforma Principal do Porto de Leixões à Plataforma Logística de Leixões – Pólo I/Gonçaves	265.983	265.983
Indemnizações por expropriações de terrenos para Acesso Rodoviário ao Porto de Viana do Castelo	1.645.523	1.645.523
Total	2.259.990.	2.259.990.

33. Garantias prestadas por terceiros

33.1. Fornecedores

As cauções prestadas por fornecedores são exigidas como garantia da boa execução das empreitadas de obras públicas contratadas, mantendo-se em vigor até à receção definitiva das obras. Em 31 de dezembro de 2023 e

2022, a APDL detinha as seguintes garantias:

	2023	2022
Garantias depósito	576.466	489.879
Apólices de seguro-caução	706.926	751.862
Garantias bancárias	25.603.988	25.095.289
Total	26.887.380	26.337.030

33.2. Clientes e outros devedores

As cauções prestadas por clientes e outros devedores garantem o cumprimento das suas obrigações perante a Autoridade Portuária que lhes emitiu as respetivas licenças para exercício da sua atividade nos portos do Douro e Leixões. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas eram como segue:

	2023	2022
Garantias bancárias	8.445.297	8.114.678
Apólices de seguro-caução	939.292	857.907
Garantias depósito	150.863	150.863
Garantias em numerário	829.364	579.944
Total	10.364.816	9.703.392

34. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados nesta Nota.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 1 de maio de 2024, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 1.

A Contabilista Certificada,



APDL

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS
DOURO • LEIXÕES • VIANA

Relatório e Contas – Exercício de 2023

GRELHA DE VALIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
I	Síntese (Sumário Executivo)	X				6	
II	Missão, Objetivos e Políticas						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a entidade	X		X		7	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		8	
3.	Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da empresa	X		X		9	
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais	X		X		11	
III	Estrutura de Capital						
1.	Estrutura de capital	X		X		11	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X				11	
3.	Acordos parassociais	X				11	Não existem
IV	Participações Sociais e Obrigações detidas						
1.	Identificação de participações sociais que a empresa pública detém (vd. alínea b) do n.1 do artigo 44.º do RJSPE)	X		X		12	Não existem
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	X		X		12	
3.	Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	X				12	Não aplicável
4.	Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade	X				12	Não aplicável
V	Órgãos Sociais e Comissões						
A.	Modelo de Governo						

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
1.	Identificação do modelo de governo adotado	X		X		12	
B.	Assembleia Geral						
1.	Composição da mesa da Assembleia Geral, com identificação dos cargos e membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato	X		X		13	
2.	Identificação das deliberações acionistas	X				13	Não aplicável
C.	Administração e Supervisão						
1.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros	X		X		13	
2.	Número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros					13	
3.	Composição do Conselho de Administração, com identificação dos membros efetivos e duração de cada mandato	X		X		14	
4.	Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração	X				14	Não aplicável
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros	X		X		14	
6.	Declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade	X				15	
7.	Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas	X				16	Não aplicável
8.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais	X		X		16	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
9.	Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração	X		X		19	
D.	Fiscalização						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado	X		X		20	
2.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do órgão de fiscalização	X		X		20	
3.	Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para contratação de auditor externo	X		X		22	
4.	Outras funções dos órgãos de fiscalização	X		X		22	
5.	Número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros	X		X		23	
6.	Composição ao longo do período de referência, identificando os membros efetivos e suplentes e respetivos mandatos	X		X		23	
7.	Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes	X		X		23	
8.	Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal	X		X		23	
E.	Revisor Oficial de Contas						
1.	Identificação do ROC, SROC	X		X		25	
2.	Indicação das limitações, legais e outras	X		X		26	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo	X		X		26	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à entidade	X		X		26	
F.	Conselho Consultivo						
1.	Composição	X				27	Não aplicável
G.	Auditor Externo						

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
1.	Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa	X				27	Não aplicável
2.	Política e periodicidade da rotação do auditor externo e respetivo sócio ROC	X				27	Não aplicável
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo	X				27	Não aplicável
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga	X				27	Não aplicável
VI.	Organização Interna						
A.	Estatutos e Comunicações						
1.	Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade	X		X		27	
2.	Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades	X		X		27	
3.	Indicação das políticas antifraude adotadas e ferramentas existentes	X		X		28	
B.	Controlo interno e gestão de riscos						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI)	X		X		29	
2.	Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou Sistema de Gestão e Controlo Risco	X		X		29	
3.	Plano estratégico e de política de risco da entidade, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas	X		X		29	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos	X		X		30	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	X		X		30	
6.	Identificação e descrição dos principais tipos de riscos	X		X		30	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	X		X		31	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na entidade	X		X		32	
C. Regulamentos e Códigos							
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada	X		X		32	
2.	Código de Ética	X		X		43	
3.	Regime Geral de Prevenção da Corrupção	X		X		43	
D. Deveres Especiais de Informação							
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a entidade se encontra sujeita	X		X		45	
E. Sítio de Internet							
1.	Indicação das hiperligações para acesso direto à informação caracterizadora da sociedade	X		X		45	
2.	Indicação das hiperligações para acesso aos Regulamentos internos e externos, Código de Ética, Relatório Anual do PPR e Relatório sobre remunerações por género	X		X		46	
3.	Indicação das hiperligações para acesso direto ao sítio na internet na empresa onde se encontram publicitados os documentos objeto de remissão no RGS	X				46	Não aplicável
4.	Indicação das hiperligações para acesso direto aos elementos listados no n. 1 do artigo 12.º do RGPC	X		X		47	
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral							
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à entidade a prestação de um serviço público ou de interesse geral	X		X		47	
2.	Referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função	X		X		48	Não aplicável

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
	acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade						
VII	Remunerações						
A.	Competência para a Determinação						
1.	Indicação do órgão competente para determinação da remuneração	X		X		48	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses	X		X		48	
3.	Cumprimento por parte dos membros do órgão de administração de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	X		X		49	
B.	Comissão de Fixação de Remunerações						
	Composição	X		X		49	Não existe
C.	Estrutura das Remunerações						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	X		X		49	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada	X				50	Não aplicável
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição	X				50	Não aplicável
4.	Diferimento do pagamento da componente variável	X				50	Não aplicável
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio	X				50	Não aplicável
6.	Regimes complementares de pensões	X				50	Não existe qualquer regime desta natureza na empresa
D.	Divulgação das Remunerações						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida	X		X		50	
2.	Montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo	X				51	Não aplicável

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prêmios	X				51	Não aplicável
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos	X				51	Não aplicável
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da entidade	X		X		51	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral	X		X		52	
VIII Transações com partes Relacionadas e Outras							
1.	Informação sobre as transações com partes relacionadas	X				52	Não aplicável
2.	Informação sobre outras transações	X		X		53	
IX Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental							
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	X		X		53	
2.	Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade	X		X		55	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial	X		X		56	
X Avaliação do Governo Societário							
1.	Disponibilização em SIREF das referidas informações	X		X		61	
2.	Cumprimento das Recomendações relativas à estrutura e prática de governo societário	X		X		62	
3.	Outras informações	X		X		62	
XI Anexos ao RGS							
1.	Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o nº 2 do artigo 54.º do RJSPE	X		X		64	
2.	Demonstração não financeira referente ao desempenho e evolução da sociedade	X				65	Não aplicável, uma vez que a APDL não excede um número médio de 500

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
	quanto a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno						trabalhadores, conforme referido no artigo 66.ºB do CSC



APDL
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS
DOURO • LEIXÕES • VIANA

Relatório e Contas – Exercício de 2023

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

1 – Objetivos de Gestão

Apesar de ter sido proposto, estando em fase de análise pela UTAM, o acionista Estado ainda não aprovou o Contrato de Gestão para o mandato 2023-2025 do Conselho de Administração. Nessa proposta de Contrato de Gestão, constam os objetivos de gestão a atingir pelo Conselho de Administração da APDL para o mandato 2023-2025.

Conforme o disposto no RJSPE, aprovado pelo DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, a execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO 2023-2025), que foi submetido e aprovado pelo acionista, foi a seguinte para o ano 2023:

	PAO 2023	Executado 2023	Desvio (+/-)
Resultado Líquido (em 1 000 €)	8 465	6 104	-2 361
EBITDA (em 1 000 €)	32 859	37 445	4 586
Resultado Operacional (EBIT) - (em 1 000 €)	10 457	10 800	343
Volume de Negócios (em 1 000 €)	70 754	65 370	-5 384
Endividamento (em 1 000 €)	124 053	76 553	-47 500
Dívida Financeira Líquida / EBITDA	2,9	1,6	-1,3
Disponibilidades	29 952	18 379	-11 573

Indicadores Económicos

Indicadores Económicos	2023	
	Previsão	Real
V.A.B. (em 1 000 €)	44 905	46.910
Cash-Flow (em 1 000 €)	30 866	32.749
Margem EBITDA (em %)	46,44%	57,28%
Margem EBIT (em %)	14,78%	16,52%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (em %)	2,00%	1,42%
ROACE (em %)	1,50%	1,41%

V.A.B. = Produção – (Custo Mat. Primas Consumidas + F.S.E.)

(Produção = Rendimentos Operacionais)

Cash-Flow = Resultado Líquido + Depreciações

Margem Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos = Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos / Prestação de Serviços

EBIT = Resultado Operacional

Margem EBIT = EBIT / Prestação de Serviços

Rentabilidade dos Capitais Próprios = Resultado Líquido/Capitais Próprios

ROACE = (EBIT – Imposto sobre o Rendimento)/ (Média do Ativo - Média do Passivo Corrente)

Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros	2023	
	Previsão	Real
Autonomia Financeira (Capital Próprio / Ativo Total)	0,66	0,69
Capacidade de Endividamento (Passivo Corrente / Passivo Total)	0,17	0,23
Solvabilidade (Capital Próprio / Passivo Total)	1,95	2,18
Liquidez (Ativo Corrente / Passivo Corrente)	1,23	0,97

Investimentos

Unid: milhares de euros

Plano de Investimentos	PAO 2023	Executado 2023							Desvio (PAO vs. Executado)	Observações /medidas
		Total	Fontes de Financiamento							
			Autofinanciamento	Orçamento de Estado	Endividamento	Fundos Comunitários	PRR	Outros		
Valor total do Investimento	66 092	44 329	14 554	4 120	12 500	13 155	0	0	-21 763	
Melhoria das Acessibilidades Marítimas e Prolongamento do Quebramar	46 052	35 903	10 448	0	12 500	12 955	0	0	-10 149	

Não aplicável, atendendo que a APDL não celebrou quaisquer contratos-programa, contratos de prestação de serviços público ou de interesse económico geral celebrados com o Estado.

Não aplicável, atendendo que a APDL não integra o perímetro de consolidação das administrações públicas.

2 - Gestão do Risco Financeiro

A APDL não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão do risco financeiro. Para os investimentos relevantes, atuais e futuros, a APDL recorre às seguintes fontes de financiamento:

- Subsídios comunitários para alavancar os seus investimentos;
- Fundos próprios resultantes da sua atividade de exploração;
- Linha de financiamento Banco Europeu de Investimento, com aval do Estado, no valor de 40 milhões de euros, renegociado em 2018 (empréstimo inicial de 70 milhões de euros), cujo prazo de utilização terminou em maio de 2019, com apenas uma utilização de 20 milhões de euros, com uma taxa de juro fixa a 10 anos (2,54% ao ano até novembro de 2021). A taxa de juro fixa foi revista para 0%, com efeitos no pagamento semestral de maio de 2022;
- Linha de financiamento do Banco Europeu de Investimento, com aval do Estado, no valor de 60 milhões de euros contratualizado a 25 de maio de 2023, pelo prazo de 20 anos. Em agosto de 2023 procedeu-se ao primeiro desembolso no valor de 12,5 milhões de euros, com uma taxa fixa, revista daqui a cinco anos, de 3,082%;

- Linha de financiamento Banco BPI, S.A. no valor de 17,5 milhões de euros, com uma taxa de juro variável associada à Euribor a 6 meses, acrescida de spread de 0,7%.
- Linha de financiamento Banco BPI, S.A. no valor de 37,5 milhões de euros, com uma taxa de juro variável associada à Euribor a 12 meses, acrescida de spread de 0,797%.

Anos	2019	2020	2021	2022	2023
Dívida	15.720.000	14.660.000	13.560.000	67.420.000	76.552.500
Encargos Financeiros	502.327	428.507	345.338	679.175	2.182.875
Taxa Média de Financiamento	2,74%	2,74%	2,74%	1,74%	3,03%

3 – Limite do Acréscimo do Endividamento

Quanto à taxa de variação do endividamento remunerado, identificada no quadro abaixo, foi calculada pela variação do endividamento e do capital social, expurgando o montante de novos investimentos:

Un: 1000 euros

Passivo Remunerado	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Δ € 2023 vs. 2022
Financiamentos obtidos									
Passivo não corrente	17.720	16.740	15.720	14.660	13.560	12.420	64.053	72.083	8.031
Passivo corrente	940	980	1.020	1.060	1.100	1.140	3.368	4.469	1.102
Capital	51.035	51.035	51.035	51.035	51.035	51.035	51.035	51.035	0
Novos Investimentos	0	0	0	0	0	0	99.638	35.903	-63.735
Variação de Endividamento	-1,3%	-1,3%	-1,4%	-1,5%	-1,6%	-1,7%	-70,9%	-22,6%	

$$\text{Variação do Endividamento} = ((72.083+4.469-64.053-3.368) + (51.035-51.035) - 35.903) / (64.053+3.368+51.035) = -22,6\%$$

Un: 1000 euros

Novos Investimentos	2023
Melhoria das Acessibilidades Marítimas	35.903

4 - Prazo Médio de Pagamento a fornecedores

- a) Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril:

Unid: dias

PMP	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	Δ 2023 vs 2022	
	2022	2022	2022	2022	2023	2023	2023	2023	dias	%
PMP a Fornecedores	41	46	44	49	47	42	46	48	-1	-2,0%

Na tabela abaixo, elencam-se as faturas com os montantes mais relevantes que foram rececionadas na APDL em janeiro de 2024 e que foram pagas dentro dos prazos previstos.

Fornecedores	Valor líquido	Data da fatura	Data de receção da fatura na APDL	Data de pagamento da fatura	Prazo de pagamento em dias
TEIXEIRA DUARTE ENGENHARIA	1.067.359,46 €	29/12/2023	09/01/2024	15/02/2024	37
TECNOVIA-SOC.DE EMPREITADAS, SA	547.405,23 €	29/12/2023	08/01/2024	15/02/2024	38
TEIXEIRA DUARTE ENGENHARIA	270.245,12 €	29/12/2023	12/01/2024	15/02/2024	34
Total	1.885.009,81 €				

Deste modo, expurgando as faturas com data de emissão de 2023 e com receção na APDL em janeiro de 2024, no montante total de 3.408.848,54€, conclui-se que a APDL apresenta, em dezembro de 2023, o Prazo Médio de Pagamento de 48 dias.

- a) Mapa da posição a 31/12/2023 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio.

Os valores em mora há mais de 90 dias e há menos de 360 dias, respeitam a faturas que a APDL não aceita por entender que os fornecimentos não foram realizados ou estão incompletos, ou as faturas contêm linhas com erros relativas aos preços unitários ou quantidades.

Dos valores em mora há mais de 360 dias, e que na data de aprovação deste documento ainda se encontram em aberto, destaca-se o montante de 29.409,69€ da Dourocais, a aguardar encontro de contas pois a entidade à data de 31/12/2023 deve à APDL o montante de 5.891.485,07€.

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de bens e serviços	763.398,42	1.772,93	2.737,95	6.091,61	55.863,84

5 - Resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista

Na última Assembleia Geral de 13 de setembro de 2023 o representante do Acionista emitiu as recomendações referidas de seguida, apresentando-se igualmente as diligências tomadas pela APDL, bem como os resultados obtidos:

- i. *Cumprir com a redução do prazo de pagamento a fornecedores, em conformidade com os critérios e objetivos definidos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro;*

O prazo médio de pagamento a fornecedores registou uma diminuição quando comparado com 2022 (48 dias em 2003 face a 49 dias em 2022).

- ii. *Assegurar o adequado processamento e devido pagamento dos montantes de vencimento aprovados pelo acionista aos membros do conselho fiscal, na medida em que a redução remuneratória prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 27 de fevereiro, aplica-se somente a gestores públicos e equiparados, onde não se incluem os membros do conselho fiscal.*

De acordo com as orientações estabelecidas na Assembleia-geral, a APDL não está a aplicar a redução remuneratória prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 27 de fevereiro, sendo pago integralmente os valores referidos no ponto 2.2 do Despacho:

“2.2. Fixar para os membros do Conselho Fiscal agora eleitos o seguinte estatuto remuneratório:

Presidente: Vencimento mensal ilíquido de 1.420,02, pago 14 vezes por ano

Vogais efetivos: Vencimento mensal ilíquido de 1.065,02, pago 14 vezes por ano”

6 - Remunerações

Esta informação consta do Apêndice 1.

7 - Artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

Os membros do Conselho de Administração, ou de qualquer outro órgão social, não dispõem de cartão de crédito da empresa, nem lhes foram reembolsadas quaisquer despesas de representação de natureza pessoal.

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal Definido	Valor Anual	Observações
João Pedro Moura Castro Neves	80	564,16	
Cláudia de Amorim Castro Soutinho	80	676,28	
Joaquim Pereira Gonçalves Silva	80	656,91	

Membro do CA	Gastos anuais associados a viaturas (€)				Observações
	Plafond mensal Combustível e Portagens	Combustível	Portagens	Total	
João Pedro Moura Castro Neves	502,13	3 415,79	1 399,87	4 815,66	
Cláudia de Amorim Castro Soutinho	401,71	2 600,25	712,30	3 312,55	
Joaquim Pereira Gonçalves Silva	401,71	3 826,70	816,30	4 643,00	

8 - Despesas não documentadas

A APDL cumpriu com o disposto no n.º 2 do artigo 16º do RJSPE não tendo ocorrido a realização de quaisquer despesas não documentadas.

9 - Relatório sobre remunerações

A APDL divulga o relatório sobre remunerações, conforme determina o n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março, em:

<http://www.apdl.pt/governo-sociedade> do qual apresenta em seguida o resumo.

A política remuneratória da empresa assenta no princípio da igualdade de tratamento independentemente do género, sendo o acesso e progressão nas respetivas carreiras profissionais determinadas, exclusivamente, pelos fatores: tempo de serviço e avaliação do desempenho.

De qualquer forma, uma vez que os serviços operacionais ligados à atividade marítima são tradicionalmente ocupados por homens - designadamente, pilotos, mestres de tráfego local, motoristas marítimos e marinheiros - e sendo estes que têm as suas remunerações valorizadas pelo facto de estarem integrados em regimes especiais, designadamente, de trabalhos por turnos, as remunerações médias anuais dos homens são superiores aos das mulheres.

No entanto, não existe qualquer discriminação em função do género entre trabalhadores de igual categoria e antiguidade e, por outro lado, é de referir que 32,56 % das chefias são mulheres.

Remuneração global* média anual	Mulheres	Homens
por Categoria Profissional		
Quadros superiores	47 918,67 €	61 796,37 €
Quadros médios	45 393,94 €	50 568,32 €
Quadros intermédios	25 055,80 €	42 239,61 €
Profissionais altamente qualificados	28 095,42 €	34 238,58 €
Profissionais semi-qualificados		27 071,62 €
Profissionais não qualificados	20 651,70 €	25 638,68 €

*Média do total das remunerações anuais

10 - Relatório anual sobre prevenção da corrupção

A revisão ao plano de prevenção de riscos, incluindo os riscos de corrupção e de infrações conexas, é realizada pelo menos numa base anual, mediante a alteração do status das medidas de mitigação nele constantes ou inserção de novas medidas, face ao nível de concretização/implementação da respetiva Unidade Orgânica Responsável pela implementação, de forma a controlar os riscos identificados em cada ação. A natureza de algumas das medidas de mitigação/prevenção requer um processo mais demorado de implementação na estrutura interna, por vezes associadas a projetos específicos ou mais amplos, enquanto outras e como alternativa a custos de operacionalização, são substituídas por controlos suplementares.

O plano de prevenção da corrupção e infrações conexas está disponível no portal da APDL em: [Gestão de Riscos, Sistemas de Gestão e Certificações \(apdl.pt\)](#)

11 - Contratação Pública

Esta informação consta do Apêndice 2.

A APDL cumpre com a aplicação do regime jurídico do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e ao regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo, na sua versão atual.

Durante o ano de 2023 não foi celebrado qualquer contrato de valor igual ou superior ao limiar de 5M€.

Em 2023 foram lançados através da Plataforma Eletrónica (VortalNEXT) e através de e-mail os seguintes procedimentos (1):

- 11 Concursos Públicos;
- 147 Procedimentos no âmbito do disposto no artigo 13.º CCP – Setor dos Transportes (Contratação excluída do Código dos Contratos Públicos), dos quais 76 ajustes diretos, 70 consultas prévias e 1 acordo quadro;
- 6 Ajustes.

Foram ainda publicitados no portal da internet dedicado aos contratos públicos (base.gov.pt) a celebração de 106 contratos na sequência de procedimentos lançados pela APDL.

(1) Nos termos do CCP não é obrigatório o lançamento de Ajustes Diretos e Consultas Prévias através de Plataforma Eletrónica.

12 - Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A APDL aderiu como Entidade Voluntária ao SNCP através de contrato de adesão celebrado em 17/02/2012. Desta adesão, como entidade voluntária, em 2023 foi tramitado 1 (um) processo de contratação centralizada de fornecimento de energia elétrica e de gás natural e com recurso ao Acordo Quadro.

13 – Eficiência Operacional e evolução dos gastos operacionais

A evolução do rácio da Eficiência Operacional e dos gastos operacionais da empresa pode ser aferida no quadro seguinte, o qual quantifica o impacto das medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 133.º do Decreto-Lei nº 10/2023 de 8 de fevereiro.

Na sequência do Despacho n.º 1244/2019 SET de 14 de outubro de 2019, foi autorizada a utilização de um novo indicador, proposto pela empresa, para analisar a evolução da sua Eficiência Operacional.

Este novo indicador utiliza como base o rácio dos gastos operacionais (CMVMC, FSE e Pessoal) no volume de negócios, conforme previsto nas IEPAO 2023 e no DLEO 2023, ajustando os FSE da seguinte forma:

- anualizando o efeito das dragagens para um ciclo de 6 anos e;
- desconsiderando alguns fatores de elevado montante que afetam a evolução do rácio, como sejam:

gastos de exploração das unidades de negócio deficitárias da APDL (PVC e VND), totalmente participados por Orçamento de Estado (Capítulo 50º) e por fundos comunitários,

gastos de exploração relacionados com os projetos da Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões e Novo Terminal, bem como os gastos associados à promoção estratégica deste investimento crucial para o Porto de Leixões.

Adicionalmente, foram tidas em consideração as instruções constantes do ponto 3.1 do Despacho n.º 252/2022 – SET de 18.08.2022, ou seja, atendendo a que o rácio de eficiência operacional foi afetado por fatores excecionais, designadamente os decorrentes da crise geopolítica internacional, com impacto orçamental significativo, a empresa propôs que o respetivo impacto fosse deduzido do cálculo deste rácio. Nesse sentido, face à dificuldade de apuramento deste efeito, foi efetuado o exercício de retirar em cada ano do período em análise, os valores verificados/orçamentados a partir de 2022, somando-se a média das verbas nos anos de 2019 a 2021, para as rubricas de combustíveis, energia elétrica e conservação, do lado dos gastos e, de venda de combustíveis e energia elétrica do lado da receita.

Por último, atendendo ao impacto acentuado no rácio da Eficiência Operacional da incorporação na APDL, a partir de 2023, i) do Terminal Ferroviário de Leixões e ii) do serviço de reboque no Porto de Viana do Castelo (que acabou por não ocorrer), procedeu-se ao expurgar das respetivas receitas e gastos do rácio da Eficiência Operacional, de forma a se obter uma linha comparativa mais congruente no horizonte temporal em análise.

Esta abordagem foi aceite pela UTAM no seu Relatório de Análise n.º 162/2023 ao PAO 2023-2025, o qual foi objeto de Despacho pelo Secretário de Estado do Tesouro n.º 360/2023, tendo sido ratificado na Assembleia geral de 13 de setembro de 2023 da APDL.

No quadro seguinte apresenta-se a execução do rácio da Eficiência Operacional face ao previsto no PAO 2023-2025:

O peso dos gastos operacionais no volume de negócios, considerando os efeitos referidos acima, fixou-se nos 52,98% reduzindo-se face ao ano anterior (-3,5 p.p.).

No que diz respeito ao cumprimento das orientações constantes do número 4 do artigo 133º do Decreto-Lei n.º 10/2023, a APDL apresentou o seguinte desempenho em 2023:

Unid: milhares de euros

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2023 Exec.	2023 Orç.	2022 Exec.	2019 Exec.	2023/2022		2023/2019	
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	25 715	21 034	21 886	24 516	3 829	17%	1 199	5%
(1) CMVMC	1 926	2 217	1 876	1 475	50	3%	451	31%
FSE	19 559	25 995	14 654	13 215	4 905	33%	6 343	48%
a) Efeito anualização das Dragagens	767	514	-709	-7	1 476	-208%	774	-11065%
b) Efeito Gastos das UNs deficitárias participados por OE ou FC	1 757	1 058	675	899	1 081	160%	858	95%
c) Efeito Gastos ocasionais de elevado montante	0	0	0	263	0	-100%	-263	-100%
(2) FSE desconsiderando efeitos a), b) e c)	17 034	24 423	14 687	12 061	2 348	16%	4 974	41%
(3) Gastos com o pessoal	18 249	18 511	16 475	15 515	1 774	11%	2 733	18%
i. Gastos relativos aos órgãos sociais	450	402	389	440	61	16%	10	2%
ii. Efeito do cumprimento de disposições legais	0	0	0	0	0	-	0	-
iii. Efeito do acordo para a melhoria do rendimento (Despachos de 15-12-2022 e 12-05-2023, SET e SEF)	0	0	0	0	0	-	0	-
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias	0	0	0	0	0	-	0	-
iv. Efeito do absentismo e dos gastos com indemnizações pagas por rescisão	0	0	0	0	0	-	0	-
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i. a v.	17 798	18 109	16 086	15 075	1 712	11%	2 723	18%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais *	3 184	8 485	1 046	0	2 138	205%	3 184	-
Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	37 209	45 151	33 038	29 051	4 171	13%	8 158	28%
Efeito novas áreas de atividade (TFML e Reboque PVC) **	953	1 388	0	0	953	-	953	-
(6) Gastos Operacionais para efeitos de apuramento da Eficiência Operacional = (1)+(2)+(3)-(5)	33 026	36 766	31 992	29 051	1 080	3%	4 021	14%
(7) Volume de negócios (VN)	65 370	70 754	57 570	55 587	7 800	14%	9 782	18%
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais*	-1 397	-6 186	-934	0	-464	-	-1 397	-
Efeito novas áreas de atividade (TFML e Reboque PVC) **	1 547	2 010	0	0	1 547	-	1 547	-
(9) Volume de negócios para efeitos de apuramento da Eficiência Operacional = (7) + (8)	62 425	62 559	56 636	55 587	5 789	10%	6 838	12%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	52,98%	56,39%	56,49%	52,26%	-	-3,5 p. p.	-	0,7 p. p.
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	45	57	44	61	2	4%	-16	-25%
ii. Gastos com Ajudas de custo	23	31	37	23	-13	-36%	0	0%
iii. Gastos associados à frota automóvel	307	350	307	310	0	0%	-3	-1%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	232	753	311	384	-78	-25%	-151	-39%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	608	1 191	698	778	-90	-12,88%	-170	-22%
N.º de viaturas	51	51	51	51	0	0%	0	0%

* De forma a expurgar os efeitos da crise geopolítica, em 2022 e 2023 foram retirados os gastos e receitas do ano e somadas as médias de 2019-2021, relativos a energia, combustíveis e conservação.

** Atendendo ao impacto acentuado no rácio da Eficiência Operacional da incorporação na APDL, a partir de 2023, i) do Terminal Ferroviário de Leixões e ii) do serviço de reboque no Porto de Viana do Castelo (que acabou por não ocorrer), procedeu-se ao expurgar das respetivas receitas e gastos do rácio da Eficiência Operacional

- a) aumentou os gastos com pessoal, excluindo gastos com órgãos sociais relativamente a 2022 (+10,6%). No entanto, na Assembleia geral de 13 de setembro de 2023, a APDL foi autorizada a aumentar os gastos com pessoal até 18,036 milhões de euros, tendo nessa sequência a APDL informado a tutela, através do ofício n.º 709/2023 que não iria ser possível conter os gastos com pessoal, solicitando que fosse considerado o valor constante do PAO 2023, ou seja, 18,5 milhões de euros, o qual foi cumprido (-1,4%);

- b) reduziu o conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, face a 2022 (-12,88%).

14 - Princípio da Unidade de Tesouraria

A APDL tem todas as suas aplicações financeiras a prazo junto do Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., em cumprimento das normas legais fixadas. Contudo, no âmbito da sua gestão financeira corrente torna-se necessário manter algumas disponibilidades à ordem na Banca Comercial.

Face ao disposto no número 5 do artigo 160º do Decreto-Lei nº 2/2020 de 31 de março (LOE), e na ausência do decreto-lei de execução orçamental do ano, a APDL, ao abrigo do atual número 5 do artigo 115º do Decreto-Lei 84/2019 de 28 de junho, conjugado com o número 3 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro, solicitou a dispensa parcial do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado para os anos de 2022 e 2023, no sentido de ser autorizada a manutenção das disponibilidades à ordem na Banca Comercial até ao limite de 10% do valor de recebimentos anuais de clientes. O pedido foi aprovado pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. através da Informação n.º 0289/2022 de 20 de abril de 2022.

O quadro abaixo evidencia as disponibilidades na Banca Comercial à data de 31/12/2023:

Unid: Euros

Banca Comercial	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
BANCO BPI, SA	341.045	57.935	411.046	363.449
BANCO COMERCIAL PORTUGUES, SA	730.581	545.134	964.533	908.593
BANCO SANTANDER TOTTA, SA	118.738	185.173	94.372	141.310
CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL	32.631	42.717	53.708	5.563
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, SA	454.931	225.981	158.414	192.956
NOVO BANCO, SA	3.130.244	3.836.493	1.075.366	907.386
TOTAL	4.808.170	4.893.433	2.757.439	2.519.257
Juros auferidos	0	0	0	0

15 - Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Nos últimos 3 anos não existiram auditorias efetuadas pelo Tribunal de Contas à APDL.

16 - Informação divulgada no site do SEE

Anexo 2

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	Atualizado à data do presente documento	
Caraterização da Empresa	S		
Função de tutela e acionista	S		
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
Identificação dos órgãos sociais	S		
Estatuto remuneratório fixado	S		
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S		
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
Apresentação das sínteses curriculares e dos membros dos Órgãos Sociais	S		
Esforço Financeiro Público	S		
Ficha Síntese	S		
Informação Financeira histórica e atual	S		
Princípios de Bom Governo			
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S		
Transações Relevantes com entidades relacionadas	S		
Outras transações	S		
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios			
Económico	S		
Social	S		
Ambiental	S		
Avaliação do cumprimento dos PBG	S		
Código de Ética	S		

Apêndice 1

Mesa da Assembleia-geral

Mandato (início/fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2023/2025	Presidente da Mesa	Associação Empresarial de Portugal	575	575
2023/2025	Secretário	Lara Margarete Brás da Silva	375	375

Nota: Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável. Aos valores previstos foram aplicadas as reduções de 5%, nos termos do art.º 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho. Em 2020, a AG reuniu 1 vez, tendo sido pagas as respetivas senhas de presença.

Conselho de Administração

Mandato (início/fim)	Cargo	Nome	Designação		OPLRO			Nº de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2023/2025	PRESIDENTE	João Pedro Castro Moura Neves	DUE	27/02/2023	Não	N/A	APDL, S.A.	1
2023/2025	VOGAL	Cláudia de Amorim Castro Soutinho	DUE	27/02/2023	Não	N/A	APDL, S.A.	3
2023/2025	VOGAL	Joaquim Pereira Gonçalves Silva	DUE	27/02/2023	Não	N/A	APDL, S.A.	3

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nota: OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	Identificar	Identificar	[Público / Privado]
João Pedro Castro Moura Neves	n.a.	n.a.	n.a.
Cláudia de Amorim Castro Soutinho	n.a.	n.a.	n.a.
Joaquim Pereira Gonçalves Silva	n.a.	n.a.	n.a.

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	S/N	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas representação
João Pedro Castro Moura Neves	S	B	5 021,30	2 008,52
Cláudia de Amorim Castro Soutinho	S	B	4 017,04	1 606,82
Joaquim Pereira Gonçalves Silva	S	B	4 017,04	1 606,82

Legenda: (*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

Nota: Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução

remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável. Aos valores previstos foram aplicadas as reduções de 5%, nos termos do art.º 12º da Lei nº 12-A/2010, de 27 de fevereiro.

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3) - (4)
João Pedro Castro Moura Neves	94 400,44	0	94 400,44	4 720,02	89 680,42
Cláudia de Amorim Castro Soutinho	75 520,40	0	75 520,40	3 776,02	71 744,38
Joaquim Pereira Gonçalves Silva	75 520,40	0	75 520,40	3 776,02	71 744,38

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de refeição		Regime proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor diário	Montante pago Anual	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
João Pedro Castro Moura Neves	11,00	1.771,00	Seg. Social	18.757,48	1.856,07	0	Apoios Sociais	710,00
Cláudia de Amorim Castro Soutinho	11,00	2.651,00	CGA	18.500,02	0	0	Apoios Sociais	
Joaquim Pereira Gonçalves Silva	11,00	2.464,00	Seg. Social	17.668,00	1 170,13	0	Apoios Sociais	370,00

Notas:

- 1 - Subsídio de Alimentação Atualização, "Deliberação do CA de 12.03.2020 o valor do subsídio de alimentação previsto ni nº 54º da portaria 1098/99, 21,12, com a redação dada pela portaria 364/2000, de 23,06, é atualizado para 11,00€, com efeitos a 01.10.2019
- 2- Apoios Sociais - Subsídios de Estudos, Prémios Escolares, Apoio para creches e infantários, apoio à infância

Membro do CA	Encargos com viaturas								
	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura	Modalidade (1)	Data Início	Data Fim	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes
	S/N	S/N	(€)	Identificar					
João Pedro Moura Castro Neves	S	N	34 999,50	Renting	13/05/2022	12/05/2026	585,79	7.029,48	29
Cláudia de Amorim Castro Soutinho	S	N	34 999,50	Renting	13/05/2022	12/05/2026	585,79	7.029,48	29
Joaquim Pereira Gonçalves Silva	S	N	34 999,50	Renting	24/05/2022	23/05/2026	585,79	7.029,48	29

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					Gastos total com viagens (Σ) [€]
	Deslocações em Serviço [€]	Custos com Alojamento [€]	Ajudas de custo [€]	Outras		
				Identificar [€]	Valor [€]	
João Pedro Moura Castro Neves	5.834,86	1.723,50	960,00	n/a	0	8.518,36
Cláudia de Amorim Castro Soutinho	1.000,00	1.124,64	75,00	n/a	0	2.199,64
Joaquim Pereira Gonçalves Silva	1.127,35	190,50	75,00	n/a	0	1.392,85

Fiscalização

Nota: Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável

Mandato (início-fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	Nº de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2023/2025	PRESIDENTE C.F.	Ana Alexandra Filipe Freitas	DUE	13/09/2023	1 420,02	2
2023/2025	VOGAL C.F.	Rita Maria Gois de Carvalho	DUE	13/09/2023	1 065,02	1
2023/2025	VOGAL C.F.	Daniel Filipe Moreira Lopes	DUE	13/09/2023	1 065,02	2
2023/2025	VOGAL SUPLENTE	Luís Miguel Campos Dias Pereira	DUE	13/09/2023	Não Remunerado	1

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1) - (2)
Ana Alexandra Filipe Freitas	18 841,11	647,85	18 193,26
Rita Maria Gois de Carvalho	4 444,04	0	4 444,04
Daniel Filipe Moreira Lopes	14 130,92	485,89	13 645,03
Luís Miguel Campos Dias Pereira	Não Remunerado	Não Remunerado	0

ROC/FU

Mandato (início-fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Nº Inscrição OROC	Nº Registo CMVM	Forma (1)	Data Contrato		
2023-2025	SROC	BDO & ASSOCIADOS - SROC, Lda	29	20161384	DUE	12/09/2023	6	1
2023-2025	ROC	Paulo Jorge de Sousa da Fonseca Ferreira	781				6	1
2023-2025	ROC Suplente	Gonçalo Raposo Cruz	1189	20160800	AG			

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: (1) indicar AG/DUE/Despacho (D)

Nome	Valor anual contrato prestação serviços 2023 (€)			Identificação do serviço	Valor anual serviços adicionais (€)		
	Valor	Reduções	Valor Final		Valor	Reduções	Valor Final
	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)		(1)	(2)	(3) = (1) - (2)
BDO & ASSOCIADOS - SROC, Lda	17 700,00	0	17 700,00	H2Driven	800,00	0	800,00

Nota:1 Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável. Aos valores previstos foram aplicadas as reduções de 5%, nos termos do art.º 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

Nota 2 Aos honorários do ROC acrescem as despesas das taxas de serviços de supervisão, as despesas de comunicação e deslocação e outras incorridas no âmbito da prestação de serviço.



Apêndice 2

Cumprimento das Orientações legais – 2023	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão			X		Apesar de ter sido proposto, estando em fase de análise pela UTAM, o acionista Estado ainda não aprovou o Contrato de Gestão para o mandato 2023-2025 do Conselho de Administração. Nessa proposta de Contrato de Gestão, constam os objetivos de gestão a atingir pelo Conselho de Administração da APDL para o mandato 2023-2025. No entanto, a empresa aprovou um Plano de Atividades e Orçamento (PAO), que foi submetido e aprovado pelo acionista, conforme o disposto no DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual apresentava um conjunto de indicadores económicos e financeiros, cuja execução se apresenta no ponto 1 - Objetivos de Gestão do Capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais
Metas a Atingir constantes do PAO 2023					
Princípios financeiros de referência					
Investimento	X			67,1%	O grau de execução do investimento previsto para 2023 foi de 67,1%, o que se deveu principalmente ao elevado volume de investimento relacionado com o projeto do Prolongamento do Quebramar do Porto de Leixões No ano de 2023, o rácio Financiamentos Obtidos / EBITDA foi de 2,0, ficando aquém do valor da projeção apresentada para o mesmo ano. Os gastos com pessoal excluindo gastos com órgãos sociais aumentaram relativamente a 2022 (+10,6%). No entanto, na Assembleia geral de 13 de setembro de 2023, a APDL foi autorizada a aumentar os gastos com pessoal até 18,036 milhões de euros, tendo nessa sequência a APDL informado a tutela, através do ofício n.º 709/2023 que não iria ser possível conter os gastos com pessoal, solicitando que fosse considerado o valor constante do PAO 2023, ou seja, 18,5 milhões de euros, o qual foi cumprido (-1,4%)
Endividamento	X			2,0	
Gastos com pessoal	X			-4,9%	
Grau de cumprimento do orçamento carregado no SIGO/SOE			X	% de cumprimento	



APDL

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS
DOURO • LEIXÕES • VIANA

Relatório e Contas – Exercício de 2023

Cumprimento das Orientações legais – 2023	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Gestão do Risco Financeiro	X			Não aplicável	<p>Para os fortes investimentos atuais e futuros, a APDL conta com as seguintes fontes de financiamento externo (para além da otimização da obtenção de subsídios comunitários para financiamento dos seus investimentos e a capacidade que demonstra na geração de fundos próprios com a sua atividade de exploração):</p> <ul style="list-style-type: none">• Linha de financiamento Banco Europeu de Investimento, com aval do Estado, no valor de 40 milhões de euros, renegociado em 2018 (empréstimo inicial de 70 milhões de euros), cujo prazo de utilização terminou em maio de 2019, com apenas uma utilização de 20 milhões de euros, com uma taxa de juro fixa a 10 anos (2,54% ao ano até novembro de 2021). A taxa de juro fixa foi revista para 0%, com efeitos no pagamento semestral de maio de 2022;• Linha de financiamento do Banco Europeu de Investimento, com aval do Estado, no valor de 60 milhões de euros contratualizado a 25 de maio de 2023, pelo prazo de 20 anos. Em agosto de 2023 procedeu-se ao primeiro desembolso no valor de 12,5 milhões de euros, com uma taxa fixa, revista daqui a cinco anos, de 3,082%;• Linha de financiamento Banco BPI, S.A. no valor de 17,5 milhões de euros, com uma taxa de juro variável associada à Euribor a 6 meses, acrescida de spread de 0,7%.• Linha de financiamento Banco BPI, S.A. no valor de 37,5 milhões de euros, com uma taxa de juro variável associada à Euribor a 12 meses, acrescida de spread de 0,797%.
Limites de Crescimento do Endividamento	X			-22,6%	Em 2023, a taxa de variação do endividamento remunerado, expurgando o montante de novos investimentos, foi de -22,6%.
Evolução do PMP a fornecedores	X			Em 2023, o PMP por trimestres foi o seguinte: 1º trimestre - 47 dias 2º trimestre - 42 dias 3º trimestre - 46 dias 4º trimestre - 48 dias	A APDL reporta trimestralmente à DGTF o indicador do PMP, dando cumprimento às orientações emanadas pela RCM nº 34/2008. A evolução do indicador está retratada no Capítulo IV.



APDL

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS
DOURO • LEIXÕES • VIANA

Relatório e Contas – Exercício de 2023

Cumprimento das Orientações legais – 2023	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			Total de "Arrears" em 31 de dezembro 2023: 829.864,75€	Total de "Arrears" em 31 de dezembro 2023: 829.864,75€. A APDL reporta mensalmente à DGTF, através do SISEE, as dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º DL n.º 65-A/2011. Os atrasos nos pagamentos estão divulgados no portal da empresa e refletidos no Capítulo IV - Mapa da posição a 31/12/2023 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 maio, sendo que, todos os valores desse mapa estão reclamados pela APDL, que os considera indevidamente debitados.
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:			X	Ver ponto 5	No ponto 5 são elencadas as recomendações efetuadas pelo Acionista na última Assembleia Geral de 13 de setembro de 2023, apresentando-se igualmente as diligências tomadas pela APDL, bem como os resultados obtidos
Remunerações: Não atribuição de prémios de gestão CA - reduções remuneratórias vigentes em 2023 (se aplicável) Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2023 (se aplicável) Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2023 (se aplicável) Restantes trabalhadores	X X X X		X X X X	Não aplicável Total da Redução remuneratória em 2023: 12.262,06 € Total da Redução remuneratória em 2023: 1.013,12 € Não aplicável Não aplicável	
Artigo 32º e 33º do EGP Não utilização de cartões de crédito Não reembolso de despesas de representação pessoal Valor máximo das despesas associadas a comunicações Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X X		X X	Não aplicável Não aplicável	Não dispõe de cartões de crédito Não existiu
Despesas não documentadas - nº 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11º do EGP	X				A APDL cumpriu com o disposto no n.º 2 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, não tendo ocorrido a realização de quaisquer despesas não documentadas.



APDL

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS
DOURO • LEIXÕES • VIANA

Relatório e Contas – Exercício de 2023

Cumprimento das Orientações legais – 2023	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais					
Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - nº2 da RCM nº18/2014 Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X			O Relatório de Diferenciação Salarial por Género foi elaborado em 2021 e está disponível em: relatorio-diferencial-genero-2021.pdf (apdl.pt)	
Elaboração e divulgação do Relatório anual sobre Prevenção da Corrupção Elaboração e divulgação do relatório anual	X			https://www.apdl.pt/empresa/gestao-de-riscos-sistemas-de-gestao-e-certificacoes/	
Contratação Pública Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas Contratos submetidos a visto prévio do TC	X X		X		A APDL cumpre com a aplicação do regime jurídico do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e ao regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo, na sua versão atual. Durante o ano de 2023 não foi celebrado qualquer contrato de valor igual ou superior ao limiar de 5M€.
Auditorias do Tribunal de Contas Recomendação 1	X X			ver ponto 16	Nos últimos 3 anos não existiram auditorias efetuadas pelo Tribunal de Contas à APDL.
Parque Automóvel Nº de viaturas	X			-5	O número de viaturas total afeto à Frota Automóvel da APDL foi reduzido para 46 (quarenta e seis) viaturas.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	X			ver ponto 15	Atendendo ao exposto no ponto 13 a APDL apresentou em 2023 o cumprimento da evolução do rácio da Eficiência Operacional relativamente a 2022
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultorias		X		ver ponto 15	Em cumprimento com o disposto no n.º 4 do artigo 133º do DLEO 2023, reporta-se que em 2023, a APDL reduziu os gastos com a contratação de



APDL

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS
DOURO • LEIXÕES • VIANA

Relatório e Contas – Exercício de 2023

Cumprimento das Orientações legais – 2023	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
					estudos, pareceres, projetos e consultoria face ao registado em 2022 (-35,0%)
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28º do DL nº 133/2013)					
Disponibilidades centralizadas no IGCP	X			86,29% de disponibilidades depositadas no IGCP em 31/12/2023	A APDL ainda detém disponibilidades na banca comercial privada para fazer face às operações diárias para as quais o sistema de <i>homebanking</i> do IGCP não permite satisfazer. Foi solicitada em 2022 a dispensa parcial, tendo a APDL obtido deferimento do pedido através da Informação n.º 0289/2022, de 20 de abril de 2022 da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., para os anos de 2022 e 2023.
Disponibilidades centralizadas na Banca Comercial	X			13,71% de disponibilidades depositadas na banca comercial em 31/12/2023	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			X		



APDL
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS
DOURO • LEIXÕES • VIANA

Relatório e Contas – Exercício de 2023

ANEXOS

Abreviaturas

Abreviatura	DESIGNAÇÃO
AICEP	AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL
APDL	ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO, LEIXÕES E VIANA DO CASTELO, S. A.
APLOG	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LOGÍSTICA
APP	ASSOCIAÇÃO DOS PORTOS DE PORTUGAL
BEI	BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO
CEDIC	CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA DE CURTO PRAZO
CEF	<i>CONNECTING EUROPE FACILITY</i>
CEF – T	<i>CONNECTING EUROPE FACILITY- TRANSPORT</i>
CGA	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES
CIIMAR	CENTRO INTERDISCIPLINAR DE INVESTIGAÇÃO MARINHA E AMBIENTAL
CIRC	CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS
CLPQ	CONCURSO LIMITADO PRÉVIA QUALIFICAÇÃO
CNC	COMISSÃO DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA
CPC	CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO
CPLP	COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
DIM	<i>DIREÇÃO DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO</i>
DIW 2020	DOURO INLAND WATERWAY 2020
EBIT	<i>EARNINGS BEFORE INTEREST AND TAXES</i>
EBITDA	<i>EARNINGS BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION</i>
e-Impact	<i>E-FREIGHT IMPLEMENTATION ACTION</i>
GT	ARQUEAÇÃO BRUTA (<i>GROSS TONNAGE</i>)
IAPMEI	INSTITUTO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E À INOVAÇÃO
IGCP	AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA
IHT	ISENÇÃO DO HORÁRIO DE TRABALHO
IP	INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S. A.
JUL	JANELA ÚNICA LOGÍSTICA
JUP	JANELA ÚNICA PORTUÁRIA
LSW	<i>LOGISTIC SINGLE WINDOW</i>
MAR	MODELO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS
MIE	MECANISMO INTERLIGAR EUROPA
MIE-T	MECANISMO INTERLIGAR EUROPA - TRANSPORTES
PAO	PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO
PLPL	PLATAFORMA LOGÍSTICA DO PORTO DE LEIXÕES
PREVPAP	PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS
PVC	PORTO DE VIANA DO CASTELO
RIS	RIVER INFORMATION SERVICES
RJTFFP	REGIME JURÍDICO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA
SDL	SILOS DE LEIXÕES
SGQ	SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE
SNCP	SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SST	SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO
TCGL	TERMINAL DE CARGA GERAL E GRANÉIS DE LEIXÕES, SA
TCL	TERMINAL DE CONTENTORES DE LEIXÕES, SA



APDL

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS
DOURO • LEIXÕES • VIANA

Relatório e Contas – Exercício de 2023

Abreviatura	DESIGNAÇÃO
TCN	TERMINAL DE CONTENTORES NORTE
TCS	TERMINAL DE CONTENTORES SUL
TEU	<i>TWENTY-FOOT EQUIVALENT UNIT</i>
VCP	VIA DE CINTURA PORTUÁRIA
VND	VIA NAVEGÁVEL DO DOURO
VTS	<i>VESSEL TRAFFIC SERVICES</i>
VUC	VALOR DE USO CONTINUADO